



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - PPGPS

**As Implicações da Nova Direita nos Estigmas da Política Social**

**João Pedro Pereira de Queiroz**

Brasília, 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGPS

**As Implicações da Nova Direita nos Estigmas da Política Social**

**Autor: João Pedro Pereira de Queiroz**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Política Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Camila Potyara Pereira.

Brasília, 2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

QQ3i      Queiroz, João Pedro Pereira de  
            As implicações da nova direita nos estigmas da política  
            social / João Pedro Pereira de Queiroz; orientador Camila  
            Potyara Pereira. -- Brasília, 2019.  
            106 p.

            Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) --  
            Universidade de Brasília, 2019.

            1. Neoliberalismo. 2. Neoconservadorismo. 3. Nova  
            direita. 4. Estigma. 5. Política Social. I. Pereira, Camila  
            Potyara, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - PPGPS

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

As Implicações da Nova Direita nos Estigmas da Política Social

Discente: João Pedro Pereira de Queiroz

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Camila Potyara Pereira

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Camila Potyara Pereira

Orientadora - PPGPS/SER/IH/UnB

---

Prof. Dr. Evilásio da Silva Salvador

Examinador Interno – PPGPS/SER/IH/UnB

---

Dra. Marina Basso Lacerda

Examinadora Externa – Analista Legislativa da Câmara dos Deputados/Doutora em  
Ciências Políticas/UERJ

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Marileia Goin

Suplente – PPGPS/SER/IH/UnB

A todos aqueles que sonham, lutam e  
deram suas vidas em nome de uma  
sociedade mais justa;

Ao Davi, meu afilhado, por manter a  
esperança viva em mim.

## **Agradecimentos**

Sempre acreditei que sou resultado das pessoas que me acompanham. Energias que confluem e somam-se. Agradeço a todos que fizeram parte da execução deste trabalho, em especial:

Aos meus pais, Ana e Roberto, pela dedicação diária, pelo apoio incondicional na realização dos meus sonhos. Obrigado por serem os maiores apoiadores, mesmo quando não concordam com minhas decisões. Obrigado por me permitirem voar;

À minha irmã, Ana Clara, que está sempre disponível para leituras de parágrafos em busca de uma escrita compreensível. Obrigado por sempre estar presente em todos os momentos;

À Tia Vera, minha segunda mãe, obrigado pela leitura, pelos pensamentos críticos, pelo maravilhoso humor ácido e amor incondicional que acompanhou a leitura das páginas deste trabalho;

Ao Matheus, meu amigo querido, com quem compartilhei diversas situações em 20 anos de amizade e não seria diferente durante a realização deste trabalho. Obrigado por tudo e pelos momentos de descontração;

À Maísa, pelos diversos momentos que fomos estudar na biblioteca, compartilhando cafés, tomadas, decisões de vida e problematizações sobre o tema. Obrigado por cuidar da minha saúde e pelo companheirismo de 12 anos;

À Manu, pela parceria diária regada por ensinamentos acadêmicos, conselhos sobre a vida, sobre o mundo e por evidenciar a importância de amizades que nos fazem crescer e amadurecer. Muito obrigado por tudo;

À Professora Camila, amiga que o mestrado me proporcionou e que tem acompanhado de perto cada passo dado. Obrigado pela avaliação crítica desta dissertação, por cada ensinamento dentro e fora das salas de aula. Obrigado por não só permitir que eu me aventure por novos temas, mas também por ser a maior incentivadora da mudança. Obrigado por representar a sanidade em momentos de desespero, pelas risadas e lágrimas compartilhadas e por me ajudar a crescer ao apresentar um mundo repleto de novas oportunidades. Espero muito mais momentos durante a vida. Obrigado pelos passeios aleatórios que me fazem tão bem;

À Valdenise, brilhosa, que ouviu várias vezes as lágrimas de angústia, problematizações, frustrações, conquistas e risos de vitória, que compartilha sonhos de viagens, de trabalho e acadêmicos. Obrigado pela amizade de uma vida.

À Lara, que se aproximou durante o mestrado, e com trocas mútuas, possibilitou diversas reflexões;

À Domingas, secretária do PPGPS, que move mundos para apoiar e fortalecer os alunos. Obrigado pelo carinho e atenção de sempre;

Aos Prótons Felizes, amigas lindas. Obrigado pela compreensão das vezes que precisei ficar distante durante o tempo de estudo e por rirem comigo das loucuras da vida;

À Família Moderna, pelo apoio e incentivo que perduram tantos anos de amizade;

À turma do 1/2019 de Trabalho e Sociabilidade, um ambiente de aprendizagem mútuo. Saibam que diversas reflexões serviram de guia para a confecção desta dissertação;

Ao Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS, pelos ensinamentos e oportunidades concedidas. Obrigado por fortalecer o meu crescimento durante a realização do mestrado;

À banca de avaliação, obrigado pela leitura crítica e por participarem dessa etapa de minha vida acadêmica, que é um sonho realizado.

*É difícil em tempos como estes: ideais, sonhos e esperanças permanecerem dentro de nós, sendo esmagados pela dura realidade. É um milagre eu não ter abandonado todos os meus ideais, eles parecem tão absurdos e impraticáveis. No entanto, eu me apego a eles, porque eu ainda acredito, apesar de tudo, que as pessoas são realmente boas de coração.*

*- O Diário de Anne Frank*

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objeto de pesquisa a influência neodireitista nos estigmas da política social. A nova direita, que é o amálgama do neoliberalismo com o neoconservadorismo, adota políticas sociais focalizadas para atender necessidade sociais. Entretanto, este modelo agrega estigmas associados à pobreza de seus usuários, uma vez que precisa selecionar quem será assistido pelo Estado. Ao adotar o método histórico dialético por meio do método qualitativo de análise, buscou-se avaliar a totalidade contraditória que permeia este campo. Os estigmas estão presentes na sociedade e reverberam nas políticas sociais, sendo fomentados pelas políticas sociais extremamente focalizadas na pobreza, contribuindo para o cultivo e perpetuação de discriminações. Notou-se que a nova direita pode fomentar o estigma devido à sua reconfiguração social provocada pelas suas correntes ideológicas, favorecendo práticas individualizantes que favorecem a focalização de políticas sociais em detrimento da universalização.

**Palavras chaves:** Neoliberalismo, Neoconservadorismo, Nova Direita, Estigma, Política Social, Proteção Social, Pobreza.

## **ABSTRACT**

This master's thesis has as its main object the neo-right-wing influence on the stigmas of social policy. The new right, which is the amalgam of neoliberalism with neoconservatism, adopts target-oriented social policies in attempt to accord social needs. However, this model aggregates stigmas associated with the poverty of its users, since it needs to select who will be assisted by the state. By adopting the dialectical historical method through the qualitative method of analysis, it sought to evaluate the contradictory totality that permeates this field. Stigmas are present in society and reverberate in social policies, being fostered by social policies extremely targeted on poverty, contributing to the cultivation and perpetuation of discrimination. It was noted that the new right can foster stigma due to its social reconfiguration caused by its ideological currents, favoring individualizing practices that advantage targeting social policies to the detriment of universalization.

**Keywords:** Neoliberalism, Neoconservatism, New Right, Stigma, Social Policy, Social Protection, Poverty.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
Definição e problematização do objeto de pesquisa .....	14
Hipóteses.....	18
Objetivos.....	18
Objetivo Geral.....	18
Objetivos Específicos.....	18
Justificativa .....	18
Metodologia.....	20
1.1. Do método.....	21
1.2. Dos procedimentos metodológicos.....	24
<b>CAPÍTULO 1 – A Ideologia da Nova Direita.....</b>	<b>26</b>
O conceito .....	26
Neoliberalismo .....	26
O surgimento e a ascensão do neoliberalismo .....	28
O Estado, a política social e a sociabilidade neoliberal .....	33
Neoconservadorismo.....	36
O Estado, a política social e a sociabilidade neoconservadora .....	39
Amálgama – O Antagonismo Complementar.....	41
<b>CAPÍTULO 2 – As Atribuições do Estigma na Política Social .....</b>	<b>48</b>
A Política Social no Capitalismo.....	49
Teste de meios.....	51
Fraudemanía.....	52
Condicionalidade/contrapartida.....	53
O Estigma na Política Social .....	55
A definição de Estigma .....	56
O estigma das políticas sociais: aflúncias e confluências .....	59
Lei dos Pobres, <i>workhouses</i> e estigma .....	60
Os estigmas nos usuários das políticas sociais .....	65
O neodireitismo, políticas sociais e a sociedade estigmatizante .....	67
A possibilidade da dominação social pela estigmatização de indivíduos .....	71
<b>CAPÍTULO 3 - Nova Direita, Estigma e Política Social: as consequências da aglutinação</b>	<b>75</b>
As Configurações Sociais Neodireitistas .....	77
A individualização social neodireitista.....	81
A Política Social Neodireitista: Focalização e Estigmas .....	86
Os problemas da focalização: estigma e as armadilhas da pobreza .....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília e tem como objeto de pesquisa a influência neodireitista no estigma da política social. Para a compreensão desse objeto em sua totalidade complexa e contraditória é imperioso conhecer os conceitos, polissêmicos, que o compõem. Assim, optou-se, nesta introdução, por demarcar, brevemente, as definições eleitas de cada conceito central ao desenvolvimento teórico do objeto, com o objetivo de situar a pessoa que está lendo sobre os posicionamentos teóricos, políticos e ideológicos que darão a tônica das discussões que serão apresentadas na problematização do objeto de pesquisa e aprofundadas ao longo dos capítulos que compõem este trabalho. Além disso, com esta forma de exposição, busca-se, de logo de início, superar qualquer dúvida referente às múltiplas significações de cada conceito e evidenciar, buscando ultrapassar, os obstáculos inatos ao debate de teorias disputadas.

Dessa forma, serão apresentados os dois conceitos que compõem o objeto nova direita e estigma. Acreditou-se que não haveria margem para interpretações alternativas para as outras categorias durante as explicações da problematização do objeto.

A categoria estigma apresenta uma grande dificuldade de delimitação teórica, porque pode ser interpretada de duas maneiras: a primeira, que atribui a culpa à pessoa estigmatizada, uma vez que essa percepção entende que ela é a autora de comportamentos desviantes e que serão discriminado e a segunda, que julga a sociedade como precursora do estigma por estabelecer padrões de comportamento (LINK; PHELAN, 2001), sendo essa última interpretação, a escolhida para guiar a dissertação na sua abordagem teórica. Isso porque, conforme os autores demonstram, a primeira visão impossibilita a compreensão do estigma como uma forma de discriminação, já que essa ocorre quando a sociedade cria maneiras de impedir a permanência social da pessoa estigmatizada (LINK; PHELAN. 2001).

Esses mesmos autores utilizam e delimitam uma ampla definição para essa categoria, qualificando o estigma como “as relações entre um conjunto de conceitos inter-relacionados” (LINK; PHELAN, 2001, p. 366. Tradução nossa)<sup>1</sup>. Assim, o estigma

existe quando os seguintes componentes inter-relacionados convergem. No primeiro componente, as pessoas diferenciam e rotulam as diferenças humanas. No segundo, as crenças culturais dominantes ligam as pessoas a

---

<sup>1</sup> “*The relationships between a set of interrelated concepts.*”

características indesejáveis — a estereótipos negativos. No terceiro, as pessoas rotuladas são colocadas em categorias distintas, de modo a realizar algum grau de separação entre "nós" de "eles". No quarto, pessoas rotuladas experimentam perda de status [social, econômico] e discriminação que levam a resultados desiguais. Finalmente, a estigmatização é inteiramente contingente no acesso ao poder social, econômico, e político que permite a identificação do diferente, a construção de estereótipos, a separação das pessoas rotuladas em categorias distintas, e a repleta desaprovação, rejeição, exclusão e discriminação. Assim, aplicamos o termo estigma quando elementos de rotulagem, estereotipagem, separação, perda de status e discriminação concorrem em uma situação de poder que permite que os componentes do estigma se revelem (LINK; PHELAN, 2001, p.367. Tradução nossa).<sup>2</sup>

É possível compreender que o estigma é um fenômeno multifacetado e que impera de diversas maneiras na sociedade, na vida da pessoa estigmatizada, nas estruturas do Estado e, conseqüentemente, na política social. Essa é a definição que será adotada para designar a categoria estigma durante o trabalho e que foi levada em consideração durante a problematização do objeto.

Já a nova direita será tratada, seguindo o conceito de Afonso (2007), como o amálgama do neoliberalismo e do neoconservadorismo<sup>3</sup>. Dessa fusão, resultou uma mistura de princípios, ou seja, “da influência de duas ideologias conflitantes derivou uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo *econômico* e o neoconservadorismo *social e político*” (PEREIRA, 2016, p. 120. grifos da autora).

Os referidos autor e autora consideram o neoliberalismo e o neoconservadorismo como ideologias. Wendy Brown, por outro lado, cunhada em uma perspectiva Foucaultiana, defende

---

<sup>2</sup> “Exists when the following interrelated componentes converge. In the first component, people distinguish and label human differences. In the second, dominant cultural beliefs link labeled persons to undesirable characteristics—to negative stereotypes. In the third, labeled persons are placed in distinct categories so as to accomplish some degree of separation of “us” from “them.” In the fourth, labeled persons experience status loss and discrimination that lead to unequal outcomes. Finally, stigmatization is entirely contingente on access to social, economic, and political power that allows the identification of differentness, the construction of stereotypes, the separation of labeled persons into distinct categories, and the full execution of disapproval, rejection, exclusion, and discrimination. Thus, we apply the term stigma when elements of labeling, stereotyping, separation, status loss, and discrimination co-occur in a power situation that allows the components of stigma to unfold.”

<sup>3</sup> Para esta dissertação, Neoconservadorismo é uma ideologia política, social e econômica que ganha força durante os anos 1980 e que surge como resposta ao avanço de movimentos sociais que buscam o reconhecimento de direitos sociais. É uma ideologia controversa e que tem em sua concepção diversos atores que modelarão suas ações, pautadas em uma moralidade que coloca a família como seu cerne, que impactará nas estruturas das relações sociais, na cultura, na economia, na política e, dessa forma, na política social. Será abordado com mais profundidade no capítulo 01.

que tanto o neoliberalismo quanto o neoconservadorismo são “political rationalities” ou, traduzindo<sup>4</sup>, “racionalidades políticas” (BROWN, 2006, p. 693).

Brown, baseando-se em Foucault, explica que adotar o neoliberalismo e o neoconservadorismo

como uma racionalidade política, envolve também uma organização específica e consequente do social, dos sujeitos e do estado. Uma racionalidade política não é equivalente a uma ideologia que provém ou que mascara uma realidade econômica, nem é meramente uma consequência da economia na política ou no social. Em vez disso, conforme Foucault cunhou o termo, uma racionalidade política é uma forma normativa específica de razão política que organiza a esfera política, as práticas de governança e a cidadania. Uma racionalidade política governa o dizível, o inteligível, e os critérios da verdade destes domínios (BROWN, 2006, p. 693, tradução nossa).<sup>5</sup>

Ou seja, a racionalidade política faz com que toda a estrutura social seja desenhada conforme os interesses daqueles que estão no poder que, no caso da nova direita, é a classe dominante, influenciando o Estado e, conseqüentemente, o modelo de política social adotado. Diferente do que pensa essa autora, esta dissertação entende que a ideologia também pode ter esse mesmo conceito, se for analisada conforme as teorias marxistas. Assim, a ideologia aqui mencionada será trabalhada nesse sentido, de “ideologia para si”. Segundo demonstra Althusser, aparatos estatais também desenvolvem práticas de dominação agindo de acordo com interesses privados da classe dominante, seguindo e propagando, dessa forma, uma ideologia (ZIZEK, 1996).

## **Definição e problematização do objeto de pesquisa**

Pessoas são estigmatizadas, simplesmente, por terem acesso a políticas sociais. Goffman<sup>6</sup> (2008) estuda como a origem etimológica da palavra “estigma” remete a marcas

---

<sup>4</sup> Apesar de procurar em revistas e periódicos que abordem temas das áreas de política, economia política, economia, sociologia e ciências políticas, além de procurar traduções do livro “*Michel Foucault: Politics, Philosophy, Culture: Interviews and Other Writings*” de L. Kritzman que abordassem o termo, não foi encontrada tradução específica para ele. Foi achado, entretanto, o termo “racionalidade política” em artigos e obras das áreas citadas acima. Partiu-se do pressuposto, então, que esta seja a melhor tradução para o termo.

<sup>5</sup> “*As a political rationality, it also involves a specific and consequential organization of the social, the subject, and the state. A political rationality is not equivalent to an ideology stemming from or masking an economic reality, nor is it merely a spillover effect of the economic on the political or the social. Rather, as Foucault inflected the term, a political rationality is a specific form of normative political reason organizing the political sphere, governance practices, and citizenship.*”<sup>7</sup> *A political rationality governs the sayable, the intelligible, and the truth criteria of these domains.*”

<sup>6</sup> Apesar de Goffman adotar perspectivas funcionalistas que, muitas vezes, culpabilizam a pessoa estigmatizada pelo estigma atribuído, seu estudo sobre esse tema é de extrema importância e possibilitou que muitos outros

corporais realizadas para demarcar pessoas que não seguiam premissas sociais. Atualmente, as marcas são feitas de outra forma: são convenções sociais que determinam se tal pessoa receberá essa marca ou não.

Essa marca, ou seja, o estigma, existente na política social é derivado do estigma relacionado à pobreza. Ser visto como pobre em uma sociedade que diz que “o sol nasce para todos”, é tomar para si a responsabilização de um sentimento de incapacidade provocado pela forma estrutural do capital. Porquanto, o estigma não está localizado na política social em si, mas na sua vinculação com a pobreza e o consequente “fracasso social” que a qualifica de acordo com o neodireitismo. O problema não é ser usuário da política social, mas sim ser visto como pobre por precisar do seu auxílio para sobreviver. Dessa forma, acredita-se que a problemática do estigma está na sociedade que, como Goffman (2008) sinaliza, adota padrões de comportamentos que precisam ser seguidos, e que têm sido reforçados pela ideologia da nova direita.

Alves (2000) afirma que há diferentes vertentes e entendimentos sobre a nova direita, entretanto, todas elas se misturam e se retroalimentam. Para essa mesma autora, o que caracteriza a nova direita é “a crítica ao modelo igualitário erigido no segundo pós-guerra nas democracias liberais” (ALVES, 2000, p. 189). Essa crítica se desenvolve de duas formas: ou com adesões de modelos de proteção social que contribuem com os interesses da nova direita, em detrimento dos modelos de proteção social guiados pelo Estado de Bem-Estar, ou com práticas que desmantelam esse último modelo (ALVES, 2000).

Isso se dá, justamente, pelos neodireitistas serem contra as políticas sociais universais e incondicionais. Os adeptos desta corrente não acreditam em necessidades humanas objetivas e coletivas, logo, reproduzem um modelo de proteção social<sup>7</sup> focalizado no indivíduo e na extrema pobreza, no qual a família assume posição principal no cuidado de seus membros “problemáticos” ou “vulneráveis” (PEREIRA, 2016). Com isso, nessa culpabilização do

---

pesquisadores dessem prosseguimento à sua obra, como por exemplo, Link e Phelan (2001) que trazem o conceito empregado por essa dissertação.

<sup>7</sup> O termo proteção social, conforme Pereira (2016) expressa-se, semanticamente, como algo sempre positivo. No entanto, na sua *práxis*, as variadas formas de proteção social assumiram características diversas nos diferentes tempos históricos, nações e princípios ideológicos e culturais aos quais se submeteu. No capitalismo, conforme ressalta a autora, a proteção social não protege e nem é social, mas, ao contrário, pune ou aprisiona em armadilhas os seus beneficiários e configura-se como estratégia verdadeiramente antissocial. Neste trabalho, a terminologia proteção social será utilizada levando-se sempre em conta suas limitações, contradições internas e incoerências, para se referir às ações estatais voltadas para o atendimento (satisfatório ou não, bem-intencionado ou não, justo ou não) das necessidades humanas da sociedade em geral.

indivíduo, se agregam amplos discursos de caráter neoconservador. Até mesmo porque, conforme explica Fiori (1998), a maior vitória da direita/nova direita foi ter alinhado o seu discurso ao senso comum, o que gera um avanço desenfreado do discurso neoconservador na sociedade, recaindo em uma perspectiva de que a nova direita apresenta um viés muito mais moralista do que econômico (PIERUCCI, 1987).

Essa influência social se dá pelo já falado amálgama do neoliberalismo com o neoconservadorismo, que ficou conhecido como nova direita. Ao serem contra o Estado de Bem-Estar Social e atribuir-lhe a culpa da crise econômica, os neodireitistas estão visando combater políticas sociais universais, atacando a proteção social pautada na comunidade. Esse fato se agrava a partir do momento em que o Estado transfere suas responsabilidades para as iniciativas privadas, mercantis ou não, adotando, assim, uma prática neoliberal de interferência estatal mínima. Essa transferência favorece o crescimento de comercialização de políticas sociais sendo essa perspectiva adotada por variados países do mundo, em maior ou menor grau, dependendo da sua implementação de Estado de Bem-Estar Social. Segundo Moser e Mulinari (2017) este processo foi intensificado a partir da década de 1980 com a influência neoliberal. E acrescenta-se: não somente do neoliberalismo, mas, também, do neoconservadorismo, a partir da fusão de ambos, formando o neodireitismo.

Ao pensarem que a intervenção estatal na proteção social tira do usuário a possibilidade de escolha pelo serviço que achar mais conveniente (PIERSON *apud* PEREIRA, 2016) e por não acreditarem em necessidades sociais objetivas e universais, os neodireitistas repudiam políticas sociais amplas, apoiando e adotando ações residuais e focalizadas apenas nos mais pobres entre os pobres, já que creem que nem todas as desigualdades sociais devem ser combatidas, por serem necessárias ao bem comum (PEREIRA, 2016). Dessa forma, prezam pela prevalência do mercado na identificação da necessidade das pessoas, o que, segundo eles, garantiria mais liberdade ao indivíduo usuário e prosperidade ao capital, beneficiando pela gestão “racional” de recursos financeiros.

Sendo assim, o neodireitismo adota modelos de proteção social residual que são cunhados de acordo com uma lógica neoliberal mercantil na economia, na qual um Estado fraco deve interferir o mínimo possível nas decisões de lucro das empresas, e com uma lógica neoconservadora na esfera política e social, na qual um Estado forte deve interferir para conservar privilégios e tradições e combater fugas do padrão dominante. O que possibilita a criação e promulgação de estigmas que são inatos a políticas sociais capitalistas.

Políticas sociais focalizadas fomentam estigmas. Pereira-Pereira (2003) demonstra como os governos neodireitistas se utilizam da focalização para a concepção da pobreza como algo natural e que não é passível de “solução”. Ao adotar critérios de seleção para a focalização, a nova direita cria e estipula um afastamento maior entre as classes, mas também uma maior estigmatização dos usuários da política social.

Citando como exemplo sobre a atuação do estigma na focalização de políticas sociais, pode-se falar dos programas de financiamento de imóveis para moradia por pessoas de baixa renda. Eles estabelecem uma série de condicionalidades que precisam ser atendidas e a renda é uma delas. O princípio é o mesmo do financiamento de residências que são realizados por bancos, a diferença é que eles são voltados para pessoas pobres. Não há estigma em financiar residências quando se é de classes altas, mas há com aqueles que utilizam esses programas, principalmente com as pessoas que se encaixam em perfis mais pobres, já que é para elas que se destina os complexos de habitações populares. Elas estão localizadas em bairros isolados da periferia das cidades e carregam o estigma de abrigarem criminosos, bandidos, traficantes e usuários de drogas, sendo todos esses julgamentos pejorativos atribuídos à pobreza de seus moradores.

Outra elucidação é quando uma iniciativa derivada de uma política social universal adota critérios de focalização com condicionalidades atribuídas, principalmente, à renda. Se um serviço de saúde está sendo disponibilizado gratuitamente para toda a população e passa a ser exigido que só pessoas pobres tenham acesso, as pessoas que utilizam e necessitam do serviço terão vergonha de utilizar e se mostrarem publicamente como usuárias dele, pois a condicionalidade serve como atestado de pobreza e de um suposto fracasso social. Diante o exposto, o **objeto de pesquisa** é a influência neodireitista no estigma da política social.

A partir da problematização realizada acima, surgem **questões de partida** que essa dissertação visa responder, são elas: por que a focalização na extrema pobreza realizada pela nova direita contribui para o aumento do estigma nas políticas sociais capitalistas e, conseqüentemente, em seus beneficiários? E com que objetivos este fortalecimento tem se dado? O estigma é usado como uma ferramenta de dominação pela nova direita? O estigma provocado pelo Neodireitismo possui particularidades que o diferenciam do estigma inato às políticas sociais capitalistas residuais no geral? Diante disso, formulamos as hipóteses de pesquisa.

## **Hipóteses**

- 1) O estigma é fortalecido porque favorece pressupostos neodireitistas ao colaborar para a manutenção da sociedade de classes, amplificando, inclusive, as desigualdades sociais existentes. O estigma contribui, também, para a extinção de políticas sociais em prol da mercantilização daquilo que elas visam atender. Dessa forma, o estigma favorece e amplifica não apenas o desmonte das políticas sociais, mas também o comércio criado em torno dessa precarização;
- 2) A focalização de políticas sociais funciona como ferramenta de interesses das classes dominantes. Ao focalizar, cria-se o estigma já que apenas os mais pobres entre os pobres ou, de acordo com o ideário neodireitista, os mais fracassados, estão autorizados a se beneficiar da proteção estatal. Sendo assim, políticas sociais universais são necessárias para o atendimento integral de seus usuários, desestabilizando práticas de estigmas.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

Compreender como os ideais neodireitistas fomentam o estigma nas políticas sociais capitalistas.

### **Objetivos Específicos**

- 1) Identificar como o estigma permeia a política social capitalista;
- 2) Analisar como a nova direita contribui para a intensificação do estigma;
- 3) Compreender as influências da nova direita na política social;
- 4) Contribuir para o fortalecimento do debate sobre a nova direita e política social, especialmente no âmbito do Serviço Social.

## **Justificativa**

A necessidade de estudos sobre as consequências da nova direita para as políticas sociais é evidente. Muitas pesquisas já foram realizadas abordando somente a perspectiva do neoliberalismo, ressaltando sua perspectiva econômica. Entretanto, o neoconservadorismo cria condições sociais que alavancam o neoliberalismo na sociedade e ambos, imbricados, formam

uma nova e mais brutal ideologia, que vem crescendo em todo o globo e que segue acompanhada por retrocessos e barbárie. Conforme exposto, essa ideologia defende um modelo de proteção social próprio que reverbera na formulação de políticas sociais por governos que compactuam com suas diretrizes residuais. Por se tratar de um fenômeno mundial é preciso compreender como a classe trabalhadora será afetada e quais os meios para reverter essa situação de exploração e empobrecimento em massa, permeada por estigmatizações. Segundo dados do Banco Mundial divulgados em 2018, quase metade da população mundial (3,4 bilhões de pessoas) vive em situação de pobreza<sup>8</sup> (Banco Mundial, 2018).

O papel do estigma nesse processo precisa ser estudado também. As premissas da sociedade capitalista não são condizentes entre si. Se o capitalismo não consegue empregar a todos pois precisa do Exército Industrial de Reserva<sup>9</sup> para sobreviver, logo é insustentável a sua premissa meritocrática, uma vez que nem todos conseguirão ser absorvidos pelo mercado de trabalho. Aqueles que não conseguem empregos que cumpram sua promessa social de fornecer condições básicas de subsistência são atingidos pelo estigma existente na sociedade. É necessário compreender se a nova direita, ao perceber esse movimento de estigmatização, a utiliza como ferramenta de dominação para que a própria classe trabalhadora milite a favor do fim das políticas sociais universais.

É preciso saber, entretanto, como e porque essas determinações são úteis para o capitalismo. Apesar de Agnes Heller (2016) mostrar como os preconceitos são úteis para esse sistema e o estigma ser originado e originar preconceitos ele não se encerra aí. A nova direita, ao se espalhar pelo mundo, não somente produz novos estigmas, como fomenta estigmas que já estão postos, principalmente os relacionados com a pobreza.

Discursos que pregam a existência de uma dependência obsessiva do Estado mostram como é imperioso para os estudos das políticas sociais considerarem, também, as tentativas e ações ideológicas que os capitalistas impõem na sociedade. Isso porque esses discursos permeiam a realidade e conseguem reverter direitos adquiridos. Behring e Boschetti (2006) mostram que

---

<sup>8</sup> De acordo com metodologia do Banco Mundial, é considerado pobre quem sobrevive com menos de US\$ 5,50 por dia.

<sup>9</sup> O Exército Industrial de Reserva faz parte da Lei Geral de Acumulação Capitalista. De modo geral, essa lei explicita que o capitalismo precisa de mão de obra excedente para que possa efetivar o sistema de alienação e opressão do processo de produção e de valorização da mercadoria (MARX, 2017). O próprio sistema capitalista proporciona, naturalmente, essa exclusão de mão de obra qualificada que não é absorvida, já que não existe pleno emprego. Para esse excedente, Marx dá o nome de Exército Industrial de Reserva.

as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 39).

Por mais que o objeto dessa pesquisa não necessite da metodologia de análise de políticas sociais, pois o estigma não se inicia e se encerra nelas, ele permeia e perpassa toda a estrutura social envolta na política social. Dessa forma, é importante observar que as políticas sociais, por estarem inseridas na sociedade, absorvem e geram, ao mesmo tempo, aspectos sociais, inclusive o estigma.

Justifica-se esse trabalho também pelo desejo que o pesquisador tem de se aproximar da área da política social e seus desmontes. Estudar a influência da nova direita na política social é um desafio pessoal múltiplo. Como o pesquisador é usuário de políticas sociais, observa-se evidente o desmonte que essa ideologia tem realizado no cotidiano. Entretanto, como defensor de que as crises sociais estão sempre interligadas com um motivo social mais profundo, os desafios cotidianos não se encerram na sua aparência sendo necessário estudos aprofundados sobre sua essência para estabelecer causas e procurar soluções, ainda que, essas soluções sejam, de fato, apenas alcançadas em um modelo societário que não pregue a exploração do homem pelo homem.

A escassez de materiais em português que revelem as contradições e relações existentes sobre a nova direita e política social é um dos motivos que perpetuam o desafio citado. Realizar este debate na língua portuguesa é essencial para que pesquisadores possam ter contato com esse conteúdo e realizem novas pesquisas.

Outro motivo que justifica este trabalho é a possibilidade de trazer pro Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília uma percepção sobre a nova direita, estigma e política social, contribuindo para o debate crítico realizado no curso do mestrado.

## **Metodologia**

A metodologia constitui uma das principais partes de um trabalho acadêmico, sendo fundamental para atingir os objetivos propostos. Isso porque, é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2002, p. 16). Realidade essa, que corresponde a um determinado momento histórico e por isso, o objeto das Ciências Sociais

contém uma consciência histórica, sendo ele moldado e influenciado pelos seres humanos que o vivem (MINAYO, 2002).

Rampazzo (2005) mostra que a realidade é estudada pelos diversos níveis de conhecimento como o religioso, o científico, o popular, entre outros que se constituem como modelos de explicação dos fenômenos da sociedade. O método, responsável pela validade do conhecimento científico realizado nas pesquisas acadêmicas, se baseia nos processos de observação e experimentação, realizados a partir de instrumentais de análise que permitirão uma aproximação com a realidade. Esta, que está em movimento, é dinâmica e complexa.

Na teoria marxista, a realidade é um complexo formado por um conjunto de complexos que formam a totalidade, que não pode ser fragmentada e que demanda do pesquisador uma abstração da imediatez para compreender a essência dos fenômenos e processos sociais (NETTO, 2011). Uma metodologia científica é dividida em duas partes: método e procedimentos metodológicos. No primeiro é estabelecido qual a “visão de mundo” que guiará a discussão das categorias, estudadas à luz de um direcionamento ideológico e teórico elencado e descrito no tópico em questão. Já no segundo, são apresentadas as ferramentas, o instrumental técnico e o percurso metodológico que o pesquisador irá percorrer durante a investigação com a finalidade de responder as questões levantadas e alcançar os objetivos propostos.

## **1.1. Do método**

O método elencado para a pesquisa foi o Materialismo Histórico Dialético. Compreende-se que esse método de pesquisa consegue estabelecer uma aproximação com a realidade a partir de aproximações sucessivas que, após abstrações e reflexões, proporcionou um entendimento mais próximo da “coisa em si”, ou seja, dos processos estudados. Permitiu partir da aparência do objeto de pesquisa e caminhar na direção da sua essência, ou seja, a sua complexidade dinâmica e estrutural, possibilitando formular um conhecimento teórico comprometido com realidade (NETTO, 2011).

Nessa pesquisa a aparência do objeto está no estigma na política social. A sua essência caminha na direção da dualidade complexa e contraditória dos processos de dominação da classe burguesa que empobrece e mantém as relações de exploração das classes trabalhadoras para manter os padrões de reprodução do capitalismo. Assim, tanto a nova direita quanto o estigma são peças que levarão a compreender e identificar a estrutura que ambas categorias estão situadas.

O Materialismo parte da premissa de que o mundo existe por ele mesmo e a sociedade faz parte dele, por isso, analisa-se o mundo e seus reflexos no ser e o ser e seus reflexos no mundo (BASBAUM, 1950). Dessa forma, só é possível estudar, por meio deste método, fenômenos que, de fato, existem na sociedade, seja ele um fenômeno que se reverbera de forma tangível ou intangível. O método é histórico, pois afirma que o objeto de pesquisa não surge “do nada”, não é estático e sofre interferências provocadas pelas ações da sociedade em que está inserido. Por este motivo, o objeto de pesquisa é, por vezes, transformado ao mesmo tempo em que transforma, por isso a relevância do seu estudo delimitando tempo e espaço em que está sendo analisado. Essas modificações são frutos de características sociais, ou do objeto, contraditórias, que acabam por modificá-los.

Essas contradições derivam da perspectiva de que o materialismo, ao analisar o que existe na sociedade, depende dos acontecimentos e repercussões dos fenômenos. Dessa forma, a partir do estudo da essência do objeto com as técnicas e meios proporcionados com a evolução da ciência é possível determinar novas verdades ou até mesmo fatos que são opostos, mas não excludentes, já que servem para o mesmo princípio (BASBAUM, 1950). A título de exemplo: um objeto determinado pode mostrar características aparentemente antagônicas, como ser benéfico e não benéfico para diferentes classes sociais ao mesmo tempo, graças às contradições dialéticas a ele inerentes.

A interpretação dialética permite uma concepção específica acerca do objeto. Ao entender as contradições existentes a partir da análise da essência do objeto, que se dá por meio da abstração, permite a compreensão da totalidade da sociedade em si. Totalidade essa, que é complexa e que existe por si mesma. Por esse motivo, uma pesquisa não permite a neutralidade. Não é possível ser neutro, pois, ao mesmo tempo em que o pesquisador estuda a sociedade, ele também a modifica e é por ela modificado (NETTO, 2011). Ao abstrair o objeto para poder analisar a sua essência, o pesquisador utiliza conhecimentos acumulados e adquiridos durante as suas aproximações sucessivas ao seu objeto de estudo que, ao serem agregados, se complementarão e integrarão o estudo da totalidade (BASBAUM, 1950).

Importante ressaltar que uma das qualidades do método explorado por Marx é estabelecer que as aproximações sucessivas ao objeto permitem também um caminho de volta (NETTO, 2011). Dessa forma, permitiria a determinação de categorias que darão suporte à pesquisa, que para Marx, “exprimem [...] formas de modo de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” (*apud* NETTO, 2011, p. 46).

Ianni (2011, p. 397) classifica a construção da categoria como “o núcleo, o desfecho da reflexão dialética”. Dessa maneira, a categoria é uma parte da realidade que consegue determinar uma reflexão que funciona dialeticamente. A determinação de categorias em uma pesquisa materialista histórica e dialética visa a determinação crítica do real (IANNI, 2011). Isso porque, para esse autor, a seleção de categorias parte da premissa de desvelar o que está posto. É necessário que se tenha uma busca para além da aparência que consagra o objeto e explicar aspectos que não são visíveis em níveis rasos de análise.

Por isso, as categorias principais que foram elencadas nesta pesquisa, tendo em vista o objeto de estudo, são: política social, nova direita, estigma. Essas categorias, por serem teorias de fenômenos complexos, conseguem se subdividir em outras categorias, também complexas, que foram elencadas em níveis secundários, como proteção social, necessidades humanas, neoconservadorismo, neoliberalismo, violência, pobreza. Todas as categorias são passíveis de serem analisadas pelo método materialista histórico dialético.

A categoria **política social** apresenta um caráter histórico, que permeia as ações da sociedade capitalista para o seu desenvolvimento e enraizamento. É por meio das contradições dialéticas que a política social precisa ser analisada, já que precisa considerar todas as perspectivas de atender **necessidades humanas** por parte da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que vira objeto de disputa entre as classes sociais e modelos de organização societária, principalmente em épocas de crise socioeconômicas alavancadas pelo modelo de acumulação do capital vigente.

Além disso, o debate de universalização e focalização de políticas sociais precisa ser realizado quando são abordados o **estigma**, a **pobreza** e a **proteção social**. O **estigma**, que é a categoria fundante dessa pesquisa, consegue explicar e ser explicado mediante aproximações sucessivas com as outras categorias. O estigma pode ser observado como uma forma de **violência** contra as classes trabalhadoras, quando analisamos os efeitos dessa categoria nos usuários das políticas sociais.

A **nova direita** permeia todas as categorias elencadas, cada uma com aspectos diferentes, mas ainda com o mesmo viés: cercear liberdades e manter a ordem societária das classes dominantes. O **neoliberalismo**, que ao se juntar com o **neoconservadorismo** – ambos com perspectivas radicais de si mesmos – constitui a Nova Direita, cria condições de propagação do capitalismo e repudia qualquer interferência estatal no social, salvo se for para resgate de empresas capitalistas da falência. Ao utilizar o materialismo histórico dialético como método, pretende-se compreender essa movimentação que valoriza o lucro do mercado em

detrimento da qualidade de vida das pessoas por meio da retirada de direitos sociais e, em alguns casos, até mesmo os civis.

## 1.2. Dos procedimentos metodológicos

Compreende-se que, ao tratar de um tema atual e em constante movimento, é necessário que o avanço sucessivo ao objeto de pesquisa se dê por meios atuais de observação da realidade, como a leitura crítica de livros, teses, artigos, dissertações, reportagens científicas e de opiniões. Todas disponibilizadas em publicações científicas periódicas.

As análises foram feitas com base no modelo de pesquisa, que é a pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa, segundo Minayo (2002) é elaborada em realidades que não podem ser medidas em números e sim compreendidas como fenômenos complexos que utilizam a dialética para moldar teorias condizentes com o objeto inserido na realidade que pretende ser estudada.

Dessa forma, as leituras fortaleceram um debate crítico exigido pelo método materialista histórico dialético. A problematização é necessária para a compreensão e desvelamento dos processos de constituição da nova direita que ganhou forças com o passar dos anos. Buscou-se, assim, complementar e agregar conhecimentos, que possibilitarão que os objetivos de pesquisa sejam alcançados.

Os textos foram procurados nas bases de dados científicos nacionais e internacionais indexados pela CAPES. As bases do *Google Acadêmico*, da *SCIELO*, *MIT Press*, *University of California Press*, *The University of Chicago Press* e o Banco de Teses e Dissertações do CNPQ/CAPES foram as fontes primárias de consulta. A partir desses textos primários, que foram localizados digitando as palavras-chaves “Estigma”, “Pobreza”, “Nova Direita”, “Neoliberalismo”, “Neoconservadorismo” e “Política Social”, foram localizados outros textos a partir das listas de referências bibliográficas dos textos primários.

O meio de coleta de livros se deu, também, pelo banco de dados da *University of California Press* correlacionado com a busca de livros no sítio de vendas da *Amazon* Brasil. Ao digitar uma das palavras acima elencadas, o pesquisador procurava o rol de livros que apareciam na *Amazon*. Ao localizar um que se assemelhasse ao objeto e às questões de partida, foi pesquisado pela resenha ou informações relevantes sobre o autor/autora e o conteúdo do livro. Após essa análise, o livro foi adquirido para sua leitura integral.

Assim, além desta introdução e das considerações finais, essa dissertação se divide em 3 capítulos. O **primeiro** capítulo traz um resgate histórico da constituição das correntes teóricas

que formam a nova direita: o neoliberalismo e o neoconservadorismo, junto com suas percepções de Estado e sociedade. Dessa forma, é possível que a pessoa que está lendo este trabalho compreenda a formação da nova direita e porque ela foi considerada, nesta pesquisa, como um antagonismo complementar.

O **segundo** capítulo complementa o anterior ao abordar o estigma nas políticas sociais. Mostra como o estigma está presente nas políticas sociais, desde suas origens, entretanto, sem prender-se em densos resgates históricos sobre a política social, visto que este não é o objetivo da dissertação. Neste capítulo, ainda, é problematizada a possibilidade do estigma ser fomentado pela nova direita e se é utilizado como uma ferramenta que possibilita a focalização de políticas sociais.

Por fim, no **terceiro** capítulo, é analisada as relações do estigma e da nova direita com a política social, evidenciando as constituições da política social em tempos de nova direita e os estigmas existentes ao decorrer desses processos. Ainda, neste capítulo, é retomada a problematização da focalização de políticas sociais, causada pela desestatização provocada pelo neodireitismo e de como a universalização das políticas sociais permite uma menor chance de estigmatização.

## **CAPÍTULO 1 – A Ideologia da Nova Direita**

Este capítulo abordará parte do referencial teórico que compõe esta dissertação de mestrado. Está dividido de forma que a pessoa que está lendo possa compreender a formação histórica da nova direita e sua correlação de forças antagônicas, mas que, ao mesmo tempo, geram grande apelo mercantil e social, devido às influências dessa teoria na sociedade. Foi apresentado primeiro o estudo de cada teoria em separado, para depois realizar uma análise do amálgama de ambas, no que se entende por nova direita.

### **O conceito**

A nova direita ou neodireitismo, como já brevemente citado, é a fusão de duas correntes ideológicas de direita: neoliberalismo e neoconservadorismo (AFONSO, 2007; PEREIRA, 2016). Surge, como corrente ideológica forte, no final da década de 1970, e espalha-se pelo mundo político nos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, com início em 1979, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, com início em 1980. Nesse mesmo período, os partidos conservadores conseguiram uma onda de vitórias em locais antes governados por socialdemocratas, como Chile (Harvey, 2008), Espanha e a França (ALVES, 2000).

Pela nova direita ser formada por duas ideologias genéricas é possível compreender os elementos que dão força para esse avanço e estudá-los de forma ampla sem enfoque em países específicos. É importante salientar, entretanto, que cada país tem características próprias como resultado dos planos sociopolíticos e econômicos estabelecidos pelo neoliberalismo e pelo neoconservadorismo, se aproveitando das características culturais da formação socioeconômica de cada país. Assim, como a nova direita é o amálgama dessas duas ideologias, o próximo subtópico discorre sobre o neoliberalismo e suas implicações na sociedade, mas, principalmente, na proteção social.

### **Neoliberalismo**

Conforme demarcado na introdução, tanto o neoliberalismo, como o neoconservadorismo e a nova direita, foram tratados, nesta dissertação, na perspectiva marxista de ideologia atualizadas nas teorias de Althusser.

Há uma perspectiva, conduzida por alguns autores<sup>10</sup>, que inclusive foram citados nesta dissertação, de que a racionalidade política seja o método mais eficaz para falar dos alcances do neoliberalismo na sociedade, em vez da ideologia. Isso acontece por compreenderem que tratar o neoliberalismo como ideologia é não conseguir analisar as nuances neoliberais, principalmente em aspectos entendidos como não econômicos. Além disso, compreendem também que o marxismo não consegue extrapolar as vias econômicas de análise do neoliberalismo.

Essa teoria parte das ideias Foucaultianas sobre as formas de regulação do Estado sobre a vida de seus cidadãos, ou seja, uma “racionalidade governamental”, sendo o governo a “atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais” (FOUCAULT, 2008, p. 432). Não obstante, o pesquisador se resguarda na perspectiva de que, encarar o neoliberalismo como uma racionalidade política, apesar de ser uma perspectiva crítica, não consegue compreender o sistema capitalista na sua essência.

Marx, de fato, em toda sua teoria sobre o capital, se debruçou sobre o aspecto econômico, mas ele o extrapola, principalmente nas suas obras com Engels. A teoria marxista também possui suporte que agrega a compreensão de que o capitalismo permeia o cotidiano, se imbricando e determinando relações sociais, modos de vida, personalidade, cultura e a vida humana, então esse sistema por si só consegue moldar esses aspectos citados.

O neoliberalismo, assim, é uma ferramenta ideológica que aprimora essas arbitrariedades e as torna intrínsecas à vida do ser humano, se tornando tão natural a ponto de ser considerado ontológico. A ideologia para Althusser, teórico marxista, perpassa as classes sociais, indo das elites para as bases por meio de aparatos específicos. Diferentemente dos aparelhos de repressão próprias do Estado, esses aparatos compreendem uma gama de entidades ideológicas que vão perpetuar as ideologias dominantes, se denominando assim de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE).

Ele mostra como a ideologia propícia para as elites consegue permear e moldar a sociedade de forma disfarçada por meio de instituições que formam o comportamento social, como escolas, igrejas, a imprensa, o sistema político, entre outros, que são os AIE. Sendo assim, essas instituições ajudam a propagar o neoliberalismo e imbricá-lo nas relações sociais, mudando configurações já antes estabelecidas e adotando novas formas, inclusive de

---

<sup>10</sup> Brown (2006; 2019) e Dardot; Laval (2016).

relacionamento entre as pessoas e consigo mesmas, em consonância com o pensamento de Dardot e Laval (2016).<sup>11</sup>

Esta dissertação entende que a diferença entre as duas formas de análise é que a primeira se refere a atividade da dominação do Estado e a força que esse poder tem nas pessoas. Já o segundo refere-se a instituições e a sua atividade. Entretanto, eles não são excludentes e conseguem, em alguns momentos e de certo modo, se complementarem: como uma atividade de dominação governamental agirá sem a utilização de aparatos do Estado para que os legitime, e vice e versa?

Dessa forma, fica evidente o posicionamento do pesquisador de não utilizar “racionalidade política” e sim “ideologia”. Discorrem, de uma maneira generalizada, sobre os mesmos aspectos sociais, e assim prevalece o termo “ideologia” pelo critério teórico-político adotado pelo autor. Ademais, é possível compreender como que o Estado se transforma em um instrumento ideológico para a burguesia conseguir manter o seu poderio.

Explica-se, dessa maneira, como a ideologia neoliberal conseguiu moldar e reformular toda a sociedade capitalista, possibilitando uma maior acumulação e manutenção de classes. Dependendo do momento histórico, essa manutenção tende a ser mais fraca ou mais forte, mas antes disso, é preciso compreender a formação histórica do neoliberalismo, que será abordada no próximo tópico.

### **O surgimento e a ascensão do neoliberalismo**

O neoliberalismo ganha força nos anos 1980, em especial nos governos Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos. Esta corrente ideológica surgiu como atualização dos princípios do liberalismo, em resposta ao forte crescimento de intervenções estatais nas economias propiciadas pelo modelo protetivo do Estado de Bem-Estar Social e a organização econômica baseada nos princípios do Keynesianismo.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, foi necessária uma conciliação entre as classes devido ao receio de uma nova ascensão e propagação dos ideais socialistas que tinham

---

<sup>11</sup> Dardot e Laval fazem parte da gama de autores que analisam o neoliberalismo como uma racionalidade política. O livro de suas autorias “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” de 2016, traz ideias fundamentais para a compreensão do implemento do neoliberalismo na sociedade. Também, fazem análise de como o neoliberalismo se tornou um modelo de pensamento e visão que altera a concepção das pessoas sobre os outros e sobre si mesmas. Entretanto, os autores não utilizam o método marxista para análise, e cometem equívocos ao julgar a teoria marxista como incapaz de compreender o neoliberalismo de uma forma sociopolítica.

surgido como uma forte alternativa ao sistema capitalista e suas crises (HARVEY, 2008). Com essa conciliação, os capitalistas se viram obrigados a ceder um modelo de Estado, que também visasse a classe trabalhadora e não somente a eles. Assim, os Estados começaram a adotar medidas que fossem salientadas no “pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado” (HARVEY, 2008, p. 20). Para que isso fosse possível, os países começaram a adotar práticas econômicas que eram alinhadas à economia *Keynesiana*, que se alinhou perfeitamente ao já empregado regime de acumulação de capital fordista<sup>12</sup>.

Essa mescla acarretou o período que ficou historicamente conhecido como “os 30 anos gloriosos”, por causa do elevado crescimento econômico dos países e, também, pelo acesso a direitos sociais e trabalhistas, conquistados pelos movimentos sociais da classe operária, possibilitando, assim, o Estado de Bem-Estar Social, que avançou e conquistou países ao redor do mundo.

Entretanto, essa proliferação do Estado de Bem-Estar Social incomodava as elites, visto que a sua posição privilegiada de poder estava sendo ameaçada pela ascensão socioeconômica da classe proletária, devido a essa atenção que o Estado dirigia a ela por meio de políticas sociais.

Concomitantemente à multiplicação do Estado de Bem-Estar Social, em 1945, percebendo as movimentações político-econômicas e inconformado com a estrutura estatal regulando a economia em prol da classe operária, Friedrich von Hayek organizou o neoliberalismo como corrente ideológica política e econômica, criticando as intervenções estatais no mercado (ANDERSON, 1995). É importante salientar que, tanto a Inglaterra quanto os Estados Unidos (EUA), não tiveram suas economias prejudicadas em níveis exorbitantes pela guerra, já que a mesma não ocorreu em seus territórios, diferentemente de locais que tiveram seus territórios e populações dizimadas, como Hiroshima e Nagasaki, cidades japonesas

---

<sup>12</sup> O fordismo é também conhecido como uma forma de reestruturação produtiva do trabalho. Surgiu em 1914 e foi criado por Henry Ford. Esse modelo adotava características que visavam um lucro maior para a indústria e uma maior intensificação do trabalho para os trabalhadores, para que gastos sobressalentes fossem cortados. Implementou o sistema de linha de montagem, provocando uma alta especialização do trabalho. Gerou aumento dos salários dos trabalhadores (o poderio de compra não aumenta, devido à alta inflação) e foi o responsável pela mudança do sistema de consumo, agora baseado na disponibilização de insumos conforme a necessidade do comércio e não mais da sociedade. O comércio passa a ditar o que a sociedade irá consumir. Para mais informações sobre o Fordismo ver Dal Rosso (2008, p. 45-80).

que foram destruídas no maior ato terrorista da história mundial. Talvez por isso, a formulação de teorias sobre a não regulamentação estatal sobre os mercados fosse possível.

Hayek fundou a chamada Sociedade de *Mont Pèlerin* em 1947, para realizar encontros entre estudiosos que concordavam com suas perspectivas de não influência estatal na economia e na sociedade. Seus membros indicavam que as populações minoritárias queriam o poder para estabelecer um regime totalitário, no qual apenas as ideias a favor dessas populações fossem válidas, e que a liberdade de expressão, bem mais valioso da sociedade, estaria ameaçada (PEREIRA, 2016). Essa mesma autora mostra que, com esse discurso, os neoliberais queriam repudiar as transformações sociais que o Estado de Bem-Estar realizou, mesmo que minimamente, na sociedade capitalista (PEREIRA, 2016).

Assim, a proposta do neoliberalismo era combater o modelo econômico keynesiano que alicerçava o mercado na época. Anderson (1995) elucida que, em 1973, quando esse modelo econômico começa a entrar em “crise”<sup>13</sup>, como sinaliza Pereira (2016), os neoliberais passam a culpabilizar a alta importância que os governos deram aos sindicatos e às reformas a favor de direitos trabalhistas. Dessa forma, era necessário um Estado forte que conseguisse barrar o poder dos sindicatos sobre as pautas relacionadas ao trabalho, criando forte repulsa a eles por parte da classe trabalhadora (ANDERSON, 1995).

Os “30 anos gloriosos” estavam em um período de decadência, graças à forte influência social que os ideais neoliberais estavam proporcionando, não somente aos capitalistas, mas também ao senso comum. Os anos 1960, 1970 e 1980 foram marcados, ao redor do mundo, mas principalmente nos Estados Unidos, pela mobilização e ascensão de movimentos sociais que visavam/visam liberdades individuais e o reconhecimento por parte do Estado de suas existências para a fomentação de políticas públicas e direitos humanos. Harvey (2008) argumenta que o neoliberalismo se aproveitou destes movimentos sociais – como o movimento feminista, o movimento LGBT, o movimento trabalhista, o movimento negro, movimento hippie – deturpando seus discursos e se difundindo como defensor da liberdade individual e justiça social<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> O uso de aspas se dá por um posicionamento político do autor de não concordar que as crises capitalistas surjam devido ao fracasso de algum governo. Concorda-se com a perspectiva expressa em Mészáros (2009) de que as crises capitalistas são estruturais, mas também provocadas pela classe dominante.

<sup>14</sup> Harvey discorre sobre como é contraditório defender a justiça social e exigir liberdades individuais, sendo que a primeira implica, necessariamente, abrir mão de algumas liberdades próprias para que ela seja, de fato, estabelecida.

Ao fazer esse movimento, enfatizava que somente o mercado poderia atender individualidades e que o Estado não seria capaz de comportar e atender as especificidades que estavam sendo aclamadas pelos movimentos (HARVEY, 2008). Uma tentativa que, infelizmente, funcionou e ajudou na implementação dos ideais neoliberais na sociedade.

Esse mesmo autor mostra que a implementação do neoliberalismo destruiu diversas práticas econômicas e sociais em troca da ampla divulgação e investimento ao mercado, por considerar, como já foi dito, que o mercado consegue suprimir necessidades sociais com maior eficiência e liberdade, respeitando as particularidades e os gostos individuais. Assim, essa ideologia “sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado” (HARVEY, 2008, p. 13). Sendo assim, o neoliberalismo tem como sua marca principal o alinhamento do Estado para atendimento dos interesses do capital.

Katz (2016), por seu turno, mostra que, embora o modelo neoliberal tenha surgido para alavancar uma reestruturação econômica com atuação muito distinta do Keynesianismo, ele consegue desencadear crises específicas:

O neoliberalismo contraiu os rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias e agravou várias modalidades de superacumulação de capital (KATZ, 2016, p. 81).

Seguindo o princípio adotado por Harvey (2008, p. 165) de que os defensores ortodoxos da teoria neoliberal desaprovam as crises causadas nos países, chegando a considerarem recessões como uma “neoliberalização insuficiente ou imperfeita”, a neoliberalização dos países pode ser entendida como uma ferramenta da reestruturação do poder de classes. Esse aparato restaura, dessa forma, o poder das elites que viram a diminuição da desigualdade social durante o período da economia keynesiana, juntamente com o Estado de Bem-Estar Social, culminando em perdas do seu poderio social, político e econômico.

Tendo estabelecido no senso comum os seus ideais, o neoliberalismo precisava progredir para outros países. Isso foi feito devido ao grande desenvolvimento tecnológico no âmbito do mercado financeiro e aos empréstimos realizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que já estavam alinhados com a economia neoliberal. Para Harvey (2008), o neoliberalismo funcionava como moeda de troca: os Estados Unidos emprestavam a quantia (bilionária) necessária, se o país implementasse o regime econômico neoliberal. Os países, que queriam sair da crise, ludibriados pela falaciosa salvação, adotavam

as medidas. Esse fato contribuiu para a propagação do imperialismo (político, econômico, social, cultural) dos EUA pelo Ocidente e por grande parte do Oriente.

O primeiro país a possuir um governo neoliberal foi o Chile, após o golpe realizado por Pinochet no governo social-democrata de Salvador Allende, em 1973, implementando a ditadura militar no país. Entretanto, Harvey (2008) aponta que desde a década de 1950, economistas chilenos estavam sendo treinados na Universidade de Chicago como uma forma dos Estados Unidos impedir o avanço socialista na América Latina. Isso ocorreu, em conjunto com o desenvolvimento do grupo “the *Chicago boys*” que tinham como influenciador Milton Friedman e foram chamados para reconstruir a economia chilena após o golpe.

Assim como em todos os países do mundo que tinham uma forte classe operária devido à sua organização em movimentos sociais sindicais, o Chile teve os seus sindicatos trabalhistas desmoralizados e extintos. Esse movimento facilitou a retirada de direitos trabalhistas, reformas previdenciárias, privatizações de empresas estatais e a abertura do comércio para maiores investimentos externos via mercado financeiro, desvalorizando produtos nacionais (HARVEY, 2008). A retomada de poder pela classe burguesa estava destruindo todas as conquistas da classe trabalhadora. Ao retirar direitos sociais, o país usava os ganhos obtidos para pagar a dívida externa contraída ao receber os empréstimos estrangeiros. A austeridade é o que propicia esses cortes, se constituindo em uma das ferramentas do neoliberalismo, que faz com que os orçamentos destinados a políticas sociais sejam empregados em outro setor, principalmente para o setor financeiro<sup>15</sup>.

Rossi, Dweck e Arantes (2018, p. 27) defendem que a austeridade é uma “política de classe ou uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos”. Nesse sentido, a austeridade colabora com a efetivação, fortalecimento e ampliação de políticas sociais focalizadas, pois ao realizar cortes orçamentários de políticas sociais, ou seja, “a redução da quantidade e da qualidade dos serviços públicos aumenta a demanda de parte da população por serviços privados em setores como educação e saúde, o que aumenta os espaços de acumulação de lucro privado” (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p. 27).

Após a experiência do Chile ter dado certo – na perspectiva de ganhos para a burguesia, não somente nacional, mas também internacional – os Estados Unidos e a Inglaterra adotaram

---

<sup>15</sup> Para mais informações sobre austeridade e sua história, ver Blyth (2017) e Rossi; Dweck; Arantes (2018).

medidas de cunho neoliberal. Na Inglaterra, Margaret Thatcher, foi escolhida como primeira-ministra e Ronald Reagan foi eleito presidente nos Estados Unidos. Ambos os governos foram regados de práticas nocivas aos direitos sociais e trabalhistas. Houve privatizações que reduziram consideravelmente o número de empresas estatais, enfraquecimento dos sindicatos, reformas previdenciárias, aumento das desigualdades sociais, empobrecimento da classe trabalhadora e reestruturação e desmantelamento das políticas sociais.

No campo das políticas sociais, os Estados Unidos se tornaram o país emblemático na adesão de políticas sociais residuais<sup>16</sup>, que são derivadas do ideal neodireitista e focalizadas na extrema pobreza, possibilitando estigmas. Isso é fruto da inconsequente neoliberalização que o país implementou em seu território, causando danos irreparáveis aos direitos sociais.

Essa generalização sobre os governos é realizada pois a teoria neoliberal e sua prática ao redor do mundo apresentam as mesmas características, apesar das diferentes violências e práticas de implementação realizadas sobre os países. Entretanto, o que todos têm em comum é a tentativa de dominação por parte do capital financeiro sobre os países subdesenvolvidos. O neoliberalismo

É em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional **caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio** [...] A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns (HARVEY, 2008, p. 12, grifo nosso).

É evidente a forma com que o neoliberalismo se apropria do Estado em prol de seus benefícios próprios, transformando-o em uma configuração que permite modelos particulares de sociabilização, proteção social e conseqüentemente, de políticas sociais, que serão discutidos no próximo tópico.

### **O Estado, a política social e a sociabilidade neoliberal**

O Estado neoliberal é um Estado mínimo. Os defensores dessa corrente resgataram o conceito de Estado mínimo promulgado pelo liberalismo, que defendia uma mínima intervenção estatal na economia, devido à “mão invisível” do mercado ser capaz de regulá-lo sem interferências externas. Teoria que entra em contradição tendo em vista que o Estado

---

<sup>16</sup> Optou-se pela utilização do termo “residual” para caracterizar esse tipo de política social, por concordar com o posicionamento político de Pereira (2016). Para a autora, o termo residual denuncia a destinação e desmantelamento das políticas sociais que têm sido cada vez mais focalizadas na extrema pobreza.

precisou e precisa socorrer as instituições financeiras que vão a falência devido a crises do capital.

O Estado mínimo é tido por eles como a única solução que garante a efetividade da democracia (NETTO, 2012), que, como explica Brown (2019), não condiz com a realidade do neoliberalismo, que caminha para regimes antidemocráticos<sup>17</sup>. A liberdade (negativa), que é um valor plenamente defendido pela teoria neoliberal, se mostra, assim, passível de contestação em prol dos interesses das elites.

Dessa forma, o Estado neoliberal precisa privilegiar o capital em detrimento do social. Ele atende, entretanto, em alguns momentos à pressão causada pelas demandas elencadas da classe trabalhadora. Ao fazer isso, consegue amenizar as tensões entre as classes, apesar de sempre privilegiar a classe dominante, fazendo com que, até mesmo os governos de esquerda não-revolucionária ajam a seu favor. Por esses motivos, ele consegue se manter no poder por meio do “cansaço” gerado pela alternância de governos conservadores e progressistas (sociais-democratas), agravados pelas contradições existentes entre as classes sociais (KATZ, 2016).

Isso acontece porque o neoliberalismo precisa se manter no poder e, para isso, ele precisa se adaptar a novas características que surgem na sociedade como um todo. Para além disso, essa ideologia consegue produzir novas formas de comportamento em prol da manutenção do seu poderio. Dessa forma

o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (DARDOT; LAVAL 2016, p. 16).

Assim, ele não fica em voga somente porque é útil para as atividades mercantis, ele permanece, pois a sociedade reproduz e está inserida em padrões de comportamentos criados pelas sociedades neoliberais. Por conseguinte,

essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é inserido a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

---

<sup>17</sup> Para essa autora, o neoliberalismo caminha para regimes antidemocráticos principalmente pela sua junção com o neoconservadorismo, por esse motivo, esse tema será abordado na parte que compreende a nova direita, neste capítulo.

Com essa adesão, surgem e agravam-se os problemas percebidos por Byung-Chul Han em seu livro “Sociedade do Cansaço”. Estes problemas, que giram em torno dessa competição desenfreada entre as pessoas por causa da mentalidade neoliberal, têm desencadeado uma sociedade do desempenho. Esse modelo de sociedade obriga que as pessoas estejam sempre produzindo algo, tudo precisa ser aproveitado ao máximo de maneira exacerbada e toda tarefa executada deve ser perfeitamente desempenhada. Dessa forma, as pessoas se sobrecarregam de atividades para que consigam ser alguém de sucesso e se sentirem competentes, o que gera depressões, síndromes e ataques de pânico e ansiedade, como também a Síndrome de *Burnout*, ou em tradução livre, síndrome do esgotamento (HAN, 2017).

Não obstante, o Estado neoliberal recusa, fortemente, um modelo de proteção social cunhado em uma perspectiva universal, já que ele parte da aposta liberal no darwinismo social (SILVA, 2019). Essa teoria, fundada por Herbert Spencer diz, basicamente, que os mais fortes, os que estão inseridos na lógica societária imposta pelo neoliberalismo, conseguem sobreviver. Já os mais fracos, ou seja, os mais pobres, que não tiveram acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho formal, e que precisam conviver com políticas de segurança falhas, que visam à proteção da propriedade privada dos ricos, serão eliminados naturalmente por não seguirem a regra do sistema.

Perpetua-se, assim, a compreensão de que as dificuldades pessoais são as propulsoras das desigualdades sociais e não a exploração de classe (PEREIRA, 2002 apud SILVA, 2019). Entretanto, o neoliberalismo não abomina totalmente a intervenção estatal na economia, até mesmo porque ele precisa atender as necessidades dos extremamente pobres, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, mas ele fará isso sempre atendendo os interesses da classe dominante (SILVA, 2019).

Até mesmo porque o neoliberalismo em sua máxima, conforme aponta Silva (2019), pretende que o mercado tenha intervenções no Estado,

ou seja, como se não bastasse a defesa de que o Estado não deve intervir na economia para deixar livre o mercado, em que o mais forte subjugará o mais fraco, agora é o próprio mercado que, este sim, pode e deve, em movimento contrário, intervir, invadir o Estado, subjugando-o e colocando-o a serviço dos interesses econômicos privados, o que significaria abandonar a sociedade e as parcelas mais vulneráveis da população à sua própria sorte (SILVA, 2019, p. 414).

Conforme foi exposto, pode-se perceber o movimento que o neoliberalismo tem feito para se apropriar do Estado e reorganizá-lo de acordo com seus interesses próprios. A proteção

social sofrerá os impactos, de acordo com que foi demonstrado. Ao se propagar pelo mundo, ele consegue extrair e subjugar culturas transformando todas em uma grande cultura globalizada pelo alto, fazendo com que a cultura de cada país seja desvalorizada em prol de uma ocidental massificada. Isso não quer dizer que o neoliberalismo acaba com as identidades próprias de cada país, mas ele faz com que essas identidades se percam na sua própria existência e não tenham mais um grande apelo nacional.

O grande individualismo criado e fomentado por ele também causa grandes problemas para a classe trabalhadora. Se ninguém mais se reconhece como uma única classe, apesar das diferenças, como que os direitos serão conquistados na era neoliberal? E na nova direita onde tudo se agrava? É imperioso que a classe trabalhadora se una em busca de direitos que estão sendo retirados e esvaziados em detrimento de políticas neoliberais que prometem atender as especificidades de cada um, mas que não conseguem. O mercado não consegue atender as especificidades de todos por meio do comércio, já que a classe trabalhadora não tem dinheiro para pagar pela mercadoria ofertada. Quando se diz que a proteção social deixa de ser universal é nisso em que se traduz.

### **Neoconservadorismo**

O neoconservadorismo surgiu a partir das mudanças políticas, sociais e econômicas que se deram na segunda metade do século XX. Como por exemplo, o Estado de Bem-Estar e o avanço de pautas de movimentos sociais organizados, como o movimento feminista, o LGBT, o negro, e o movimento hippie, sendo o Estado de Bem-Estar, para os neoconservadores, o responsável pela crise que assolou o mundo capitalista no final da década de 1960 e início de 1970 (ALMEIDA, 2018).

Sendo assim, o neoconservadorismo é formado por todos os setores sociais que repudiam, de alguma forma, esses movimentos sociais. Wendy Brown (2006) mostra que esse grupo é heterogêneo e que

surge de uma convergência de contingentes dos interesses entre cristãos evangélicos, judeus Straussianos, admiradores declarados da Guerra Fria que fizeram um fetiche do oeste, feministas conservadoras e outros moralistas da família (como Lynne Cheney), imperialistas aleatórios, e os liberais convertidos e socialistas que, nas palavras infames de Irving Kristol, foram "assaltados pela realidade." Neoconservadorismo inclui intelectuais e anti-intelectuais, judeus seculares e cristãos evangélicos, músicos eruditos que viraram especialistas Soviéticos, professores de teoria política que viraram

estrategistas políticos, homens brancos irritados, e os negros de direita (BROWN, 2006, p 696, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Esses segmentos repudiam as referidas mudanças pois provocaram/provocam maior flexibilização da sociedade, que tende à diminuição das diferenças sociais, o que altera a estrutura social capitalista. Ao se ter um governo que ameace essas estruturas, mesmo que minimamente, o neoconservadorismo reage com força. Além disso, o que une um grupo tão diversificado é o desejo de se ter

um estado forte e um estado que vai colocar a sua força para usar [...] (Eles) teriam que o próprio estado se alinhasse com — e empoderasse — as corporações. Os neoconservadores rejeitam a vulgaridade da cultura de massas. Deploram a decadência de artistas e intelectuais. Eles, embora nem sempre religiosos, aliam-se com a religião e as cruzadas religiosas. Eles incentivam os valores familiares e o louvor de formas mais antigas de vida familiar, onde as mulheres se ocupam com as crianças, a culinária e a igreja, e os homens tomam os fardos da masculinidade. Eles veem na guerra e na preparação para a guerra a restauração da virtude privada e do espírito público [...] Acima de tudo, Irving Kristol escreve, neoconservadorismo apela para um renascimento do patriotismo, um poderio militar forte, e uma política externa expansionista (NORTON apud BROWN, 2006, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Expansão, pode-se acrescentar, mediante guerras ideológicas ou armadas, contra um inimigo muitas vezes imaginário, que supostamente ameaça os valores defendidos pelos neoconservadores, como a família patriarcal, entre outros citados acima.

Todas as concepções apresentadas sobre as estruturas do capitalismo estão implicadas no que diz Marx (2017) ao explicar a Lei Geral de Acumulação Capitalista. Conforme já explicado anteriormente, essa lei explicita que o capitalismo precisa de mão de obra excedente para que possa efetivar o sistema de alienação e opressão do processo de produção e de valorização da mercadoria (MARX, 2017). O próprio sistema capitalista proporciona, naturalmente, essa exclusão de mão de obra qualificada que não é absorvida, já que não existe pleno emprego. Para esse excedente, Marx dá o nome de Exército Industrial de Reserva. Então,

---

<sup>18</sup> *“It emerges from a contingent convergence of interests among evangelical Christians, Jewish Straussians, avowedly secular Cold Warriors who have made a fetish of the West, conservative feminists and other family moralists (Lynne Cheney types), random imperialists, and converted liberals and socialists who, in Irving Kristol’s infamous words, have been “mugged by reality.” Neoconservatism includes intellectuals and anti-intellectuals, secular Jews and evangelical Christians, chamber musicians turned Sovietologists, political theory professor turned policy wonks, angry white men, and righteous black ones”.*

<sup>19</sup> *“a strong state and a state that will put its strength to use [...] (They) would have that state ally itself with—and empower—corporations. Neoconservatives reject the vulgarity of mass culture. They deplore the decadence of artists and intellectuals. They, though not always religious themselves, ally themselves with religion and religious crusades. They encourage family values and the praise of older forms of family life, where women occupy themselves with children, cooking and the church, and men take on the burdens of manliness. They see in war and the preparation for war the restoration of private virtue and public spirit [...] Above all, Irving Kristol writes, neoconservatism calls for a revival of patriotism, a strong military, and an expansionist foreign policy.”*

se a sociedade capitalista depende do Exército de Reserva<sup>20</sup> para funcionar, o neoconservadorismo reproduz sua manutenção. Combaterá tudo aquilo que, para seus adeptos, visa “acabar” com ele. Esta é mais uma razão para que o neoconservadorismo adote discursos e práticas repressivas que visam à dominação de corpos, ou seja, sua apropriação.

Para que isso seja efetivado, criam-se leis, morais ou judiciais, que proíbam qualquer tipo de liberdade sobre os corpos, principalmente o da mulher, que tem determinado em seu papel social o da reprodução e manutenção da família (FEDERICI, 2017). Defesas de pautas como a legalização do aborto, a não gravidez (FEDERICI, 2017) e o casamento entre pessoas homossexuais<sup>21</sup> corroboram para uma possível diminuição do exército de reserva, sendo consideradas imorais para os neoconservadores. Desse modo, a dominação dos corpos ocorre com um viés econômico e político que atende aos interesses do capital.

Essa reestruturação acontece, então, como uma forma de reestabelecer o poderio para a classe dominante, que se sente ameaçada diante das mínimas conquistas de direitos por parte da população que compõe os movimentos sociais.

As pautas progressistas advindas dos movimentos sociais, que visam a libertação do corpo, da individualidade, da subjetividade e da diversidade humana são alinhadas com discursos da esquerda. Não por acaso, o considerado “pai do neoconservadorismo”, Irving Kristol, ao fundar esta corrente ideológica, estava decepcionado com a esquerda acadêmica (PEREIRA, 2016).

Kristol então se reúne com seus colegas de faculdade Irving Howe, Nathan Glazer, e Daniel Bell, que também estavam decepcionados com a esquerda acadêmica e começam a teorizar sobre os problemas sociais e os modos com que o Estado lidava com eles (PEREIRA, 2016).

Kristol, entretanto, não concordava com o avanço que o capitalismo estava tendo. Para ele, sociedades que pregam o consumo em massa são vazias de significado moral, que

---

<sup>20</sup> Entende-se que o contexto em que Marx criou esse termo era outro, de plena iminência da Revolução Industrial. Por causa da reestruturação das forças produtivas e da adesão de uma variedade de novas formas de produção, não apenas de caráter industrial, optou-se pela utilização do termo sem esta palavra.

<sup>21</sup> O casamento entre pessoas homossexuais tem sido, em algum grau, “permitido”, graças ao grande apelo mercantil que essa indústria movimenta, ao contrário das outras pautas mencionadas. Até mesmo porque, com o avanço da medicina e congruência de entendimentos medicinais sobre as técnicas de reprodução assistida, casais homossexuais podem ter filhos biológicos. Não obstante, a aprovação de pautas que garantem direitos a essa população está vinculada, majoritariamente, ao poder judiciário dos países, fazendo com que tensões com o legislativo ou executivo sejam criadas.

aniquilam valores, ou seja, como o próprio autor chama “francamente niilistas” (1978, p.699, apud BROWN, 2006). Para ele, o que caracteriza um neoconservador não é ser contrário às mudanças, mas sim observar o teor por trás dessas mudanças e aí se opor a ele (BROWN, 2006).

Ou seja, a mudança, em si, não é o fruto do descontentamento dos neoconservadores, o que de fato importa é o motivo que leva à mudança. Se a mudança for em prol da classe burguesa, mantendo os interesses de propriedade privada da elite, a mudança pode ocorrer pela glória divina. Agora, se for em benefício da classe trabalhadora, eles vão agir contra. Os movimentos sociais mencionados acima são exemplos disso. Eles têm um grande apelo das massas que fogem do padrão da elite burguesa, são movimentos que vieram do povo e para o povo, sendo depois desapropriados pelo neoliberalismo, como foi dito anteriormente.

Entretanto, é preciso pensar se eles teorizam, de fato, a partir de algo concreto que está colocado na realidade ou se eles aproveitam uma perspectiva de pensamento individual para criar teorias amplas. Como exemplo, pode-se citar o discurso amplamente difundido pelos neoconservadores, do “perigo comunista” – que tem assolado ainda hoje o mundo, incluindo a sociedade brasileira – quando um governo que simplesmente garante direitos sociais para a população chega ao poder. Não há uma ameaça comunista em curso, mas os neoconservadores - os neodireitistas para ser mais correto – formulam teorias falsas e amplamente divulgadas nas redes sociais.

Esse discurso é baseado em uma dita imoralidade que, para eles, destruiu a família e a moral cristã, criando um caos generalizado que banalizou valores tradicionais (PEREIRA, 2016). Há uma distorção da realidade que se fundamenta nos interesses das classes dominantes, principalmente para a manutenção de práticas neoconservadoras e neodireitistas.

### **O Estado, a política social e a sociabilidade neoconservadora**

Neoconservadores, como demonstrado no pensamento de Kristol, principalmente em seu texto *Old Truths and the New Conservatism*, dizem que o Estado é regado de ideologias e que isso interfere na maneira de se fazer política, e que esta deveria ser livre de temperamentos que a deturpam. Entretanto, Kristol não menciona que os preceitos que fundamentam o Estado neoconservador também são ideológicos.

Diferentemente dos conservadores, os neoconservadores não abominam a teorização dos problemas sociais. Em fato, por ter surgido de acadêmicos frustrados tanto com a esquerda quanto com o liberalismo, por este último adotar princípios que não condiziam com a moral

neoconservadora, começaram a se apropriar dos conhecimentos e leituras realizadas durante a faculdade para teorizar e criar metodologias com base nas regras das ciências sociais, tomando cuidado para não se distanciar de sua intenção inicial (PEREIRA, 2016).

Assim, o Estado neoconservador é um estado forte. Entretanto, os neoconservadores defendem uma não regulamentação estatal na economia, justificando com uma forma de coerção a liberdade individual, bem mais precioso para eles. Logo, o Estado forte seria nos costumes societários.

Embora declaradamente defendam a liberdade, esta é cerceada pelos próprios neoconservadores. Se eles favorecem a manutenção de um sistema que se apropria de corpos e utiliza o discurso moralista para reprodução de preconceitos, não há liberdade para todos. A compreensão dos adeptos desta corrente sobre a subjetividade dos indivíduos, contribui para a perpetuação de preconceitos, que são muitas vezes fundamentados pela lógica neoconservadora de reestruturação moral da sociedade.

Apresentam como principal discurso o apelo pela manutenção da família, sendo essa o alvo de sua proteção social. Pereira (2016) mostra que os neoconservadores não se opõem a todas as formas de proteção social, eles se opõem àquelas que são universais, o que favorece a focalização dessas nos extremamente pobres. Dessa forma, começam a aceitar então a “desigualdade social e econômica como natural e insuperável” (PEREIRA, 2016), o que pode ser uma das justificativas para a extrema valorização da família.

Ao adotar a família como centro da sua proteção social, o Estado neoconservador cria um agente de reprodução de sua ideologia. A família começa a adotar práticas fiscalizatórias dentre seus indivíduos, o que pode levar a violências principalmente contra pessoas que fogem à regra societária vigente (SCHULMAN, 2010). Há também a responsabilização das famílias pelos seus entes, já que se o Estado não adota mais políticas sociais universais, os que necessitarem de auxílio recorrerão ou à família ou à caridade, submetendo-se, em muitos casos, a práticas vexatórias e discriminatórias.

Nos planos político e econômico, os neoconservadores implementam regimes mais rígidos ou mais livres dependendo da personalidade do líder do país (TORRES, 2001). As privatizações de empresas estatais e o aumento de importância do Poder Executivo em detrimento do Poder Legislativo são características de governos neoconservadores (THERBORN apud TORRES, 2001). Uma questão que se coloca é: se o neoconservadorismo preza pelo patriotismo (PEREIRA, 2016), como apoiam a privatização de empresas públicas?

Eles acreditam que o mercado consegue suprir demandas mais rápido do que o Estado, já que a burocracia existente retira a liberdade dos indivíduos (TORRES, 2001).

Fica evidente, dessa forma, as contradições que são formuladas pela ideologia neoconservadora. Querem que seus indivíduos sejam livres, ao mesmo tempo em que condenam práticas que fogem da sua dita moralidade. Por ter adotado princípios semelhantes aos do neoliberalismo na defesa da propriedade privada, do Estado econômico mínimo, entre outros para a sua formulação teórica, os neoconservadores conseguem se juntar com os neoliberais e formar assim, o que se chama de nova direita.

### **Amálgama – O Antagonismo Complementar**

Conforme citado anteriormente, a nova direita é o amálgama entre neoliberalismo e o neoconservadorismo. Por esse motivo, este trabalho quer evidenciar que eles têm uma função antagonista complementar que favorece a propagação da nova direita, tornando-se mais eficaz e eficiente dentro dos interesses das classes burguesas.

Assim, o motivo deles serem antagonistas complementares é porque, apesar de suas incongruências, eles conseguem, mutualmente, se fortificar e permanecer em voga. Esses conflitos vão muito além, interferindo até mesmo nas decisões cotidianas do neoliberalismo que são contrárias à visão neoconservadora.

Estes incluem a destruição de pequenas empresas e comércio local; a eliminação de empregos e os salários, benefícios e proteções do local de trabalho garantidos pela União; e o aniquilamento de infraestruturas custeadas pelo governo federal - e estaduais - (educação, transporte, serviços de emergência) que sustém famílias e cidades (BROWN, 2006, p. 698, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Ou seja, a principal pauta do neoconservadorismo, conservação da família patriarcal, é constantemente atacada pelo desejo neoliberal da grande expansão do mercado, no qual grandes empresas compram menores para “salvar” estas da falência. Entretanto, um marco do neoliberalismo do século XXI é a geração de microempreendedores, que prega que cada um pode ser seu próprio chefe e ter o seu negócio próprio, o que aumenta o individualismo e a competitividade dentre a sociedade.

---

<sup>22</sup>“These include the destruction of small businesses and local commerce; the elimination of jobs and union secured wages, benefits, and workplace protections; and the gutting of federal- and state-funded infrastructure (education, transportation, emergency services) that sustains families and towns”.

O que não percebem é que essa individualização favorece a perda de direitos trabalhistas e a ruptura com sindicatos. No momento em que se diz que cada um é seu patrão, a pessoa está desvinculada de todas as regulamentações estabelecidas por lei de proteção social e os já mencionados direitos trabalhistas, como o FGTS, no caso brasileiro, por exemplo. King (1987) mostra que o “individualismo e as forças de mercado sustentam as ideias e políticas do liberalismo da nova direita” (p. 11, tradução nossa)<sup>23</sup>.

O neodireitismo cria, dessa maneira, influência na economia, cultura, moral, entre outros aspectos sociais (PEREIRA, 2016), inclusive nas relações sociais familiares. Isso se deve ao fato de a família não estar excluída da sociedade, sendo ela uma das formas de perpetuar esses valores. Dito isso, o neodireitismo precisa se adaptar conforme o andamento da sociedade para que ele permaneça em voga. Assim, ele contribuirá para o desenvolvimento de mercados específicos para populações que querem ser atendidas e que não têm uma proteção social efetiva do Estado, como o caso das mulheres, negros, LGBTQ+, entre outros.

Dessa forma, o neoliberalismo, ao defender o livre mercado competitivo, precisa procurar maneiras de se adequar a essas mudanças e demandas societárias em busca de lucro. Essa busca neoliberal, por exemplo, ao se associar com pautas LGBTQ+, gera o *pink money*<sup>24</sup>. Entretanto, o neoconservadorismo prega valores ditos tradicionais, como a família patriarcal e a defesa da moral e bons costumes<sup>25</sup> (PEREIRA, 2016).

O *pink money*, mostra assim, que o neoliberalismo encontra meios de se adequar às demandas da sociedade capitalista, que ele mesmo corrobora na manutenção. Em São Paulo, a parada LGBTQ+ movimentou, só no ano de 2017, uma arrecadação de R\$ 60 milhões em Imposto sobre Serviços (ISS) e geração de 3 mil empregos (BOEHM, 2018). No mundo, o mercado LGBTQ+ movimentou, no ano de 2018, US\$ 218 bilhões, entre viagens, produtos, hotelaria, entre outros (OUT NOW, 2018)

---

<sup>23</sup> “*Individualism and market forces underpin the ideas and politics of New Right liberalism*”.

<sup>24</sup> Flávia Péret em seu livro “Imprensa Gay no Brasil” traz uma contribuição ao debate acerca do termo “*Pink Money*”, que é usado como referência ao mercado voltado para o público LGBTQ+. Nesse sentido, atraem pessoas LGBTQ+ com o título de “*gay-friendly*”. Flávia Péret afirma que “o *gay friendly* se refere ao comportamento, tanto dos indivíduos (simpatizantes), como das instituições e empresas que demonstram atitudes de respeito à diversidade sexual” (PÉRET, 2011, p. 85).

<sup>25</sup> Discurso adotado por pessoas que são contrárias às conquistas de direitos pela população LGBTQ+. É como LGBTQ+ não fosse uma pessoa digna de direitos, ou até mesmo, os adotantes desse discurso reconhecem a existência e necessidade de enfrentar o preconceito, mas acham que os LGBTQ+ querem muitos direitos (SOLANO, 2018).

Se torna muito lucrativo para as empresas declararem seu apoio à causa do movimento social, ao mesmo tempo em que não ajudam a pressionar os Estados na criminalização da LGBTfobia<sup>26</sup>. O que contraria a ideia do mercado saber da necessidade das pessoas, porque antes de viajar e consumir, pessoas LGBTQ+ precisam estar vivas e saudáveis, sendo aceitas e respeitadas como são.

Essa movimentação em prol dos movimentos sociais, desagrada a moral neoconservadora, que se revolta e gera boicotes às empresas que demonstram apoio as causas sociais. Como exemplo disso, pode-se citar a cantora estadunidense Beyoncé, que na época da divulgação de seu *single* “*Formation*”, cuja letra e clipe remontam à cultura negra dos Estados Unidos como também à violência policial contra essa população em Nova Orleans, enfrentou um boicote dos neoconservadores. Entretanto, esse boicote não deu certo, visto que acabou gerando mais visibilidade para a música e sendo alvo de *merchandising* para a própria cantora que começou a vender blusas em seus shows sobre o episódio.

Apesar desse episódio com a cantora reverberar contra os próprios neoconservadores, “o recrudescimento da ideologia neoconservadora e seu cruzamento com o neoliberalismo laissez-fariano possibilita o afloramento despudorado de opressões extremas como a misoginia, o racismo, a LGBfobia, a transfobia e a xenofobia” (PEREIRA, 2017, p. 24). Assim, é preciso pontuar que a Nova Direita é racista, é machista, é LGBTQfóbica e é xenófoba.

É racista pois, a conquista de espaço pelas pessoas negras tem incomodado a tal ponto de se ter um genocídio antinegro ao redor do mundo. Os que mais sofrem com a expropriação exacerbada provocada pela Nova Direita, são as pessoas negras. Isso porque, a sua maioria já é empobrecida devido aos inúmeros anos de escravidão que assolou o mundo capitalista, tanto o periférico quanto o central, mas principalmente o periférico e que se recusam a reconhecer os privilégios sociais que estes ainda remontam às pessoas brancas, principalmente aos homens brancos.

---

<sup>26</sup> Esta dissertação entende a LGBTfobia como mais do que um preconceito. Embora essa violência seja motivada por um preconceito existente, a LGBTfobia é tudo aquilo que viola a integridade da pessoa LGBTQ+, seja físico, moral, psicológico, patrimonial, entre outras formas de manifestações do preconceito em si. O movimento social LGBTQ está relutante quanto ao termo LGBTfobia por diversos motivos. Entre eles, a perspectiva de que a terminação “fobia” não é correta para esse preconceito, uma vez que ela designa medo, e muitos apoiam a ideia de que o preconceito não deriva do medo em si, mas da não aceitação ao que é diferente. Outra parte do movimento social afirma que esse termo não oferece visibilidade a outras pessoas que fazem parte do movimento, como pessoas intersexuais, assexuais, não-binárias, entre outros. A utilização desse termo nessa pesquisa visa a crítica ao mesmo. Compreender variedades de sexualidade e gênero em uma sigla e derivar dela formas de violência é um desafio e uma falta de respeito a pluralidade existente.

É machista, pois ao defender a família patriarcal implica, necessariamente, na submissão da mulher ao homem. As configurações da família, têm mudado ao redor do mundo. O avanço cada vez maior da mulher no mercado de trabalho tem feito com que os padrões de comportamentos familiares mudem. No Brasil, 28,9 milhões de famílias são chefiadas<sup>27</sup> por mulheres, um aumento de 105% em comparação aos dados de 2011, onde tinham 14,1 milhões (Agência O Globo, 2018). Essa mesma reportagem aponta que:

No passado, o índice de lares comandados por mulheres crescia mais influenciado pelo avanço de famílias de uma pessoa só, com ou sem filhos. Em uma sociedade ainda patriarcal, esse cenário muitas vezes era ligado à vulnerabilidade social: a mulher que foi abandonada pelo marido, muitas vezes com filhos. Mas o novo levantamento mostra um novo quadro. Embora a maior parte das chefes de família sejam aquelas que vivem sozinhas com seus filhos (um contingente de 11,6 milhões de pessoas), a principal novidade do estudo foi o aumento expressivo do comando feminino em famílias onde há um cônjuge. Entre os casais com filhos, o número de mulheres chefes passou de 1 milhão, em 2001, para 6,8 milhões, em 2015, alta de 551%. Já no caso dos casais sem filhos, o crescimento foi ainda maior, de 339 mil para 3,1 milhões, salto de 822% (AGÊNCIA O GLOBO, 2018, s/p).

O impacto que o afastamento das mulheres do mercado de trabalho causaria na economia dos países seria enorme, já que causaria um declínio no nível de consumo das famílias, não sendo favorável para o neoliberalismo.

É LGBTfóbica devido aos grandes índices de mortes de LGBT+ que têm assolado os países. Existem 221 países no mundo, 193 deles são reconhecidos pela ONU. Dentre esses, em 71 é crime ser LGBT+ e em 07, ser LGBT+ é passível à pena de morte (MONTOVANI, 2018). As bancadas neodireitistas que habitam, principalmente, os Poderes Legislativos e Executivos dos países, são as que mais impedem o avanço e reconhecimento das pautas de direitos LGBT+.

Esse avanço também tem motivado discursos de ódio contra as pessoas LGBT+, mas não apenas agressões verbais, também assassinatos e espancamentos coletivos em nome da restauração de uma moral que, na realidade, nunca existiu. Isso em razão do que é a base do discurso neodireitista: a valorização da família, que, na realidade, se pauta em um atentado direto aos direitos já promulgados (vida, dignidade da pessoa humana, não-discriminação, liberdade sexual), mas que ainda assim são constantemente cerceados/negados para as pessoas LGBT+.

---

<sup>27</sup> Para a pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) a família ser chefiada, é ser a pessoa de referência, a pessoa considerada responsável pela casa (AGÊNCIA O GLOBO, 2018).

E, por último, é xenófoba, porque a sua política externa é pautada pela lógica neoconservadora de supremacia e imperialismo dos países ditos desenvolvidos. Isso pode ser observado na forma com que os países lidam com seus comércios exteriores, mas principalmente a chegada de imigrantes. Desde que assumiu a presidência em 2017, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, tem realizado diversas tentativas de barrar o dito inimigo imigrante, incluindo a construção de um muro na fronteira com o México.

No caso do Brasil, também, é possível visualizar a visão neoconservadora no trato com os imigrantes. Os venezuelanos que entram no país pela fronteira com o estado de Amazonas são tratados como inimigos públicos que, para a lógica neoconservadora, buscam o país para se apropriar de direitos que são dos nativos, trazendo consigo mazelas como a pobreza e a violência. Uma visão preconceituosa e que acarreta mais violências.

Porém, todos esses embates têm fortificado o neodireitismo. Pereira (2016) mostra como a coerção estatal fornecida pelo estado forte neoconservador fomentou as políticas neoliberais, garantindo uma proteção em torno do mercado, da propriedade privada e da visão mínima do Estado, prevalecendo maior concentração de riquezas para as elites e a desmoralização da proteção social universal.

Neodireitistas são totalmente contrários a modelos de proteção social universal, pois repudiam a intervenção do Estado na economia e na vida das pessoas. Essa mesma autora, ao fazer uso da seguinte citação de Mészáros (1997, p. 150 apud PEREIRA, 2016, p. ) afirmando que “o sistema capitalista não sobrevive um dia sequer sem uma das múltiplas formas de intervenção massiva do Estado”, mostra que o Estado é essencial para a nova direita, fortalecendo e protegendo os valores de ambas as correntes que a compõe. (PEREIRA, 2016).

Isso se deve ao imbricamento do pensamento neoconservador no senso comum, defendendo que o *workfare*<sup>28</sup> é bom e o *welfare* é ruim, uma vez que o trabalho é algo a ser defendido e que dignifica a condição humana, sendo esse valorizado pelo divino.

Wendy Brown (2006) apresenta também que a nova direita pode se tornar um regime totalitário. Em seu livro mais recente, *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão de Políticas Antidemocráticas no Ocidente*<sup>29</sup> (tradução nossa), de 2019, mostra como o neoliberalismo é favorecido por práticas totalitárias, pelo apego às ideias neoconservadoras. A repressão estatal

---

<sup>28</sup> Sistema de proteção social baseada em condicionalidades que giram em torno da empregabilidade formal.

<sup>29</sup> *In the Ruins of Neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West.* Columbia University Press. 2019.

promulgada em defesa de medidas arbitrárias favorece a condensação de regimes democráticos, uma vez que é lucrativo para o neoliberalismo ter a dominação em um regime totalitário que tornará mais fácil a propagação de sua política e estruturação da sociedade (BROWN, 2019).

Inclusive porque favorece a retirada de direitos sociais da população para que sejam implementadas as práticas mercantis de atendimento a essas necessidades que foram descobertas. Isso pode ser visto também na perspectiva de que, como aponta King (1987), a liberdade é ampla para os propósitos do mercado, já a liberdade para a sociedade não é possível, pois retira a possibilidade do mercado de atender a todos. Ou seja, a falta proposital desses serviços favorece o mercado neoliberal.

Destarte, se conseguem moldar padrões de comportamento para que a população não veja necessidade de políticas sociais universais, então conseguem implementar políticas sociais cada vez mais reduzidas e focalizada na extrema pobreza. Além disso, conseguem inserir práticas de superação da pobreza por meio do trabalho, sem considerar que a pobreza é estrutural para o capitalismo, fomentando a competição exagerada entre as pessoas.

A mercantilização e o estabelecimento de padrões competitivos de comportamento geram a meritocracia. Sidney Chalhoub descreve

a meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira. Isso não pode continuar (FILHO, 2017, s/p).

Embora Chalhoub fale do Brasil, essa realidade permeia o mundo neodireitista. A teoria de que os mais fortes se adaptam e conseguem sobreviver no sistema capitalista é uma falácia que convence a massa trabalhadora, que não percebe que está sendo ludibriada por pessoas que ficaram ricas as suas custas. O mérito é importante para a valoração pessoal dos indivíduos, porém estabelecê-lo como forma de competição e acesso a direitos e ao mercado de trabalho é desleal. As condições sociais desiguais que as pessoas têm e que são provocadas por esse mesmo sistema fomenta essas práticas.

É perceptível, assim, como o amálgama entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo forma uma correlação de forças antagônicas, mas ao mesmo tempo complementares, agindo contra o que as duas correntes mais pregam, a liberdade do ser

humano. Foi trabalhado, assim, como a nova direita se baseia nessa premissa para conseguir amplo apoio popular para consolidar-se e fortificar-se no mundo capitalista.

Perceber a forma com que essa ideologia está imbricada no social é imprescindível. Ao fomentar o discurso de que a família deve acobertar a falta de políticas sociais, ou até mesmo incentivar a caridade dos mais ricos, a nova direita estimula uma reconfiguração social e a focalização de políticas sociais, especialmente ao estimular a perspectiva falaciosa de que o trabalho é o que possibilita a ascensão de classe e o enriquecimento, conseqüentemente, estimulando a meritocracia. Focalizando políticas sociais, consegue fomentar estigmas em torno dessas e de seus usuários. Assim sendo, o neodireitismo cria e reformula uma nova reorganização estatal, promovendo um novo modelo de proteção social e conseqüentemente, de políticas sociais, adotando políticas focalizadas e estimulando o estigma social, tema dos próximos capítulos.

## **CAPÍTULO 2 – A Nova Direita e o Estigma na Política Social**

Neste capítulo, será estudado como o neodireitismo tem contribuído para a manutenção do estigma nas políticas sociais, estabelecendo um caminho para o conteúdo do terceiro capítulo, que é a diferença entre o estigma das políticas sociais universais para o das políticas sociais residuais, que são próprias do modelo de proteção social neodireitista. Para isso, serão retomadas algumas questões abordadas no capítulo anterior para conhecer as nuances que o estigma, influenciado pela ideologia neodireitista, realiza nas políticas sociais, contribuindo para sua proliferação.

Dentre a literatura sobre o tema, é de comum acordo de que os estigmas são inatos a políticas sociais capitalistas, principalmente quando vinculados à redistribuição de renda, já que envolve a pobreza e todas as suas implicações para o mundo capitalista. Conforme foi visto no capítulo anterior, em sociedades assoladas pela ideologia neodireitista meritocrática, há a prevalência de estímulos à riqueza e ao sucesso profissional por meio do trabalho e da individualização, mesmo que o modelo capitalista não propicie essas condições para todos.

O estigma tem perpassado a história das políticas sociais. É comum ser visto nos trabalhos no âmbito do Serviço Social e da Política Social a história do surgimento e as contradições que as marcam. Esse não é o objetivo na formulação desse capítulo. Aqui, será analisada a configuração do estigma que permeia a formulação das primeiras políticas sociais, com seus conceitos difusos e policiaescos que predominam até os dias atuais, para depois ser mostrado como o estigma pode ser transformado em uma ferramenta de dominação. Dessa forma, tangenciará a história, mas não a analisará como objeto.

A maioria dos estudos sobre estigma estão concentrados na área da saúde, principalmente sobre a saúde mental e uso de substâncias psicoativas. Há poucos que mostram e determinam o estigma e seu amparo na estrutura da sociedade, conforme mencionado por Thornicroft et al. (2007). É imperiosa a necessidade de se compreender esse fenômeno que está imbricado na formulação de políticas sociais e que gera possibilidades do não uso fruto por parte de pessoas que delas necessitam, por receio ou vergonha.

Entender a política social no capitalismo é parte intrínseca para a compreensão e análise dos estigmas que as permeiam. Isso porque o estigma tem se perpetuado nessas políticas sociais devido à configuração em que elas se apresentam, já que adotam práticas que colocam seus usuários em situações humilhantes.

## **A Política Social no Capitalismo**

A política social no capitalismo está transpassada por elementos dialéticos e contraditórios que ditam a sua configuração e a possibilidade de atender aos direitos da classe trabalhadora. Ela tenta atender as necessidades sociais em sua absoluta contradição e lutas ideológicas. Conforme Pereira-Pereira (2011), ela não é um processo de evolução temporal, e sim um objeto resultante das relações antagônicas entre Estado e sociedade, a fim de atender, sob pressão, interesses difusos.

Por causa disso, a política social não conseguirá resolver a pobreza, uma vez que “seus impactos não produzem invariavelmente a melhoria das condições humanas, especialmente das camadas mais pobres” (PEREIRA-PEREIRA, 2011, p. 28), mas se constitui de imperiosa importância, para que “direitos sociais se concretizem e necessidades humanas (leia-se sociais) [sejam] atendidas na perspectiva de cidadania ampliada” (PEREIRA-PEREIRA, 2011, p. 165). Entretanto, não seria possível, que da relação entre o estado capitalista e a sua sociedade, predominada pela ganância, competitividade e cobiça – conforme Josep Burgaya – surgisse um produto destinado, principalmente, a classes mais baixas, que fosse livre desse nocivo instrumento.

As políticas sociais podem adotar diversos modelos de ordenamento, conforme o projeto governamental que está ocupando o poder e sua visão de proteção social. Pereira (2016) e Esping-Andersen (1991) discorrem sobre os diferentes entendimentos das teorias político-econômicas sobre seus modelos de proteção social, que originarão mudanças nas configurações governamentais e, conseqüentemente, nas políticas sociais, afetando seu direcionamento sociopolítico e econômico.

Todas elas reverberam como produto de uma relação Estado-sociedade, como explicitado acima. Iamamoto (2008) demonstra a dialética existente entre a política social, que é uma conquista da classe trabalhadora para assegurar seus direitos e a sua utilidade para a manutenção do capitalismo. Dessa forma, por estarem no sistema capitalista, adotam medidas seletivas para a concessão desse direito. É determinado quem é ou não merecedor de receber as políticas sociais, uma vez que não são vistas como direitos universais básicos.

O princípio da universalidade foi concebido a partir dos modelos de política social adotados por Keynes e suas recomendações para as proteções sociais. Nessa época, em que os Estados seguiam essas proposições Keynesianas, teve uma forte configuração de caráter

universalista, uma vez que a política social “ultrapassou, portanto, a tradicional preocupação com o controle da indigência, e com a manutenção da ordem pública, e se associou a um conjunto de direitos e deveres” (PEREIRA-PEREIRA; STEIN, 2010, p. 109).

A universalidade, segundo Pereira-Pereira (2003), é o princípio que permite um maior e melhor imbricamento das políticas públicas com os direitos sociais, levando em consideração os direitos individuais (políticos e civis). Isso, porque permite que todas as pessoas sejam incluídas sem discriminações que podem levar a estigmatização. Dessa forma,

não discriminar, na perspectiva desse princípio, significa não estabelecer critérios desiguais de elegibilidade, que humilhem, envergonhem, estigmatizem e rebaixem o status de cidadania de quem precisa de proteção social pública. Significa também não encarar a política pública (especialmente a política social e dentro desta a assistência) como um *fardo* governamental ou um *desperdício* a ser cortado a todo custo. Além disso, outra justificção histórica importante para a adoção do *princípio da universalidade* decorreu da descoberta feita por várias forças sociais em pugna pela democracia, da ideia de prevenção nele contida (PEREIRA-PEREIRA, 2003, p. 2. Grifos da autora).

Ainda para esta autora, as dificuldades de se implementar a universalidade permitem uma melhor seleção de usuários que serão atendidos pelo serviço, possibilitando ao governos “centrar suas preocupações nas necessidades sociais e não na rentabilidade econômica privada, identificando grupos sociais particulares para melhor atendê-los” (PEREIRA-PEREIRA, 2003, p. 2), foi a partir do critério da seletividade que os governos neoliberais (neodireitistas para ser mais justo, embora a autora não use, neste texto, este termo), se aproveitaram para focalizar as políticas sociais e prevalecer interesses mercadológicos (PEREIRA-PEREIRA, 2003).

Para Pereira-Pereira e Stein (2010, p. 107) o entendimento sobre universalidade tem “sofrido rearranjos restritivos”, tomada essa focalização como “o respeito às individualidades e às duas diferenças”, respaldada em uma lógica neoliberal de políticas sociais. Assim,

o princípio da universalidade, de conotação eminentemente pública, cidadã e igualitária/equânime, vem perdendo terreno para um discurso focalista neoliberal, de extração pós-moderna, para o qual o ser humano é construído culturalmente e, assim, despossuído de vínculos universais e de convergências éticas, políticas e cívicas (PEREIRA-PEREIRA; STEIN, 2010, p. 107).

Nesta dissertação, compreende-se que a diferença entre seletividade e focalização remonta ao modelo residual de política social, no qual são adotadas políticas sociais focalizadas na extrema pobreza. A focalização não seria, dessa forma, um sinônimo de seletividade, visto que a seletividade pode ser empregada em políticas sociais universais para escolher quem

públicos que merecem atenção específica, (PEREIRA-PEREIRA, 2003), como mulheres, negros e negras, povos originários, LGBT+. Isso evidencia a busca pela equidade da política.

A focalização de políticas sociais gera uma reconfiguração do modelo adotado pelo Estado. Além disso, é preciso perceber a real intenção de focalizar políticas sociais, que é de “desviar a atenção pública da satisfação das necessidades sociais – dado o seu caráter complexo e multideterminado – para a adoção de soluções técnicas focalizadas, tidas como inovadoras, neutras e facilmente controláveis” (PEREIRA-PEREIRA, 2003, p. 3).

Essa mesma autora aponta que a focalização retoma e impõe mecanismos de controle baseados na fiscalização da pobreza, como por exemplo os testes de meios, a fraudemanía, as condicionalidades ou contrapartidas e o estigma. Estes pontos serão trabalhados individualmente a seguir, sendo a relação do estigma retratada em outro ponto deste capítulo.

### **Teste de meios**

Teste de meios serve para comprovar a renda de uma pessoa, ou comprovar a pobreza, conforme explicitado por Pereira-Pereira (2003) ao utilizar o termo. No âmbito das políticas sociais, são muito utilizados naquelas que envolvem benefícios de transferência de renda, para que as pessoas que precisem receber esses auxílios comprovem a sua verdadeira necessidade, atestando o seu grau de pobreza. Foi muito utilizado no período que compreendeu o fim dos anos gloriosos, tendo o seu ápice nos anos 1980, na Inglaterra, durante o governo Thatcher.

Alcock (1997) demonstra<sup>30</sup> que os valores de pagamentos dos benefícios que utilizam os testes de meio (*means-tested benefits*) eram delimitados (e ainda são) para o mínimo possível, a fim de evitar que pessoas quisessem sobreviver apenas a partir destes em vez de procurar emprego. A pessoa precisava se cadastrar, alegar que estava em necessidade, passar por um processo seletivo rigoroso e esperar ser aprovada para poder receber o benefício. Adultos, na sua maioria, eram submetidos a “testes de potencialidade ao mercado de trabalho –

---

<sup>30</sup> Apesar de Alcock (1997) mostrar a história dos testes de meios, e evidenciar que eles eram empregados nos anos 1960, 1970 e 1980 na Inglaterra, eles ainda continuam sendo utilizados na atualidade pelos estados em seus benefícios de transferência de renda. No Brasil, isso pode ser evidenciado no programa Bolsa Família, como mostra o documento “Limitações de um teste de meios via predição de renda: evidências de uma aplicação no programa bolsa família” publicado em 2016, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

aqueles que estavam em idade apta ao trabalho eram esperados estarem à procura de emprego<sup>31</sup>” (ALCOCK, 1997, p. 222. Tradução nossa).

Esse autor ainda comenta que, ao alegar a necessidade de receber os benefícios, os testes de meios eram (são) empregados. Esses testes envolviam perguntas intrusivas e vexatórias que abordavam os motivos do requerimento, adotando-se um interrogatório de cunho suspeito a fim de identificar pessoas que não precisavam desses benefícios e que fizeram o requerimento, ou seja, fraudes. A linha de corte para o acesso era extremamente baixa, e todos aqueles que não se encaixavam, não conseguiam o benefício. Dessa forma, aqueles que recebiam os benefícios eram estigmatizados devido à sua dependência e pobreza (ALCOCK, 1997).

O estigma atrelado a esses benefícios impede que muitas pessoas requeiram o benefício, já que não querem ser estigmatizados e era preciso um auto reconhecimento como pobre o suficiente para se inscrever (ALCOCK, 1997). Entretanto, o estigma ainda pode funcionar como um detentor de fraudes, pois as pessoas que não precisariam receber os benefícios teriam vergonha de se cadastrarem por causa dos estigmas, funcionando como um artefato fiscalizatório, já que custa mais para os governos adotarem medidas para combater o estigma e precisam de algo para evitar fraudes (STUBER; SCHLESINGER, 2006).

### **Fraudemania**

Como pode ser observado, o teste de meios é uma espécie de controle atrelado à fraudemania. Pereira-Pereira (2003, p. 3) explica esta como “mania de fraude em relação aos pobres”, ou seja, os governos adotam medidas excessivas para combater e coibir prováveis fraudes que podem surgir devido à transferência de renda, como por exemplo, a criação de programas próprios para fiscalizar fraudes, como o implementado no Brasil pela lei nº 13.846/19, que visa combater fraudes na previdência social; adesão de técnicas vexatórias nas visitas domiciliares, adotando-se cunho policiaiscos; interrogatórios sobre o uso do dinheiro recebido, entre outras coisas que visam cercear a liberdade do uso do direito.

Cria-se um mito de que os pobres querem depender do governo e viver à base dos benefícios de transferência de renda, premissa que é fundamentada em pressupostos neodireitistas. É preciso criar mecanismos de fiscalização, mas sem adotar práticas

---

<sup>31</sup> “*in most cases receipt was conditional on submission to tests of labour market potential ~ adult claimants of working age were expected to be seeking employment*”.

estigmatizantes sobre a condição de pobreza dos seus usuários. A fraudemania pode, inclusive, incentivar fraudes. Se há um medo governamental de fraudes, cria-se condicionalidades exorbitantes que pregarão uma extrema pobreza baseada em estereótipos. Dessa forma, as pessoas começarão a camuflar suas realidades para poder receber os benefícios, perante a fiscalização, o que gera, um maior medo no governo da possibilidade de fraudes, se constituindo como um ciclo vicioso.

Há um outro ponto sobre a fraudemania, que se revela na ideação de que os pobres querem sempre enganar o Estado, como se este fosse um provedor solidário e bondoso. A pobreza é vista pelo Estado neodireitista como um “fenômeno *absoluto* e não *relativo*” (PEREIRA-PEREIRA; STEIN, 2010, p. 111), como um fenômeno individual e natural do ser humano e não como algo estruturante para o sistema capitalista. As iniciativas adotadas por este Estado não visam aniquilar a pobreza, mas suavizá-la pontualmente.

A pobreza relativa “é a satisfação de necessidades em relação ao modo de vida de uma dada sociedade. Está também vinculada à relação entre pobreza e distribuição das riquezas socialmente produzidas” (PEREIRA, 2006, p. 232). Já a pobreza absoluta “está diretamente associada à ideia de sobrevivência física, à satisfação de mínimos sociais necessários à reprodução da vida com um mínimo de dignidade humana” (PEREIRA, 2006, p. 233).

Dessa forma, as políticas sociais focalizadas pretendem atuar na satisfação da pobreza absoluta e não a relativa. Ao pobre, que é humilhado por não conseguir atingir a máxima capitalista de sucesso profissional por meio do trabalho, resta a desconfiança de que fraudará sua realidade para receber valores irrisórios que afagarão um pouco sua miséria. Aos ricos, estabelecidos por meio do sarrupio de direitos, do trabalho e da riqueza produzidos pela classe proletária, sobra a bonança e a certeza de que compartilham valores morais sólidos ao desviarem verba de cofres públicos, conforme exhaustivamente mostrado pela imprensa ao redor do mundo.

### **Condicionalidade/contrapartida**

A condicionalidade é a atribuição de requisitos que devem ser cumpridos em troca do acesso ao benefício social, ou seja, é mais um “dos instrumentos da focalização, em contraposição ao princípio da universalidade, com o discurso de que a atuação deve ser seletiva por beneficiar a população empobrecida” (STEIN, 2008, p. 215). É estabelecido como uma

forma de cobrança, em uma perspectiva de selecionar aqueles que melhor atendem as condicionalidades impostas.

De acordo com Monnerat et al. (2007), as condicionalidades são adotadas para a inserção social dos beneficiários e que, por esse motivo, são diferentes entre os países do mundo. Pode-se inferir, portanto, que a cultura e a organização societária influenciam no estabelecimento das condicionalidades dos programas e benefícios sociais. Dessa forma, a desconfiança gerada em cima dos beneficiários das políticas sociais focalizadas (pobres e extremamente pobres), se revela em uma inversão de valores no âmbito da política social, onde julga-se que os pobres devem quantias monetárias ao Estado e precisam se submeter a fiscalizações vexatórias e desumanas de sua condição de pobreza, para serem dignos de receber seus direitos – vistos como ajuda – em uma adesão inescrupulosa a políticas sociais residuais (PEREIRA-PEREIRA, 2003).

Lavinias (2000) aponta que a exigência de condicionalidades para esses benefícios é uma afronta a cidadania, indicando inclusive uma ruptura no senso de justiça, já que o acesso se constitui em um direito. Entretanto, essa mesma autora aponta que as condicionalidades são compreendidas como uma “relação entre benefícios sociais e responsabilidades cívicas” (LAVINAS, 2000, p. 528) pelos modelos de proteção social desde os anos 80.

Pode-se observar que as condicionalidades limitam o acesso aos benefícios sociais, às políticas sociais, conseqüentemente, reduzindo não só o seu escopo, mas também a sua potencialidade de contribuir para uma amenização da situação de pobreza da população. Conforme foi visto, esses mecanismos de controle servem para fomentar estigmas sociais e não favorecem a proteção social, já que o “objetivo de excluir e manter excluídos o máximo possível de demandantes sociais para aliviar os cofres públicos de despesas em áreas consideradas economicamente improdutivas” (PEREIRA-PEREIRA, 2003, p. 3).

A focalização de políticas sociais foi estabelecida pelo pensamento neodireitista com a desculpa de que se gastava muito com políticas sociais universais e como solução efetiva, segundo eles, para a pobreza. Conforme exposto, é perceptível que a focalização não traz resultados positivos para a pobreza, fazendo inclusive com que ela aumente, já que os instrumentos retratados acima implicam em mais pobreza. Assim, as políticas sociais capitalistas tendem a ser focalizadas, e contribuem para a perpetuação da pobreza e de seus determinantes, efetivando estigmas. Com o advento da nova direita e de suas configurações no século XXI, essas determinações se agravam, e os estigmas se perpetuam de forma acirrada,

possibilitando que sua perspectiva de controle seja, de fato, fundamentada e funcional, tema que será exposto adiante.

## **O Estigma na Política Social**

O ponto de partida para a análise do estigma nas políticas sociais é o princípio levantado por Pereira-Pereira (2011) de que as políticas sociais sempre foram campos de batalhas ideológicas dos mais variados, que nunca foram neutras e que atendem principalmente os interesses das classes dominantes. Dessa forma, mesmo práticas abomináveis foram chamadas por esse nome, mas que devem ser retomadas e direcionadas a quem elas pertencem de fato: à desconformidade com a pobreza, estabelecendo assim, uma forma de caminhar para o atendimento das necessidades sociais e o acesso a direitos sociais (PEREIRA-PEREIRA, 2011).

Assim, o estigma sempre esteve presente na formulação da política social, tanto pela nomeação de práticas execráveis inadequadas com esse nome<sup>32</sup>, quanto pela necessidade de coibir o uso de políticas financiadas pelo Estado, afinal de contas, a classe dominante nunca quis a superação das desigualdades sociais, mesmo as mínimas provocadas pelo advento de políticas sociais.

Autores como Spicker (2011) e Bacila (2005) mostram que o estigma contra os pobres surge a partir do desenvolvimento do trabalho, sendo este critério de empregabilidade utilizado para determinar pobres mercedores e pobres não mercedores da atenção do Estado e sua proteção social<sup>33</sup> (SPICKER, 2011) e, inclusive, da igreja e suas práticas filantrópicas, conforme aponta Castel (2015).

Dessa forma, é possível compreender os motivos que levam a referida incompatibilidade da inexistência do estigma na sociedade capitalista. A sociedade capitalista se sustenta por meio do trabalho, assunto concordado pelas diversas teorias sociais, tanto de

---

<sup>32</sup> Pereira-Pereira (2011) ao estudar Titmuss (1981) mostra que, na Alemanha nazista, Hitler utilizou a nomenclatura “política social” para seus inescrupulosos “experimentos” nas câmaras de gás com seus prisioneiros.

<sup>33</sup> Paul Spicker no seu livro “*Stigma and social welfare*”, originalmente publicado em 1984, texto base adotado neste trabalho, trata dos estigmas na proteção social. Dessa forma, por entender que a política social é o instrumento de consolidação da proteção social e que reflete as concepções adotadas por esta, o presente trabalho utilizou as determinações do estigma elencados por esse autor como também sendo as da política social, fazendo as observações necessárias quando não forem aplicáveis.

esquerda, quanto de direita, e quando acirrada pelas práticas neodireitistas chegam ao ápice da manutenção dos padrões de reprodução social.

Entretanto, o estigma é um conceito vago e que é preciso a sua conceituação, para que se possa compreender as complexidades que permeiam essa palavra. Ao falar do estigma em política social é também falar do estigma da pobreza, que é vista como algo extremamente condenável pela sociedade capitalista e estabelecida como fracasso pessoal. Na introdução da dissertação, foi apresentado o conceito de estigma que foi utilizado neste trabalho e que será aprofundado no tópico seguinte.

### **A definição de Estigma**

O conceito de estigma não é algo consensual entre os seus pesquisadores, sendo majoritariamente definido a partir do pensamento de Goffman (2008) de que o estigma é uma marca que acompanha a pessoa/grupo estigmatizada. Spicker (2011), apesar de não adotar um conceito fechado de estigma, mostra que

Estigma tem sido identificado com perda de dignidade, maus-tratos, desencorajamento, degradação, negação de cidadania, vergonha, constrangimento, desvantagem, uma imputação do fracasso ou insuficiência, a relutância de reivindicar benefícios sociais, rótulos, e sentimentos de inferioridade<sup>34</sup> (SPICKER, 2011, p. 45. Tradução nossa).

Retomando o conceito que foi apresentado na introdução, o estigma existe na correlação entre relações interpessoais com as estruturas estatais, como por exemplo, as formas de poder socioeconômicos, e a consciência de cada pessoa que está apta a ser estigmatizada. Utilizou-se a palavra “apta” pois nem todas as pessoas são estigmatizadas pela sociedade. Dessa maneira,

aplicamos o termo estigma quando elementos de rotulagem, estereotipagem, separação, perda de status e discriminação concorrem em uma situação de poder que permite que os componentes do estigma se revelem<sup>35</sup> (LINK; PHELAN, 2001, p.367. Tradução nossa).

O pensamento desses autores evolui a partir do que Goffman (2008) explica. Para esse autor, a sociedade estabelece padrões de comportamento a serem seguidos e sofre com o estigma quem não os segue. Esse autor, entretanto, considera que a responsabilização do

---

<sup>34</sup> “Stigma has been identified with loss of dignity, ill-treatment, deterrence, degradation, the denial of citizenship, shame, embarrassment, disadvantage, an imputation of failure or inadequacy, the reluctance to claim benefits, labelling, and feelings of inferiority”

<sup>35</sup> “we apply the term stigma when elements of labeling, stereotyping, separation, status loss, and discrimination co-occur in a power situation that allows the components of stigma to unfold”.

estigma é da pessoa que o carrega e não da sociedade. Por outro lado, autores como Link e Phelan (2001); Frade e Conceição (2013) e Bacila (2015), a problemática do estigma está na necessidade que a sociedade tem de rotular e classificar as pessoas de acordo com características físicas, psicológicas e sociais.

Para Becker (2008), a sociedade ao criar o padrão social, também cria a possibilidade de infringi-lo ao culpabilizar e rotular o indivíduo como desviante, ou *outsider*. Ainda nessa perspectiva, Spicker (2011) mostra que o estigma afeta a reputação de uma pessoa, entretanto

uma reputação existe nas mentes de outras pessoas, não no caráter da pessoa; e as atitudes de outras pessoas são claramente importantes para o indivíduo estigmatizado. Uma pessoa estigmatizada perde a respeitabilidade, e a vergonha que ele sente é uma consequência natural disso<sup>36</sup> (SPICKER, 2011, p. 45. Tradução nossa).

Dessa forma, o estigma está na sociedade e na sua necessidade de segregar as pessoas em “eles” e “nós”, baseadas em aspectos físicos ou psicológicos que diferenciam o indivíduo ou grupo, e que levam a preconceitos, discriminações e estigmas baseados no discurso de que o “nós” é sempre melhor do que “eles” (BECKER, 2008). Cria-se uma estigmatização do grupo *outsider*, ou seja, do grupo que não reproduz a norma dominante, rotulando-os como de “menor valor humano” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19), fato este que demarca uma posição de poder e dominação entre aqueles que julgam.

Goffman (2008) mostra que essa rotulagem acontece devido a padrões comportamentais socialmente estabelecidos, que são resultados das experiências socioculturais de cada sociedade. Dessa forma, quem foge desse padrão será estigmatizado. Padrões são criados por uma maioria que reproduz discursos baseados em suas próprias vivências do que é certo e do que é errado. Sendo assim, com o advento do neodireitismo, os padrões comportamentais são os adotados pelo mercado neoliberal e pela cultura neoconservadora.

Walker (2014) por seu turno, mostra que o estigma pode ser absorvido e enfrentado de diferentes formas. Se for direcionado a um grupo, este pode se organizar coletivamente e reagir, clamando por um respeito coletivo e atenção social. Se for contra um indivíduo específico e que não se reconheça como parte de um grupo estigmatizado, esse pode internalizar causando

---

<sup>36</sup> “A reputation exists in the minds of others, not in the character of the person; and the attitudes of other people are clearly important to the stigmatised person. A stigmatised person loses respectability, and the shame he feels is a natural consequence of that”.

doenças de saúde mental, como a depressão, ou fazê-lo buscar se organizar coletivamente, para poder lutar contra esse estigma.

O estigma pode surgir a partir de ignorância sobre a condição que aquela pessoa se encontra, de atitudes preconceituosas frente as situações e comportamentos discriminatórios que vão desqualificar a pessoa estigmatizada perante a sociedade, como perder um emprego ou ser humilhada (THORNICROFT et al., 2007).

Pensando que aspectos econômicos também contribuem para a estigmatização, alguns autores como Rasmusen (1996) preferem dividir o estigma em dois tipos: social e econômico. Para esse autor, o estigma econômico deriva, por exemplo, de baixos salários, já o social é derivado, por exemplo, da dificuldade de se encontrar um parceiro sexual (RASMUSEN, 1996). Entretanto, ao analisar que o estigma surge da não aceitação que a sociedade em si tem da quebra de seus padrões pré-estabelecidos, todos os estigmas serão sociais, uma vez que a culpa da estigmatização não está na pessoa que carrega o estigma.

Mesmo se o estigma interferir no mercado imobiliário (GOURLEY, 2018; MCCLUSKEY; RAUSSER, 2003), ou na falência das famílias (FRADE; CONCEIÇÃO, 2013) essa subcategoria do estigma também advém da sociedade e de suas concepções, portanto, ainda faz parte da reação da sociedade perante os acontecimentos pessoais de cada indivíduo que se encontra em uma situação estigmatizante. Dessa forma, a referida divisão não é necessária.

Scott Burris (2008), por outro lado, aponta que a pessoa só será, de fato, estigmatizada se ela aceitar essa condição e se reconhecer como tal. Uma perspectiva que desconsidera *a maior relação que possibilita que o estigma aconteça: poder e dominação*, ou as relações de submissão, conforme o conceito utilizado nesta dissertação, cunhado na perspectiva de Link e Phelan (2001).

O direcionamento que Burris apresenta serve, apesar disso, para pensar no problema que o estigma causa na autoestima da pessoa estigmatizada. Felicissimo et al. (2013) mostram que, muitas vezes, a pessoa fica incapaz de realizar ações corriqueiras que envolvam a socialização, como sair de casa. Esses mesmos autores mostram, que ao tomar consciência de que é pertencente a um grupo social estigmatizado o indivíduo já se sente alvo de preconceitos, mesmo que ele nunca tenha sofrido (FELICISSIMO, 2013).

Dessa forma, pode ser visto que o estigma é derivado do poder que a sociedade detém sobre uma pessoa, ou que uma pessoa exerce sobre outra. Ou seja, além de ser definido

socialmente, exige uma situação que coloque alguém em um grau de poderio social maior do que outro (LINK; PHELAN, 2001). Ao pensar a relação do estigma sobre as regras sociais, fica elucidado como ele acontece. Quem segue o padrão social estabelecido se sente no poder de rotular outros que não estão no padrão. Entretanto, esse é determinado por quem está na posição superior, logo, toda a sociedade quer estar dentro desse padrão, seja ele econômico, social, político, cultural, sexual, fenotípico.

Porém, como o padrão é estabelecido pela classe dominante, e no capitalismo, a classe dominante é quem tem dinheiro, o poderio exercido é, principalmente, o econômico. Todos querem ser ricos e ter o estilo de vida das elites. A pobreza é vista como algo execrável e que deve ser combatida, não por ser ruim no sentido do não acesso a direitos sociais, mas sim porque ela impossibilita o consumo imposto pela sociedade capitalista.

Esse é um dos motivos que fazem as políticas sociais serem estigmatizadas e estigmatizantes: porque além delas mexerem minimamente nas estruturas sociais e, conseqüentemente, em uma diminuição mínima das desigualdades sociais, elas estão envoltas pela pobreza, e quanto mais destinadas a essa questão elas forem, mais estigmatizantes elas serão.

### **O estigma das políticas sociais: afluências e confluências**

Conforme o exposto, o estigma das políticas sociais é por causa de sua associação com a pobreza e o desemprego. Ela, sozinha, não há incidências de estigmas, mas conforme a quem ela se destina, ela se torna um recipiente de reprodução desse. Para Page (2015) um dos principais responsáveis para que essa manutenção aconteça é o uso desordenado de critérios oficiais de inclusão nos benefícios e serviços sociais. Ainda para esse autor, baseado em pesquisas realizadas com usuários de benefícios sociais, quanto mais criteriosos elas forem, mais estigma agregarão aos seus usuários.

Seguindo essa linha de raciocínio, quanto mais focalizada for uma política social mais ela negará direitos aos seus usuários. Então, um processo que já é difícil se torna ainda mais complicado. Esse mesmo autor, demonstra que os atendimentos aos usuários dos serviços também contribuem para sua estigmatização, uma vez que eles reforçam a auto culpabilização e o temor de recorrer ao Estado para se sustentar (PAGE, 2015).

Walker (2014) ao estudar as relações entre vergonha, estigma e pobreza, afirma que a vergonha é induzida socialmente para que as pessoas pobres se sintam como menos dignas por

não ter alcançado o máximo de superação pessoal, que é não ser pobre. Quando é o Estado que afirma e induz esse sentimento, existe uma burocratização da vergonha, o que a torna estigma, fazendo com que ele se institucionalize.

O referido acima é fundamentado pela lógica social vigente que condena a assistência estatal àqueles que necessitam. Políticas que envolvem benefícios de redistribuição de renda sofrem mais estigmas por causa disso. Porém, as pessoas que recebem benefícios assistenciais, mais precisamente de transferência de renda que não dependem de contribuição prévia, como o Bolsa Família ou benefícios eventuais diversos, carregam em si um estigma devido ao recorte de renda existente nesses programas.

É evidenciado, a partir desse pensamento, que o estigma nas políticas sociais não é passível de ser explicado sem entender que ele é um fenômeno que se faz na totalidade e que por isso, recebe influências de diversos desdobramentos, inclusive da própria política social. Por isso, a escolha das palavras “afluentes” e “confluentes” para o subtítulo que nomeia esta parte da dissertação. Ambas derivam do curso de bacias hidrográficas, da formação e do crescimento de rios. O rio faz o seu percurso e conta com seus afluentes para se fortalecer e se tornar cada vez maior, os pontos de encontro dos afluentes são chamados de confluências. Dessa forma, o estigma na política social, assim como o rio, tem o seu percurso e se alarga com diversas variáveis que vão contribuir para seu fortalecimento.

Defende-se a ideia de que são três grandes contribuições para que isso aconteça. A primeira decorre desde o surgimento das políticas sociais e a forma que foi tratada a pobreza, conforme brevemente mencionado acima; a segunda, da forma como a sociedade enxerga os usuários; e a terceira pelo neodireitismo imbricar-se na sociedade e, conseqüentemente, na política social, causando um agravante ao estigma. É importante, dessa forma, avaliar esses aspectos do estigma para responder as perguntas de pesquisa.

### **Lei dos Pobres, *workhouses* e estigma**

O primeiro aspecto, o estigma na história da política social e como a pobreza foi abordada, remonta aos seus primórdios e como ela teve vinculação direta ao trabalho. Spicker (2011) mostra que o trabalho era tratado como uma característica divina e que o ser humano só poderia ser digno se estivesse ocupado. Em vista disso, foram criadas as Leis dos Pobres para que algo fosse feito em relação a pobreza e para liberar mão-de-obra barata para o mercado capitalista nascente. Datadas do século XIV, Pereira-Pereira (2011) as conceitua como

um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação de que a caridade cristã não dava conta de conter possíveis desordens que poderiam advir da lenta substituição da ordem feudal pela capitalista, seguida de generalizada miséria, desabrigos e epidemias (PEREIRA-PEREIRA, 2011, p. 62).

A autora também aponta que antes dessas leis, a pobreza era atendida pela filantropia das igrejas e por fraternidades laborais, por esse motivo a necessidade que o Estado sentiu de criar uma forma de atender essas pessoas. Foi criada uma lei chamada de Lei dos Trabalhadores, em 1351, que tinha como objetivo regulamentar as relações de trabalho, sendo depois implementada a primeira Lei dos Pobres, em 1388, para coibir o aumento do número de andarilhos entre as paróquias (PEREIRA-PEREIRA, 2011).

Essa lei pregava uma punição aos chamados “vagabundos”, ou seja, aquelas pessoas que não trabalhavam, porém ela não era muito eficiente, uma vez que

as temidas ‘vagabundagem’ e mendicância não foram debeladas por essa forma de controle social que incluía surras, mutilações e queimaduras com ferro em brasa nos andarilhos, embora estes, àquela época não fossem tão numerosos como se fazia crer (PEREIRA-PEREIRA, 2011, p. 62).

É provável que essa punição desempenhada tenha colaborado para o início do estigma na política social. Ao mudar o sistema de produção do feudal para o capitalismo, atitudes que coibissem o ato de não trabalhar precisavam ser empregadas, uma vez que a exploração do trabalho é que dá sustento a este sistema (MARX, 2017). O desemprego agrega, portanto, estigma, e neste caso, causa marcas de ferro em brasa.

Retomando o conceito de estigma trazido por Goffman (2008) essa palavra remonta a marcas realizadas nas pessoas para demarcar alguma característica, nesse caso, a dita “vagabundagem”. Assim a vinculação das políticas sociais com o estigma pode remontar desse momento, por essas pessoas que foram marcadas utilizarem essas políticas sociais.

Como é papel da sociedade efetivar o estigma, essas pessoas sofreram represálias por estarem visivelmente marcadas, segregando-as das que não estavam. Em 1525, Zwingli, um protestante reformista, defendia a ideia de que os pobres e pessoas do interior não seriam dignos de receber assistência, se eles “gastam o dia todo deles na luxúria e ociosidade e não vão trabalhar, mas frequentam locais públicos, bares e âmbitos de má fama (...) mas os seguintes

pobres devem receber o auxílio, os piedosos, respeitáveis, cidadãos pobres<sup>37</sup>” (apud SPICKER, 2011, p. 10. Tradução nossa).

Como uma das práticas de impedir o ócio, Zwingli recomendava que os pobres fossem marcados com um emblema em suas roupas e os usarem em lugares públicos para que fossem reconhecidos (apud SPICKER, 2011). Em 1697, uma lei na Inglaterra promulgou essa prática, mas que caiu em desuso, diferente das *workhouses*, que coexistiam com as leis de rotulagem e que vingaram (SPICKER, 2011).

Esse mesmo autor cita Locke (1791), que explicou o motivo dos emblemas terem sido descontinuados

A lei que apontou o pobre para ser rotulado foi, talvez, feita para o propósito de deter pobres de solicitações de auxílios desnecessárias: mas, por causa de sua universalidade, foi mais premeditado para produzir um efeito contrário; e, assim, por acordo comum, foi ficando em desuso total na maior parte de Londres. Quem pode tolerar a ideia de fixar um estigma em uma criança, e de apresentá-la ao mundo sob uma vergonha, a qual ela pode não ter merecido?<sup>38</sup> (LOCKE, 1791, p. 139 apud SPICKER, 2011, p. 10. Tradução nossa).

Para Spicker (2011), as *Workhouses*, derivadas das Leis dos Pobres Elizabetanas, seguiam esse mesmo princípio de condenação dos chamados pobres “não merecedores”. Filgueiras (1996) aponta que a vinculação mais forte ao trabalho foi realizada por meio das *Workhouses*, local onde as pessoas eram forçadas a trabalhar em troca da assistência do Estado, vivendo com suas famílias nesses estabelecimentos, onde também tinham moradia e alimentação precárias.

Castel (2015), por seu turno, evidencia que os pobres eram classificados entre merecedores ou não merecedores dessa assistência. Os merecedores eram aqueles que exerciam atividades laborais, como também aqueles que não estavam aptos ao trabalho devido à infância, velhice ou alguma deficiência que tornasse o labor inviável e que não recorressem à mendicância. Os não merecedores da assistência estatal eram os que recorriam à mendicância e para quem as *workhouses* se destinavam.

---

<sup>37</sup> “*spend all their days in luxury and idleness and will not work, but frequent public houses, drinking places and haunts of ill-repute. ... But to the following folk poor relief shall be distributed, the pious, respectable, poor citizens*”

<sup>38</sup> “*The law which appointed the poor to be badged was, perhaps, meant for the purpose of deterring paupers from unnecessary applications for relief: but, by its universality, was more calculated to produce a contrary effect; and has, therefore, by common consent, gone into total disuse in most parts of the kingdom. Who can bear the idea of affixing a stigma to a child, and of introducing it to the world under a reproach, or at least with a mark of degradation, which it cannot have deserved?*”

Destarte, foram criadas para combater o pauperismo, já que era acreditado que as pessoas estavam perdendo “a vergonha de depender da caridade, necessitando restaurar o senso de degradação”<sup>39</sup> (SPICKER, 2011, p. 11. Tradução nossa). As *workhouses* serviam “como as figuras que usamos para espantar os pássaros, até que tenham aprendido, primeiramente a desgostá-las ou então aceitar os seus objetos de terror”<sup>40</sup> (TOWNSEND, 1788, p. 19-20 apud SPICKER, 2011, p. 11. Tradução nossa).

A defesa dessa perspectiva de organização das *workhouses* era realizada pois

a vantagem de uma *workhouse* devem surgir, não de manter os pobres na casa, mas de mantê-los fora; constringendo as classes inferiores para saberem e sentirem como desmoralizador e degradante é o auxílio compulsório dado pelas paróquias para silenciar o clamor e satisfazer as súplicas, da intencional e lamentável indigência<sup>41</sup> (BECHER, 1828, p. 20, apud SPICKER, 2011, p. 11. Tradução nossa).

Outros pensadores, como Edwin Chadwick, responsável pelo *Poor Law Report* em 1834, e líder do *laissez-faire* econômico, pensava que as *workhouses* não deveriam adotar comportamentos humilhantes e que apenas a sua existência seria capaz de diminuir o avanço dos pobres, devido aos “seus estigmas, sua frieza e seu trabalho forçado”<sup>42</sup> (FINER, 1952, p. 85 apud SPICKER, 2011, p. 11. Tradução nossa). Além disso, elas não foram construídas “com a intenção de ser uma máquina de degradação; deveria ser vergonhoso porque era a marca de baixo status” (SPICKER, 2011). Sendo assim, elas separavam os pobres merecedores dos não merecedores e era essa a sua finalidade.

A pobreza era vista, e ainda é, pela sociedade capitalista, como uma disfunção social que precisa ser corrigida, uma opção individual fruto da vagabundagem e que advém do pouco nível educacional das pessoas pobres (SIQUEIRA, 2014). Entretanto, a pobreza é estruturante para o sistema capitalista, uma vez que as desigualdades sociais são causadas pela expropriação de capital.

---

<sup>39</sup> “men were no longer ashamed to depend on the parish; it was essential to restore in the poor a proper sense of degradation”.

<sup>40</sup> “like the figures which we set to scare the birds, till they have learnt first to despise them then to perch upon the objects of their terror”.

<sup>41</sup> “the advantage resulting from a Workhouse must arise, not from keeping the Poor in the House, but from keeping them out of it; by constraining the inferior Classes to know and feel how demoralising and degrading is the compulsory Relief drawn from the Parish to silence the clamour, and to satisfy the cravings, of wilful and woeful indigence”.

<sup>42</sup> “It would deter by its stigma, its bleakness, its task work”.

Segundo Siqueira (2014), a pobreza é explicada pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, sendo assim, a pobreza é vista

não como uma questão natural, ou da natureza de alguns homens; não como um problema de sub-desenvolvimento (sic.), de insuficiente crescimento ou de uma fase de crise, mas como um processo derivado do próprio desenvolvimento das forças produtivas, que no capitalismo fundam a dialética riqueza/pobreza ou pauperização/acumulação (SIQUEIRA, 2014, p. 245).

Ou seja, a pobreza só existe por causa da apropriação da mais-valia (MARX, 2017). Com o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista, há uma intensificação da jornada de trabalho, reduzindo custos de produção e aumento da exploração de mais valia, conseqüentemente, o aumento das desigualdades sociais (DAL ROSSO, 2008). No capitalismo, a produção de mercadorias é socialmente realizada, mas o lucro é individualmente apropriado (MARX, 2017), o que explica as desigualdades sociais inerentes a esse sistema, como a pobreza.

Reis (2000) mostra que as elites (política, burocrática, empresariais e sindicais) culpabilizam o Estado pela forma ineficiente com que se lida com a pobreza, mas não se mobilizam para exigir melhores condições, tornando-se apáticas a essa situação, já que não estão inseridas nessa realidade. Por outro lado, e a autora também reconhece isso, as elites não se preocupam até ter movimento nas estruturas sociais, diminuindo minimamente as desigualdades e facilitando o acesso dos pobres a locais elitizados.

Dessa forma, “a maneira como as elites representam a pobreza e a desigualdade tem conseqüências tangíveis sobre as formas concretas como as sociedades respondem a esses problemas” (REIS, 2000, p. 144), o que confirma a lógica da criação de padrões de comportamento na sociedade. Porquanto, é possível compreender como o fato de ser pobre é carregado de estigmas, assim como as políticas sociais.

Walker (2014) mostra que além da pobreza ser entendida como um fracasso individualizado, possibilitando diversas formas de ser tratada como vergonhoso, ela é uma ameaça ao *status quo* da sociedade, tornando-se assim o seu estigma um elemento favorável para dominação.

Spicker (2011) observa, entretanto, que apesar do estigma na proteção social ter surgido desses imbricamentos e entendimentos maliciosos citados, não apresenta uma justificativa condizente de se ter perpetuado até os dias atuais. Para ele, o estigma da política social e de seus serviços é resultado da prévia estigmatização que ocorre na sociedade por causa

das condições sociais de seus usuários que vão reverberar e “serem contaminadas com a reputação das pessoas a quem eles servem”<sup>43</sup> (SPICKER, 2011, p. 121. Tradução nossa).

Esse autor tem esse entendimento, pois trata a proteção social e, conseqüentemente a política social, como fruto dos modelos de organização societária adotados por cada momento histórico, que colaboram para a reprodução de estigma. Dessa forma, para ele, o estigma não é um problema da política social em si, mas da forma que ela é criada e os objetivos que elas visam atender.

Walker (2014) também apresenta este ponto de vista, embora difira ao apresentar que nem todas as políticas públicas são estigmatizantes, mas quando essas políticas são usadas ou destinadas para pessoas pobres, raramente não geram estigma. Esse autor ainda afirma que, em relação a pobreza, a política social apresenta o estigma apenas pela sua associação e que a omissão estatal, provocada principalmente pelas políticas residuais, colabora para a manutenção e perpetuação do estigma (WALKER, 2014).

Nessa perspectiva, Page (2015) reforça que os estigmas nas políticas sociais se devem também ao mal atendimento das demandas dos usuários, as condicionalidades e as terminologias utilizadas pelas políticas sociais, assim, inclusive os modelos universais poderiam reverberar os estigmas.

Dessa maneira, terminologias que são adotadas de forma branda sem trazer uma devida análise sob sua definição, podem recair na manutenção do estigma. Termos como “risco social”, adotado mundialmente no âmbito das políticas sociais para elencar os indivíduos que devem receber as intervenções estatais, reforçam um caráter individualista e focalizado na pobreza em vez de estimular a adesão a políticas sociais universais (MARTINS, 2012).

### **Os estigmas nos usuários das políticas sociais**

Walker (2014) afirma que a associação das políticas sociais com a pobreza é um fenômeno cíclico, já que “este processo simples pode, por sua vez, ser exagerado por uma dinâmica autopetua decorrente do fato de que a provisão estigmatizada pode ainda

---

<sup>43</sup> “*tainted with the reputation of the people they serve*”

estigmatizar os usuários que podem, por sua vez, aumentar o estigma associado com a provisão”<sup>44</sup> (WALKER, 2014, p. 62. Tradução nossa).

Como já mencionado, o estigma está imbricado na relação social dos padrões societários, que são estabelecidos pela classe dominante em busca de poder. Dessa forma, por a pobreza ser tratada como uma questão individualizada, o estigma sobre os usuários das políticas sociais, recaem na perspectiva da criminalização da pobreza e da necessidade de auto culpabilização pela situação de pobreza.

Spicker (2011, p. 114. Tradução nossa) afirma que “as pessoas estigmatizadas são tratadas como imorais”<sup>45</sup>. Isso é ainda mais perceptível quando se trata da pobreza. Os clientes de bares e restaurantes, ao serem abordados por uma pessoa em situação de rua, ou até mesmo, pessoas que não deixam essa condição explícita, mas que estão pedindo esmolas, são tratadas com desdém, como se fossem menos humanas, por estarem ali, atrapalhando o consumo daqueles que foram absorvidos pelo mercado de trabalho. Entretanto, essa configuração muda quando estas mesmas pessoas estão vendendo panos de prato, doces, revistas ou outras mercadorias. O ato de estar vendendo algo se configura como trabalho e isto é aceito e bem visto pelas mesmas pessoas que antes a tratariam com desdém.

Essa mesma lógica vale para os usuários pobres de políticas sociais. São tomados como aproveitadores do Estado como se não quisessem trabalhar. E esta visão corrobora para que os usuários dessas políticas sejam cada vez mais humilhados por as utilizarem. Os estimuladores dessa lógica cruel, se pautam em discursos meritocráticos que são cada vez mais utilizados e justificados em uma sociedade que, como já demonstrado, não oferece oportunidades para todos. Estas, que são ainda menos para aqueles que são estigmatizados por serem negros, LGBTQ+, mulheres, pessoas com deficiência, pobres, indígenas, imigrantes, entre tantos outros que não se encontram entre a classe detentora do poder.

Concorda-se com os autores mencionados de que o estigma das políticas sociais está na sua associação com seus usuários e que estes trazem os estigmas consigo por características próprias deles que os diferem, tanto entre si como também da maioria societária. Apesar dos estigmas serem associados com a pobreza, os usuários das políticas sociais podem ser

---

<sup>44</sup> “*this simple process may in turn be exaggerated by a selfperpetuating dynamic arising from the fact that stigmatized provision can further stigmatize users which may, in turn, increase the stigma associated with provision*”

<sup>45</sup> “*stigmatised people are treated as imoral*”.

estigmatizados por questões específicas, como por serem negros, LGBT+, mães-solo, obesos, deficientes mentais, uso abusivo de narcóticos, entre outros.

Há uma soma de preconceitos enfrentados no cotidiano que colaboram para a estigmatização. Apesar de apresentar arranjos diferentes, todos derivam da não perpetuação dos padrões sociais (morais, econômicos, políticos etc.) que são adotados pela sociedade como o que deve ser perpetuado e seguido. Entretanto, até mesmo as políticas voltadas para esses segmentos populacionais, estão reverberadas pela associação com a pobreza, sendo motivo de chacota até mesmo entre os grupos populacionais.

Em se tratando da comunidade LGBT+, por exemplo, há uma ideologia de que a comunidade é detentora de grande poder econômico, sendo que, nas cidades em que há bairros onde há uma concentração majoritária dessa população, o custo de vida é elevado e são consideradas regiões de alto IDH, como por exemplo o bairro Greenwich Village na Cidade de Nova Iorque e o bairro de Jardins em São Paulo. Isso talvez seja explicado pelo alto número de comércios destinados a este público nas regiões.

Apesar disso, políticas sociais destinadas a essa população carregam estigma, tanto por se destinarem a LGBT+ quanto pelo estigma da pobreza, já que se tem uma concepção, estimulada pela ideologia neoliberal, de que o serviço público é ruim e o privado é melhor. Dessa forma, estudar o estigma dos usuários sem estudar em conjunto com a sociedade e seu modo de produção não abarca a totalidade do problema.

### **O neodireitismo, políticas sociais e a sociedade estigmatizante**

Foi visto no primeiro capítulo que a nova direita tem uma configuração de sociedade pautada em questões individualistas, que favorecem a competição desenfreada entre pessoas, a meritocracia e a tomada de princípios religiosos para justificar desigualdades sociais como naturais. Dessa forma, o seu modelo de política social deriva da sua forma de proteção social, que é o modelo residual, sendo focalizado na extrema pobreza.

Este modelo contribui para a formulação de estigmas. Para Walker (2014, p. 62. Tradução nossa) eles podem ocorrer por meio das omissões estatais resultantes de políticas residuais, uma vez que “são negligenciadas porque não servem ao *mainstream* social e não têm

grupos de interesse poderosos para promovê-los ou defendê-los. Desse modo, a mesma dinâmica do estigma através da associação pode ocorrer”<sup>46</sup>.

Dessa forma, por que os neodireitistas ainda defendem nessa proteção social, visto que não se destina também aos poderosos? Porque políticas sociais universais são mais caras de se manter, não corroboram com a lógica neodireitista, de que o universalismo corrompe as individualidades humanas e afeta a diminuição das desigualdades sociais.

O neodireitismo defende um estado mínimo para que ele socorrido em casos de falência. Estimula uma sociedade que não defenda intervenções estatais, já que os ricos “não precisam” destas. Enxergam direitos sociais como benesses e não como direitos, daí o motivo de incentivar e estimular a lógica que criminaliza a pobreza, para que não provoque a dependência estatal.

Spicker (2011) afirma que o estigma é um instrumento para que as pessoas não queiram ser dependentes das políticas sociais, fazendo com que a pobreza e a dependência sejam consideradas imorais, contribuindo para o estigma de seus usuários. Há uma concepção sociológica fortemente imbricada, conforme mostra Walker (2014) de que a pobreza é fruto do fracasso individual, conforme visto anteriormente.

Ao ser estabelecida como algo imoral, resgata concepções históricas sobre a pobreza, estabelecidas durante a época das *workhouses*. Isso porque as classes burguesas que se mantêm no poder, não mudaram o seu posicionamento sobre os mais pobres, fato que pode ser observado com a teoria neodireitista e a sua ascensão mundial na segunda década dos anos 2000, em resposta aos governos progressistas que assumiram o comando de países centrais para o capitalismo na primeira década do referido ano.

Dessa forma, o estigma faz parte da política social porque a classe dominante mantém o seu domínio social e agrava-se pelo mesmo motivo. Um modelo de sociedade que não permite a superação da pobreza e utiliza-se de exceções para promover uma moralidade meritocrática, cunhada em perspectivas religiosas que ditarão como os indivíduos devem agir e se comportar socialmente, temendo não conseguir superar suas dificuldades ditas individuais em torno da pobreza. Por isso a sociedade estigmatiza, pois está inserida nessa lógica, que é agravada pelo neodireitismo. King (1987) mostra que o neoconservadorismo serve para camuflar as

---

<sup>46</sup> “are neglected because they do not serve the social mainstream and lack powerful interest groups to promote or defend them. If so, the same dynamic of stigma through association may set in”.

consequências dos avanços neoliberais para que sejam vistas como naturais. Com isso, todas as pessoas que não conseguem alcançar o padrão são altamente repudiadas e criminalizadas.

Dessa forma, rejeitam-se os usuários das políticas sociais, ou seja, estigmatizados por serem dependentes, pela sua pobreza e pela sua falta de poder (SPICKER, 2011). Assim, é perceptível o porquê da sociedade neodireitista ser tão violenta com essas pessoas. Uma sociedade que valoriza o espetáculo, ou seja, a exposição exacerbada de conteúdo midiático e a glamourização de estilos de vida que pautam o consumismo (DEBORD, 2017).

A sociedade os repudia por não conseguirem se encaixar nessa reprodução social, assim

rejeitamos-lhes porque eles têm baixo status, mas também os rejeitamos por outras razões – por causa dos nossos preconceitos contra eles, ou porque eles violaram a nossa expectativa, nossa ordenada visão de sociedade. E isso degrada os status deles para mais além, porque a rejeição limita os papéis de uma pessoa na sociedade e a honra social também depende dos papéis que ela desenvolve. O estigma é perpetuado por si mesmo. Ele nega acesso a papéis, status ou influência; ele aumenta a distância social; ele isola pessoas do corpo principal da sociedade. Por fazer isso, ele barra o acesso às vantagens oferecidas pelo contato social normal<sup>47</sup> (SPICKER, 2011, p. 118. Tradução nossa).

Fica claro, com esta citação, que o estigma cumpre um papel social de manter as estruturas societárias, impedindo que sejam revertidas. Mostra, também, a relação de poder, conceituada por Link e Phelan (2001), que permeia o estigma. Ficam evidentes as tentativas de silenciamento de pessoas em busca por melhores condições de vida, cuja situação precária foi provocada pelo acúmulo desigual de riquezas. “O estigma é perpetuado por si mesmo” (SPICKER, 2011, p. 118. Tradução nossa<sup>48</sup>). Recita-se esta frase para que possa ser analisada com mais evidência.

O estigma, agravado desde os primórdios da sociedade capitalista, conforme visto anteriormente, tem o poder de se alastrar por si mesmo. Isso acontece, porque enquanto existir alguém ditando padrões sociais burgueses e as suas nuances de poder, o estigma estará em voga. Em uma sociedade que não preza pelo coletivo, e repudia as manifestações contrárias, o estigma

---

<sup>47</sup> “*We reject them because they have low status, but we also reject them for other reasons - because of our prejudices against them, or because they have violated our expectations, our ordered view of society. And this degrades their status further, because rejection limits a person's roles in society, and social honour also depends on the roles he plays. Stigma perpetuates itself. It denies people access to roles, status or influence; it increases social distance; it isolates people from the main body of society. By doing this, it bars access to the advantages offered by normal social contact*”.

<sup>48</sup> “*Stigma perpetuates itself*”.

é o instrumento utilizado para conter erupções contra a ordem, por isso é tão difícil conceituá-lo com um único significado. Percebe-se, dessa forma, a necessidade do estancamento das individualizações exageradas, que são provocadas pelo neodireitismo.

Por outro lado, o estigma tem um outro aspecto, que funciona para a sociedade neodireitista. Ele consegue ser visto como algo que os desperta a caridade, possibilitando ações filantrópicas com os estigmatizados, principalmente relativas à pobreza. Pode ser usado também para modificar comportamentos, já que

o estigma é a única maneira de uma sociedade livre poder ser generosa (...) Estigma faz três coisas. Primeiro (...) crianças são ensinadas que aceitar caridade é uma desgraça, elas também tendem a serem ensinadas os tipos de coisas que elas podem ou não fazer para evitar essa desgraça (...) Segundo, estigma encoraja o tipo certo de auto seleção (...) pessoas se perguntam se aquela ajuda é realmente essencial (...) terceiro, estigma desencoraja a dependência – induz as pessoas a fazerem tudo que puderem para sair daquela situação que os fizeram necessitar de ajuda<sup>49</sup> (MURRAY, 2009, p. 1 apud WALKER, 2014, p. 62. Tradução nossa).

Além disso, Murray (2009) apresenta a ideia de que o estigma faz a generosidade ser possível. Conforme aponta Walker (2014), o referido autor é contrário que os Estados Unidos se tornem uma Europa, baseado “no modelo do direito à assistência social”, ou seja, “uma dependência da proteção social”<sup>50</sup> (MURRAY, 2009, apud WALKER p. 62. Tradução nossa). Isso mostra como a ideologia dominante consegue enxergar o estigma como algo útil, afinal de contas, estimula a caridade e generosidade entre as pessoas.

O que não percebem ou fingem não perceber, é que o estigma é muito mais do que isso, já que pode “surgir da ignorância, negligência ou despreocupação no processo de formulação das políticas sociais (...) em um nível operacional, o estigma vai reprimir demandas e possivelmente pode impedir algumas reivindicações que foram provocadas”<sup>51</sup> (WALKER, 2014, p. 62-63. Tradução nossa). O estigma retira direitos que foram arduamente conquistados pelos movimentos sociais.

---

<sup>49</sup> “*Stigma is the only way a free society can be generous (...) Stigma does three things. First, (...) children are taught that accepting charity is a disgrace, they also tend to be taught the kinds of things they should and shouldn't do to avoid that disgrace (...) Second, stigma encourages the right kind of self selection (...) people ask whether the help is really that essential (...) Third, stigma discourages dependency – it induces people to do everything they can to get out of the situation that put them in need of help*”.

<sup>50</sup> “a right to social assistance” “namely welfare dependency”

<sup>51</sup> “*stigma may arise inadvertently though ignorance, neglect, or carelessness in the policy design process (...)at an operational level stigma will suppress demand and may possibly deter some elicited claims*”.

Por esses motivos, o estigma apresenta características próprias que favorecem um controle sobre a sociedade, devendo os indivíduos agirem de acordo com regras pré-estabelecidas socialmente, abrindo espaço para a dominação. Isso deve ser levado em consideração, principalmente, pela forma que a nova direita tem se propagado pelo mundo e implementado o seu modelo residual de política social.

### **A possibilidade da dominação social pela estigmatização de indivíduos**

O estigma abarca uma relação de poder entre a classe dominante e os dominados, servindo, assim, conforme pôde ser inferido, como uma ferramenta de dominação. Elias e Scotson (2000), assim como Becker (2008) explicam essa relação pela criação do grupo *outsider*. Conforme já brevemente citado, estes indivíduos, que podem estar organizados em segmentos sociais, são aqueles que não são em maior número social e que não reproduzem as regras sociais impostas.

*Outsider*, segundo Becker (2008) são aquelas pessoas que não vivem de acordo com as regras sociais, sendo estas o julgamento de valor sobre situações e comportamentos, que são tidos como os modelos a serem seguidos. Esses modelos podem ser estabelecidos por meio do judiciário ou pela tradição cultural de cada sociedade, que são impostas como padrões de comportamento, sendo fiscalizadas pela polícia ou pela sociedade. Dessa forma, “se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem a ele” (BECKER, 2008, p. 24).

Ainda sobre as regras sociais, o referido autor constata que elas “são criação de grupos sociais específicos” (BECKER, 2008, p.27), afirmando que elas não apresentam sempre um consenso, mas que, no geral, são adotadas pela grande maioria dos grupos sociais, sendo essas regras “altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais” (BECKER, 2008, p. 27). Dessa forma, quando há contradições entre elas, existirão conflitos de interesses, prevalecendo os padrões de grupos dominantes, já que se constitui em “uma questão de poder político e econômico (...) aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras” (BECKER, 2008, p. 29-30).

Nessa perspectiva, Elias e Scotson (2000, p. 24) mostram que a parte mais importante do estigma é “um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes (...) um

grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”.

Assim, classes sociais mais altas conseguem impor seus valores e estilos de vida sobre as classes mais baixas, obrigando-as a reproduzir padrões de comportamento burgueses. Essa ação possibilita a sua dominação e a permanência nesta posição de poder, uma vez que, se toda a sociedade reproduz o seu comportamento social almejando ocupar essa posição, não terá oposição que a tire do poder.

As regras sociais transmitem os valores de um grupo, que não são impostas sempre. Há tipos de infrações que necessitam da imposição dessas regras dominantes, que, para o autor, deriva de se ter alguém de boa índole e confiável que puna a transgressão, da sua denúncia e dos benefícios que a denúncia do desvio causa para ambas as partes envolvidas (BECKER, 2008).

As infrações que são reprimidas em uma sociedade capitalista, são aquelas que abalam as suas estruturas. Esse é um dos motivos que leva à estigmatização do pobre e do desempregado, principalmente se ele recorrer às políticas sociais. Enquanto elas atendem os interesses das duas classes e não diminuem, mesmo que minimamente, as desigualdades sociais, não ocorrerá uma reação de imposição mais forte aos valores burgueses. O neodireitismo impõe esses valores por estimular os seus ideais na sociedade.

Isso não quer dizer que os valores das classes dominantes só são impostos quando há abalos nas estruturas capitalistas, já que se perpetua a diferença de classes durante toda a história desse sistema. Entretanto, ele se agrava ao perceber a manifestação e ressurgir com novas formulações, como é o caso da nova direita, que surgiu como resposta ao Estado de Bem-Estar Social entre outras medidas favoráveis à classe trabalhadora, sempre em uma relação dialética com a classe dominante.

Elias e Scotson (2000) demonstram que as coletividades de maior poder se percebem como “melhores, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros” (p. 20), contribuindo para uma inferiorização do grupo minoritário. Perpetuam-se relações de poder e utilizam-se do estigma para fazer isso, uma vez que “a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22).

Assim, a estigmatização entre grupos favorece a dominação, pois o estigma provoca a sensação de encolhimento, insuficiência, impotência e inferioridade no grupo estigmatizado, já que “afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24). O estigma, conforme exposto, pode ser utilizado como uma ferramenta de manipulação social e dominação.

A perpetuação do estigma entre os dominantes e dominados, pode ser explicado pela

participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um de seus membros, através da sujeição de sua conduta a padrões específicos de controle dos afetos. O orgulho por encarnar o carisma do grupo e a satisfação de pertencer a ele e de representar um grupo poderoso – e, segundo a equação afetiva do indivíduo, singularmente valioso e humanamente superior – estão funcionalmente ligados à disposição dos membros de se submeterem às obrigações que lhes são impostas pelo fato de pertencerem a esse grupo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 32).

Dessa forma, a perpetuação do estigma também acontece devido ao desejo de pertencimento no grupo dominante.

Depreende-se do exposto até aqui, que a nova direita surge com a necessidade de resgatar posições sociais que foram minimamente abaladas pelas manifestações sociopolíticas ocorridas nos anos 1960; também que o seu modelo societário contribui para a perpetuação do estigma das políticas sociais e da pobreza e que, portanto, o estigma é utilizado pela nova direita para que a sociedade não queira usufruir de políticas sociais tanto universais, quanto focalizadas. Aqueles que precisam delas para sobreviver, por outro lado, são julgados conforme a realidade individualista neodireitista.

Ao estabelecer e fortalecer padrões de comportamentos que estimulam o enriquecimento por meio do trabalho individual e meritocrático, provoca uma super exploração dos indivíduos (HAN, 2017). Indivíduos que são desviantes dessa regra sofrem com a estigmatização.

Criou-se assim a dominação neodireitista, que propagou os seus padrões de produção, consumo e de relações interpessoais. O estigma pode ser utilizado pela nova direita como uma ferramenta de dominação, pois contribui para a perpetuação da suas já referidas regras sociais. Isso acontece, devido ao medo e à vergonha que ser estigmatizado apresenta para as pessoas

(WALKER, 2014). Fora isso, a perda de direitos e de acesso a lugares e serviços, em função do estigma, também é um dos fatores que contribuem para essa manutenção dos padrões sociais.

Assim, a relação entre estigma, política social e nova direita se faz presente nas configurações da proteção social desde o início de 1980, tornando o seu estudo critério imperioso para compreender as provocações sociais causadas por este imbricamento causou, tema do próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 - Nova Direita, Estigma e Política Social: as consequências da aglutinação**

*“Vou contar-lhe um segredo, meu caro. Não espere o juízo final. Ele se realiza todos os dias”.*

*(Albert Camus)*

A política social focalizada agrega estigma aos seus usuários, sendo este o modelo adotado pela nova direita. Pierson (1998, p. 38. Tradução nossa) demonstra que a nova direita não “define um conjunto único de prescrições para o Estado de Bem-Estar Social<sup>52</sup>”, mas que o seu aspecto neoliberal faz jus a uma economia livre de mercado, e o seu lado neoconservador procura a restauração social da autoridade política, uma vez que, para eles, a relação do Estado de Bem-Estar Social com a social democracia deturpa os princípios do capitalismo liberal (PIERSON, 1998).

Esse autor, baseando-se nas ideias de Gamble (1988), continua descrevendo os impactos da nova direita no Estado de Bem-Estar Social, assim

ambos os elementos da Nova Direita [neoliberalismo e neoconservadorismo] são hostis à intervenção do Estado de Bem-Estar Social porque (1) seus métodos administrativos e burocráticos de alocação são inferiores aos do mercado, (2) é moralmente censurável (tanto para os patrocinadores quanto para os usuários do Estado de Bem-Estar), (3) nega aos usuários dos serviços de bem-estar qualquer escolha real e (4) apesar dos enormes recursos destinados a ele, falhou tanto para eliminar a pobreza quanto para erradicar as desigualdades injustas de oportunidade<sup>53</sup> (GAMBLE, 1988, p. 27-60 apud PIERSON, 1998, p. 39. Tradução nossa).

Nessa perspectiva, King (1987, p. 17. Tradução nossa) afirma que a política social adotada pela nova direita “busca um papel reduzido para o Estado tanto na economia quanto nos serviços do Estado de Bem-Estar, e uma restauração da família como a principal unidade socioeconômica na sociedade<sup>54</sup>”. Isso é viável, a partir do momento em que se retira a proteção

---

<sup>52</sup> “define a unique set of prescriptions for the welfare state”

<sup>53</sup> “both elements of the New Right are hostile to welfare state intervention because (1) its administrative and bureaucratic methods of allocation are inferior to those of the Market, (2) it is morally objectionable (for both the sponsors and the recipients of state welfare), (3) it denies the consumers of welfare services any real choice and (4) despite the enormous resources devoted to it, it has failed either to eliminate poverty or to eradicate unjust inequalities of opportunity.”

<sup>54</sup> “reduced role for the state both in economic and welfare activities, and a restoration of the family as the main economic and social unit in society.”

social estatal e esta é comercializada: as pessoas que não têm condições financeiras irão buscar o suporte da família ou da caridade (geralmente religiosa) para se estabelecer.

As políticas focalizadas surgem em um contexto de empobrecimento da população e com a noção de que “a focalização nos pobres serviria como um mote para o desenvolvimento econômico, aumentando o consumo e a inserção desta massa vulnerabilizada no mundo do trabalho” (MARINS, 2019, p. 657). Diante do exposto, é evidente a iniciativa da nova direita de tentar individualizar essas questões, uma vez que

além da descentralização do poder estatal e do compartilhamento de gastos sociais com outras instituições e atores, as políticas de transferência de renda dirigem suas ações para a família e simultaneamente incentivam um processo de individualização, através do qual caberia ao indivíduo se livrar da sua situação de vulnerabilidade social, cumprindo de maneira ‘responsável’ as contrapartidas da política (MARINS, 2019, p. 657, apud MARINS, 2017, p. 117-118).

O modelo neodireitista de política social se constrói sobre uma falácia moralizante que favorece a pauperização da população, visto que seus direitos não são atendidos de forma eficaz e elas “funcionam como armadilha da pobreza porque não liberam os pobres da situação de privação; e aumentam a pobreza porque, ao deixarem no desamparo grupos sociais não focalizados, contribuem para o gradativo empobrecimento destes” (PEREIRA-PEREIRA, 2003, p. 3).

Isso torna o processo de empobrecimento um ciclo. Pessoas que deveriam, mas não são atendidas pelas políticas focalizadas ficarão cada vez mais pobres e necessitadas de algum amparo social. Essa mesma autora discorre que houve uma inversão de valores morais que fez com que os pobres passassem a ser vistos como tomadores de empréstimos sociais ao receberem benefícios do Estado (PEREIRA-PEREIRA, 2003).

A partir do exposto, percebe-se que é preciso identificar de que forma essas reconfigurações sociais foram realizadas e favoreceram a individualização social necessária para a implementação de políticas sociais cada vez mais residuais e focalizadas na pobreza. O estigma agregado por essa mudança, também precisa ser entendido no âmbito das políticas sociais.

## As Configurações Sociais Neodireitistas

Os governos<sup>55</sup> de Ronald Reagan e Margaret Thatcher se caracterizaram por seus fortes desmontes no âmbito da política social. Para ambos, o Estado de Bem-Estar não era “meramente uma vítima de uma performance econômica ineficiente, mas uma de suas principais causas” (PIERSON, 2007, p. 4. Tradução nossa<sup>56</sup>). Julgando necessário uma reformulação, eles desmontaram toda uma estrutura social baseada em princípios keynesianos universalistas. Assim, “as políticas sociais existentes enfrentaram um escrutínio sem precedentes, uma vez que um novo grupo de legisladores procurou por aberturas que pudessem permitir cortes ou a substituição de alternativas privadas à prestação pública” (PIERSON, 2007, p. 4. Tradução nossa<sup>57</sup>).

Porém, para conseguir essa reconfiguração, foi necessário alterar a percepção social sobre a universalidade, afinal, mudar o modelo de proteção social requer alterar as bases socioculturais de uma nação. Para Gamble (1988) a ala neoconservadora da nova direita, que pairava principalmente na sociedade inglesa, antes mesmo da eleição de Thatcher nos anos 1980, estabelecia um movimento de redefinir a cidadania na social democracia. Dessa forma, “um objetivo central tem sido desacreditar o conceito social-democrata de direitos de cidadania universal, garantido e aplicado através de órgãos públicos, e substituí-lo por um conceito de direitos de cidadania alcançados através da propriedade e participação em mercados” (GAMBLE, 1988, p. 16. Tradução nossa<sup>58</sup>).

Além desses fatores, Pierson (1998) afirma que essa mudança foi provocada pela associação que o modelo universalista de política social tinha com partidos socialistas e sociais democratas e que por isso, não encontrava apoio da população nas eleições. Talvez os cidadãos não votassem nesses partidos devido à reconfiguração de sua cidadania e por medo da ameaça

---

<sup>55</sup> Outros países também apresentam essas características, como o Chile durante o governo Pinochet e a Bolívia na mesma época. Outros países tiveram uma tomada de poder mais recente, como é o caso do Brasil e da Venezuela, que tem seus governos assaltados pela nova direita, frutos de golpes disfarçados de impeachment ou a convocação de novas eleições.

<sup>56</sup> *“simply a victim of poor economic performance but one of its principal causes”*

<sup>57</sup> *“existing social policies faced unprecedented scrutiny as a new group of policymakers searched for openings that might allow cutbacks or the substitution of private alternatives for public provision”*

<sup>58</sup> *“a central goal has been to discredit the social democratic concept of universal citizenship rights, guaranteed and enforced through public agencies, and to replace it with a concept of citizenship rights achieved through property ownership and participation in markets.”*

comunista que era amplamente divulgada e temida pelos neoliberais, conforme mostra Harvey (2008).

Para Gough (1980), apoiando-se nas análises de Stuart Hall e Andrew Gamble, afirma que essa ideologia neodireitista de reconfiguração da sociedade foi construída propositalmente utilizando-se elementos que já estavam presentes na sociedade, sendo passível de serem absorvidos por um partido político que pudesse obter vitória eleitoral. Esses elementos, baseavam-se no atendimento do Estado de Bem-Estar Social aos imigrantes, no falso entendimento da elevação de impostos e de um orçamento deficitário, além de não incentivar o trabalho e a formação de um segmento de trabalhadores improdutivos (GOUGH, 1980).

Esse pano de fundo contribuiu para, ao serem eleitos, Reagan e Thatcher pudessem se opor ao universalismo das políticas sociais. Implantaram discursos manipulados de que havia uma incompatibilidade entre atender os direitos sociais provindos da classe trabalhadora e as necessidades do mercado econômico para reverter a crise. Se pautavam em estratégias estatais que visavam uma adulteração estratégica de incompatibilidades entre os direitos já adquiridos das classes trabalhadoras e as exigências das políticas fiscais, orçamentárias e do mercado de trabalho (KRIEGER, 1987).

Esse autor ainda afirma que, o ataque promovido às estruturas do Estado de Bem-Estar social pela combinação do monetarismo econômico com a rejeição de intervenções estatais baseadas nos princípios do *laissez-faire*, é

apenas parte de um projeto mais amplo para remodelar a comunidade política, reverter a tendência dos Estados de substituir o contrato por status e direitos de propriedade pelos direitos dos cidadãos e forjar uma base política duradoura para uma agenda radical de direita. Apelos particularistas e até mesmo explicitamente divisivos substituem as normas integrativas e universalistas do estado de bem-estar social (KRIEGER, 1987, p. 186. Tradução nossa<sup>59</sup>).

Dessa maneira, é possível entender os motivos que levam à estigmatização da necessidade da política social, e dela ser fortemente repudiada nos governos neodireitistas. A individualização é amplamente divulgada e defendida como meio de evitar novas formas universalistas de política social. Conforme dito antes, ao vincular a cidadania com a inserção mercadológica, aqueles que não conseguem se inserir são rebaixados e estigmatizados. É

---

<sup>59</sup> “only part of a broader project to reshape political community, reverse the tendency for states to replace contract with status and property rights with citizen rights and forge a durable political base for a radical rightist agenda. Particularistic and even explicitly divisive appeals replace the integrative, universalist norms of the welfare state”

evidente que o estigma na política social se agrava em uma sociedade que trata a pobreza em uma perspectiva criminal, como faz a nova direita.

Por esses motivos, Krieger (1987) e Gough (1980), sendo que este último se refere, especificamente, ao governo Thatcher, afirmam que as reconfigurações das políticas sociais tiveram um forte teor ideológico nos governos neodireitistas, influenciando ações governamentais e a forma com que as políticas sociais atenderam as demandas populacionais.

Entretanto, Pierson (2007) aponta que é importante compreender que os dois governos apresentaram contradições, uma vez que dismantelar o modelo do Estado de Bem-Estar social seria um desafio e enfrentava o risco de não ter apoio popular. Dessa forma,

a realidade é um quadro confuso e misto de Estados de Bem-Estar assolados por pressões genuínas, mas não por crises fundamentais. O medo da oposição popular aos cortes radicais dos gastos forçou repetidamente cada governo a recuar. Somente nas ocasiões pouco frequentes em que foi possível elaborar reformas que diluíram tal oposição é que o retraimento de gastos radical ocorreu<sup>60</sup> (PIERSON, 2007, p. 2. Tradução nossa).

A oposição, tanto de partido quanto popular, teve papel fundamental para impedir que cortes maiores fossem realizados por ambos os governos, sendo que Thatcher encontrou maior facilidade para esse retalhamento devido a uma oposição fraca e dividida, embora encontrasse forte resistência da população para grandes reformas (PIERSON, 2007). Por esses motivos, esse mesmo autor sustenta, que para os políticos que têm intenção de reeleição, cortar gastos sociais pode ser algo arriscado, pois a população tende a ser mais rancorosa ao perder do que grata ao ganhar um benefício social (PIERSON, 2007).

Entretanto, o que o autor não percebe é que a nova direita teve (e ainda tem) uma solução para reconquistar o apoio popular. Nos primeiros anos de seu governo, Thatcher realizava reformas e regulações econômicas e administrativas, que não foram muito bem recebidos pelos cidadãos e pelo seu partido, já que “a patrulha econômica, os motins no centro da cidade, e a desintegração do apoio do governo causou grande desconforto dentro do partido conservador” (GAMBLE, 1988, p. 108-109. Tradução nossa<sup>61</sup>). Até 1982, o governo enfrentava fortes críticas por parte da população e sua perspectiva de novas vitórias eleitorais estava

---

<sup>60</sup> *“the reality is a messy, mixed picture of welfare states beset by genuine pressures but not by fundamental crises. The fear of popular opposition to radical spending cuts repeatedly forced each administration to retreat. Only on the infrequent occasions when it was possible to design reforms that defused such opposition did radical retrenchment occur.”*

<sup>61</sup> *“the economic blitz, the inner city riots, and the crumbling of Government support caused great unease within the Conservative party.”*

comprometida, uma vez que “sofreu danos irreversíveis como resultado de mau julgamento e má sorte” (GAMBLE, 1988, p. 110. Tradução nossa<sup>62</sup>).

Nesse mesmo ano, o governo recuperou parte da admiração popular devido à sua vitória na Guerra das Maldivas<sup>63</sup> contra a Argentina e a recuperação econômica mundial, rendendo um período de grande ascensão política e econômica até 1987, período que Gamble (1988, p. 110. Tradução nossa) chama de “anos de ouro para os conservadores”. O governo durou até 1990, quando Thatcher não conseguiu atingir o mínimo de votos necessários para liderar o Partido Conservador nas eleições internas deste, sendo esse o motivo de sua renúncia.

Apesar da nova direita realizar gastos sociais, Navarro (1991) demonstra que o governo de Reagan não obteve a restrição da intervenção estatal, pelo contrário, aumentou. Foi realizada uma redução nos gastos sociais, por meio da transferência de recursos do fundo social para o militar, principalmente para a compra de armas (que aumentou 100% nos anos de 1980-1985), pesquisa e desenvolvimento militar (que aumentou 80% nos referidos anos) e construções militares (mais de 90% na mesma faixa temporal), se constituindo em um “keynesianismo militarista” e não em um neoliberalismo de fato (NAVARRO, 1991, p. 205).

Apesar de não concordar com o termo utilizado pelo autor, uma vez que o neoconservadorismo se imbrica com o militarismo, justificando, dessa forma, uma maior destinação dos recursos sociais para as forças armadas, concorda-se que os excessivos gastos militares para combater o comunismo, mais precisamente a URSS durante os anos finais da Guerra Fria, fez com que a população se sentisse insegura e mais pobre (NAVARRO, 1991).

É perceptível, diante o exposto, que a nova direita não condena totalmente a intervenção estatal na economia: eles têm uma política de proteção social, conforme demonstra Pereira (2016). Entretanto, sua maior destinação de recursos é para criar um Estado militar, moralmente forte e reestabelecer uma autoridade estatal, assim, “a autoridade do Estado deve ser especialmente exercida para manter as relações de propriedade e os direitos dos proprietários. A autoridade e a disciplina também devem ser reafirmadas nas escolas e nas famílias” (KING, 1987, p. 22. Tradução nossa<sup>64</sup>).

---

<sup>62</sup> “suffered irreversible damage as a result of bad judgement and ill-fortune.”

<sup>63</sup>A Inglaterra contou com forte apoio estadunidense, tornando-se grande parceira em diversos acordos e guerras nas quais os Estados Unidos participava. Para mais informações sobre isso ver: GAMBLE, A. *The free economy and the Strong state: the politics of thatcherism*. Macmillan, 1988.

<sup>64</sup> “the state’s authority must be especially exercised to maintain property relations and the rights of property owners. Authority and discipline must also be reasserted in schools and in families”

Assim, é possível vislumbrar que a nova direita concede verbas para financiar guerras e armamentos, mas não para os direitos sociais. Para os últimos, sobram os resíduos sociais que servirão para fomentar estigmas. Estes sofrem com a reconfiguração social implementada pelos neoconservadores, que transformam cidadãos em consumidores natos. O Estado, ao se desresponsabilizar da atenção à política social, cria a possibilidade de comércio em torno desses direitos que foram expropriados pelo capital. Dessa forma, não surpreende que os cidadãos sejam transformados em consumidores natos, já que precisam pagar para terem acesso aos direitos que foram sucateados e reduzidos. Além disso, a imposição de que os serviços privados são melhores do que os públicos deriva não somente dessa falta de investimento, mas também dos estigmas que os serviços públicos carregam.

### **A individualização social neodireitista**

Retomando as perspectivas que foram trabalhadas até aqui, principalmente as de Harvey (2008), a individualização neodireitista começou quando foi percebida a necessidade de usurpar o senso de coletividade nos movimentos sociais, que buscavam um melhor atendimento das suas demandas pelo Estado. Filho e Moraes (2018) embasam essa linha de pensamento ao afirmarem que o neoliberalismo provocou a “decomposição da classe trabalhadora e a diluição de sua cultura e de suas formas de solidariedade, o que dificulta muito a organização social contra as consequências do neoliberalismo” (FILHO; MORAIS, 2018, p. 244-245).

Com a falsa promessa de que só o mercado poderia proporcionar um atendimento às equidades, o neoliberalismo proporcionou as políticas sociais residuais, mas também da individualização provocada pelo mercado. As reconfigurações sociais realizadas pelo neoconservadorismo, mostradas por Gamble (1988), também reafirmam uma manipulação estrutural da sociedade em prol do desenvolvimento desse individualismo, ao atrelar a cidadania ao consumo mercantil.

Além dos motivos econômicos, King (1987) afirma que enfrentar o Estado de Bem-Estar Social era necessário para reestabelecer e promover legislações a favor da família. Gilder (1982, p. 114 apud KING, 1987, p. 19. Tradução nossa<sup>65</sup>) critica a saída das esposas de suas casas para adentrar no mundo do trabalho, que, segundo ele afirma, “os pais já não se sentem másculos no seu próprio lar”. Ele ainda discorre sobre o Estado de Bem-Estar Social não

---

<sup>65</sup> “*the father can no longer feel manly in his own home*”

apresentar uma saída para as “situações desvantajosas”, sendo que “o único caminho confiável de se sair da pobreza será sempre trabalho, família e fé” (GILDER, 1882, p. 68 apud KING, 1987, p. 19. Tradução nossa<sup>66</sup>).

King ainda afirma que esse pensamento foi a base da nova direita nos Estados Unidos, sendo defendido por movimentos religiosos, mas não foi tão propagado na Inglaterra, devido a adesão de outro discurso, o que condenava a liberação sexual dos anos 60 (KING, 1987). Essa liberação sexual remete tanto ao surgimento dos movimentos hippies e seus slogans que valorizavam o amor em vez da guerra, quanto as pautas feministas que reivindicavam o direito das mulheres ao seu próprio corpo, defendendo a legalização do aborto e também o movimento LGBTQ+ que buscava maior reconhecimento de seus direitos, principalmente o de viver como são.

Apesar de King (1987) afirmar que adotam perspectivas de discursos diferentes, ambos têm a mesma raiz: valorização da família tradicional patriarcal, o que implica tornar a mulher em um segundo plano na esfera social, deixando-a presa em serviços domiciliares, que não são reconhecidos como esforço e trabalho e aprisionadas tanto na pobreza, quanto na dependência do marido, conforme explicita Alcock (1997).

Ao determinar que a pobreza é subvertida com o trabalho, família e a fé, propaga a individualização dessa questão, por diversos motivos. Primeiro, que o mercado de trabalho não absorve todo mundo, conforme foi exemplificado anteriormente. Segundo, sabe-se que a família é a patriarcal, mas o que acontece com as outras configurações de família, inclusive com aquelas pessoas, que por qualquer motivo, como a morte, não tem família? Como elas se sustentarão se estiverem acima da linha de pobreza, mas ainda são pobres?

Além disso, cada um tem a sua própria família, que cria seus familiares de acordo com regras culturais, valores que muitas vezes poderão valorizar os indivíduos da sua família, mas a coletividade e a vida em sociedade ficarão sobressalentes. E a fé, qual delas? Cada pessoa tem a sua fé, e mesmo que a universalize para religiões cristãs, a individualidade ainda é presente, como funcionará a subversão da pobreza por meio da fé, se cada um encontrar uma maneira de revertê-la? É preciso se perguntar se os argumentos dados pela nova direita sobre a pobreza são, de fato, passíveis de acontecer.

---

<sup>66</sup> “*the only dependable route from poverty is always work, family, and faith*”

Apoiando-se nessa perspectiva de valorização da família, o Banco Mundial tem favorecido políticas públicas com foco nela, como incentivo a manter os laços familiares e elevar a significação da mulher dentro do escopo familiar, na tentativa de evitar que discriminações e feminicídios aconteçam, já que violências de gênero atrapalham no desenvolvimento social e econômico das famílias (MARINS, 2019).

Thurow (1983) afirma que “cortes na rede de seguridade social são para supostamente incentivar os indivíduos a trabalharem mais e economizarem mais para sustentarem suas próprias velhices, suas próprias doenças, seus próprios desempregos, seus jeitos próprios de viver” (THUROW, 1983, p. 129 apud KING, 1987, p. 18. Tradução nossa<sup>67</sup>). O que gera rupturas de direitos coletivos, a individualização exacerbada e a propagação de ideários que colocam as pessoas como construtoras do seu próprio sucesso, sem considerar suas reais oportunidades de conquista. Assim, é possível compreender que todas essas reestruturações moldaram um novo tipo de sociedade, já que os seres humanos são mutáveis de acordo com sua socialização.

A diluição da cultura-mundo, tornando-a algo global, favoreceu a individualização, isso acontece porque ela foi apropriada pelo comércio, uma vez que houve uma mudança na sua configuração. Antes, era tida como uma visão de respeito máximo às outras culturas, sem inferiorizar as que fossem diferentes, entretanto agora impera “não mais o ideal de ‘cidadão do mundo’, mas o mundo sem fronteiras dos capitais, multinacionais, do ciberespaço e do consumismo” (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 9).

A cultura-mundo, para esses autores, formaliza uma “universalização da cultura mercantil” na qual a sociedade do mercado potencializa de forma imbricada ao desenvolvimento de mídias digitais, que propagam múltiplas informações e influenciam a vida social e a política dos países (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 9). Entretanto, essa universalização agrega em uma individualização do consumo, pois está estabelecida em critérios midiáticos que substituem um convívio social.

Isso acontece pois ao se ter ambientes próprios de socialização, por meio de aparelhos digitais, cada um pode produzir o seu conteúdo e escolher o que assistir na hora que quiser. Apesar de transmitir uma sensação de liberdade e controle da própria vida, os indivíduos estão gerindo informações que os colocam cada vez mais em bolhas sociais, impossibilitando o

---

<sup>67</sup> “cuts in the social safety net are supposed to encourage individuals to work harder and save more to provide for their own old age, their own illness, their own unemployment, their own standart of living”

desenvolvimento de sentimentos empáticos e suprimindo um senso de coletividade em busca de satisfazer as necessidades do eu (LIPOVETSKY; SERROY, 2011; LIPOVETSKY; SERROY, 2015).

Assim, permite-se que o Estado, banhado por ideologias que favorecem o mercado, retire-se direitos sem resistências máximas. Por outro lado, Lipovetsky e Serroy (2011) mostram que não é apenas um reflexo das tecnologias móveis, mas também da forma que o capitalismo tem se aproveitado dessas questões, criando narrativas que favorecem a responsabilização individual de cada pessoa, em detrimento da coletividade. Cria-se um capitalismo consumista, que preza por grandes feitos e grandes marcas para responder demandas individuais (LIPOVETSKY; SERROY, 2011). Conforme os autores demonstram, antigamente para assistir um programa de televisão, precisava esperar a hora de começar, hoje só é preciso procurar na internet. Isso irá contribuir para atender necessidades, mais comodidade e conforto, mas também favorece a implementação “de uma cultura de hiper-reponsabilização individual, tanto no trabalho como na vida privada e nas atividades cotidianas; a cultura-mundo é a do indivíduo diante de si mesmo, sem rede de proteção, obrigado a se autocriar” (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 143)

Assim, quando a sociedade passa a ser cultivada com princípios individualistas, guiados por um Estado que adota padrões de consumo para determinar a cidadania das pessoas, a lógica de proteção social é atualizada. A nova direita fez e continua fazendo isso, para que fique mais fácil a adesão de políticas sociais focalizadas, que por si só, conseguem fomentar estigmas.

Gamble (1988) ao explicar essa mudança dos princípios de cidadania mostra que, aqueles que tem condições para pagar os serviços, continuam sendo cidadãos e tem seus direitos atendidos. Entretanto, ao fazer isso “cria-se uma classe de subcidadãos, composta por aqueles que, por não poderem participar nos mercados, são obrigados a permanecer dependentes do Estado. Tal dependência torna-se um estigma e permite que as demandas desses grupos sejam desconsideradas” (GAMBLE, 1988, p. 16. Tradução nossa<sup>68</sup>).

Pereira-Pereira e Stein (2010, p. 116) adotam uma perspectiva parecida com a de Gamble. Para elas, o estigma existente como modelo de controle das políticas sociais

---

<sup>68</sup> “a class of sub-citizens is created, consisting of those who, being unable to participate in markets, are forced to remain dependent upon the state. Such dependency becomes a stigma, and allows the demands of these groups to be disregarded.”

focalizadas “transforma cidadãos de direitos em incômodos ‘dependentes’ da ‘ajuda’ estatal”. Assim, conforme visto anteriormente, é a dependência da política social que gera o estigma. Quanto mais pobre for, mais estigma ela agregará, porque mais dependentes serão.

Com essa cultura da individualização, as pessoas que não precisam receber transferências financeiras para sobreviver se sentem prejudicadas, uma vez que compartilham da ideologia neodireitista, que prega, erroneamente, que a dependência causa indisposição ao trabalho, pois as pessoas ficam acomodadas ganhando benefícios sociais irrisórios e, muitas vezes, não conseguem resolver suas situações de miséria. A proteção seria um afago que garante a compra de elementos básicos de sobrevivência.

Butler (2018) mostra que algumas vidas não conseguem ser dignas de pertencimento social, devido a segregações em torno dos padrões sociais estabelecidos. Para ela, “as molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como perdida ou violada estão politicamente saturadas. Elas são em si mesmas operações de poder”. (BUTLER, 2018, p. 14). Por causa disso, a autora, ao se basear em teóricos como Hegel e Klein, discorre que a forma que a sociedade enxerga a precariedade da subsistência, pode ocasionar um aumento da violência contra as pessoas que se encontram nessas condições, em uma perspectiva de destruir esse mal. Por esse motivo, ações não devem ser tomadas com uma visão individual imprópria de precariedade (BUTLER, 2018).

Seguindo essa perspectiva, a autora demonstra que é necessário compreender a pessoa como um conjunto de embates e influências “que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (BUTLER, 2018, p. 15). Sendo assim, aquelas que não se encontram inseridas nas relações econômicas de poder, estão suscetíveis a formas de dominação e de apropriação de seus bens, como acontece com aqueles que se encontram em situação de pobreza.

Elas não são passíveis de luto, a sociedade não se comove com a sua morte ou com o seu não pertencimento social. A autora direciona sua análise para pessoas LGBTQ+, mulheres, imigrantes, refugiados e presos de guerra, mas pessoas negras e pobres também enfrentam essa condição. Em uma sociedade individualizada, fazendo alusão ao pensamento de Elias e Scotson (2000), aqueles que não são passíveis de luto são os *outsiders*, ou seja, para o neodireitista, são aqueles que não estão inseridos em padrões de consumo e precisam da política social para

sobreviver. Caso recente de envenenamento de pessoas em situação de rua<sup>69</sup> no Brasil, evidencia como a vida dessas pessoas e suas condições de sobrevivência não geram indignação coletiva.

Para Walker (2014) a pessoa em situação de pobreza não tem recursos para perpetuar costumes e regras sociais, por causa dessa sua não participação na sociedade. Dessa maneira, o estigma existente na pobreza lhe faz perder a possibilidade de ser considerada humana. Além disso,

se eles não apreciarem o grau de sua inadequação e a profundidade de sua degradação, a sociedade se encarrega de envergonhá-los para mudar suas maneiras ou, com intenção semelhante, estigmatizá-los, reforçando assim as divisões sociais de "nós" e "eles" e muitas vezes discriminando ativamente contra eles, "os pobres"(WALKER, 2014, p. 65. Tradução nossa<sup>70</sup>).

Defender políticas sociais que não sejam estigmatizantes, implica a busca por uma sociedade que não segregue pessoas por qualquer critério, seja ele de renda, cor, raça, orientação sexual, gênero, identidade de gênero, idade, deficiências físicas, transtornos mentais, entre outros. A estigmatização se encontra nessa segregação, na relação de poder entre os pertencentes a classes majoritárias e as minoritárias. Implica superar a sociedade neodireitista, na construção de uma sociedade coletivista, justa e igualitária, que potencializará a possibilidade da adesão de políticas sociais universais sem estigma.

### **A Política Social Neodireitista: Focalização e Estigmas**

É importante considerar os problemas que a focalização apresenta para os usuários, além do estigma. Pereira (2016) aponta que os defensores de ideologias burguesas, como a nova direita, negam a existência de necessidades humanas para que não sejam atendidas por meio de políticas sociais. Isso, porque, é imperiosa a necessidade de entender de quem é o papel de atender e satisfazer essas necessidades humanas e a forma de atendimento pela política social (PEREIRA, 2016).

Diante do exposto, é evidente que, para a política social neodireitista, as necessidades humanas não podem e não devem ser completamente atendidas, pois, ao focalizar a sua atuação

---

<sup>69</sup> 4 pessoas em situação de rua morreram envenenadas na cidade de Barueri, São Paulo. Outras 5 pessoas encontram-se internadas devido a ingestão de um líquido oferecido por um estranho. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/17/politica/1574001966\\_394602.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/17/politica/1574001966_394602.html). Acesso em: 17 nov. 2019.

<sup>70</sup> *“Should they fail to appreciate the degree of their inadequacy and the depth of their degradation, society takes it upon itself to shame them into changing their ways or, with similar intent, to stigmatize them, thereby reinforcing social divisions of ‘us’ and ‘them’ and often actively discriminating against the them, ‘the poor’”*

na pobreza, são adotados critérios econômicos para a concessão de benefícios de transferência de renda. Dessa forma, outras situações problemáticas que envolvem a própria existência humana estarão desprotegidas, não recebendo apoio financeiro para a sua resolução, como por exemplo, a violência urbana.

Ainda nessa perspectiva, Pereira-Pereira (2011) aponta que por causa dessa ideologia, cria-se a percepção de que “se não há necessidades comuns que sejam vivenciadas coletivamente e que sirvam de parâmetro para a formulação e implementação de políticas públicas, não haverá melhor mecanismo para satisfazê-las do que o mercado” (PEREIRA-PEREIRA, 2011, p. 40).

Sendo assim, a nova direita propaga uma ideologia de que o mercado é melhor do que o Estado para atender as necessidades humanas, pois além de retirar as liberdades individuais, acreditam que quando o Estado define aspectos coletivos dessas necessidades, pode gerar um autoritarismo, enquanto no âmbito privado isso não aconteceria. Supostamente, esta esfera não conseguiria atender a todos de forma justa, o que não se revela verdade, visto que pessoas tem diferentes inserções na instituição mercantil, de acordo com suas classes sociais, fazendo com que o ele aumente a desigualdade social (PEREIRA-PEREIRA, 2011).

Assim, com a não intervenção estatal, os neodireitistas garantem que as necessidades humanas individuais serão atendidas e estarão protegidas pelo mercado, proporcionando a liberdade. Eles teorizam sobre essa possibilidade pois acreditam que

Enquanto a liberdade efetiva de troca existir, a característica central da organização de mercado da atividade econômica será que ela impede uma pessoa de interferir com outra em relação à maioria de suas atividades. **O consumidor é protegido da coerção pelo vendedor por causa da presença de outros vendedores com quem pode tratar. O vendedor é protegido da coerção pelo consumidor por causa de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção pelo empregador por causa de outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante.** E o mercado faz isso de forma impessoal e sem autoridade centralizada (FRIEDMAN, 1962, p. 14-15, apud KING, 1987, p. 35. Tradução e grifos nossos<sup>71</sup>)

---

<sup>71</sup> “so long as effective freedom of exchange is maintained, the central feature of the market organization of economic activity is that it prevents one person from interfering with another in respect of most of his activities. The consumer is protected from coercion by the seller because of the presence of other sellers with whom he can deal. The seller is protected from coercion by the consumer because of other consumers to whom he can sell. The employee is protected from coercion by the employer because of other employers for whom he can work, and so on. And the market does this impersonally and without centralized authority.”

Essa é uma perspectiva que não apresenta as reais condições sociais que o capitalismo impõe. Nas prateleiras, podem existir uma variedade visível de marcas, representadas por empresas menores, mas quando se lê o rótulo ou pesquisa-se sobre a empresa, percebe-se que ela é um braço de uma empresa maior, reduzindo consideravelmente a liberdade de escolha defendida pelos neodireitistas. Além disso, com taxas de desemprego altas, o mercado não conseguindo absorver todo mundo, não há a possibilidade de troca de empregos de maneira eficaz.

Pereira (2016, p. 62) discorre sobre a necessidade de entender, dessa forma, as necessidades humanas básicas como “aquelas precondições universais que, uma vez atendidas, possibilitem a participação social no sentido democrático”. Apesar desse entendimento, é importante salientar que o atendimento a essas precondições universais irá tomar formas diferentes para cada segmento populacional, conforme demonstrado por Pereira-Pereira (2011).

Por exemplo, a vida é uma necessidade humana básica. Porém, segmentos populacionais que se encontram em situações de opressão estarão em situações de comprometimento a sua qualidade de vida, como as pessoas LGBTQ+ que sofrem com a LGBTQfobia. Dessa forma, para que essa precondição seja, de fato, universal, precisa compreender as especificidades dessas questões. Isso inclui a deliberação de que se essas questões serão resolvidas no âmbito de políticas públicas ou por outra parte do Estado, como a justiça. A equidade se faz presente na formulação de políticas públicas universais, para que se possa atender as necessidades humanas como um todo.

Esse entendimento difere de atender aspectos subjetivos individuais que cada segmento populacional mantém. As formas de ameaça à vida sugerem complexidades muito maiores e que precisam ser atendidas pelo Estado. Porém, ainda os aspectos subjetivos precisam ser atendidos. Existe a possibilidade de atendimento pelas políticas universais às subjetividades, por meio da seletividade por segmentos, contemplando a todos, sem necessidade de recorrer ao mercado.

Entretanto, como o estigma já está agregado as pessoas antes de serem atendidas pela política social, conforme demonstra Spicker (2011), atender as suas necessidades humanas pode ser visto pela sociedade neodireitista como favorecimento. Resta, dessa forma, aos defensores da inclusão proteger esses direitos e não se acomodar diante as graves rupturas que o neodireitismo impõe em busca de subsídios sociais cada vez mais residuais.

## Os problemas da focalização: estigma e as armadilhas da pobreza

Há a tendência da nova direita de adotar políticas sociais focalizadas, conforme já discutido neste trabalho. Isso, entretanto, não significa afirmar, que no seu governo não terão políticas sociais universais, visto que romper com essa lógica demanda tempo e conforme demonstrado anteriormente, não encontra apoio popular caso as medidas sejam muito bruscas.

Esse entendimento, compartilhado por Gamble (1988), King (1987) e Pierson (2007) não desprende de entendimento que a focalização foi adotada nos governos de Thatcher e Reagan para controlar gastos sociais e alavancar a economia dos países, em detrimento da qualidade de vida das pessoas que dependiam dessas políticas sociais para sobreviver, e na expectativa de resolver a pobreza de seus usuários, efeito que não gerou o esperado.

Acontece, pois “na medida em que as políticas destinadas a combater a pobreza deliberadamente ou inadvertidamente estigmatizam, aumentando a vergonha vivida pelas pessoas em situação de pobreza, elas serão susceptíveis de revelarem-se contraproducente, corroendo a atuação dos indivíduos” (WALKER, 2014, p. 67. Tradução nossa<sup>72</sup>). Diante do exposto, afirma-se que a nova direita contribuiu não só para a resistência do estigma, como os fomentou com políticas sociais que resgatam as previsões de atendimento das *workhouses*.

O estigma neodireitista se realiza nessa percepção. Não houve mudanças sociais que colaborassem com a amenização ou, preferivelmente, o fim do estigma nas políticas sociais. Pelo contrário, as mudanças realizadas pela nova direita foram propícias para o acirramento dele. As políticas sociais focalizadas, por causa de seus critérios e condicionalidades, aumentam a pobreza e mantêm os seus usuários refém.

Alcock (1997) afirma que as condicionalidades dessas políticas sociais, impõem o uso de teste de meios para comprovar a real situação de pobreza dos requerentes, devido ao estabelecimento de linhas de corte baseadas na renda. Esses critérios farão as políticas sociais serem transformadas em instrumentos de fiscalização da pobreza, para identificar os mais aptos a receberem o benefício, selecionando entre as pessoas que precisam deles, as que mais carecem do seu recebimento. Essas medidas cessam o direito ao benefício daquelas que precisam. Essa extrema fiscalização vai impulsionar armadilhas que aprisionam o usuário nessa condição.

---

<sup>72</sup> “to the extent that policies designed to tackle poverty deliberately or inadvertently stigmatize, adding to the shame experienced by people in poverty, they are likely to prove counterproductive by eroding individuals’ agency.”

Dependendo do país, as linhas de corte serão *per capita* por entes da família, divergindo sobre o conceito de quem será família.

Apesar do autor datar a sua análise, é possível afirmar que as características elencadas sobre essas armadilhas podem ser generalizadas para toda política social da nova direita. A realidade da formulação dessas políticas permite que esse movimento seja feito. Assim, o autor elenca três armadilhas: a armadilha da pobreza; a armadilha do desemprego e a armadilha da poupança (ALCOCK, 1997).

A *armadilha da pobreza* é inevitável e habitual, ela cresce em medidas equivalentes com a dependência dos benefícios sociais advindos de políticas sociais focalizadas (ALCOCK, 1997). Os usuários se tornam dependentes, pois precisam dela para sobreviver. Essa armadilha é uma “consequência da utilização de benefícios com testes de meios para combater a pobreza através da suplementação de baixos salários [...] trabalhadores mal remunerados perdem o direito a adições de benefícios com testes de meios, se os seus salários subirem” (ALCOCK, 1997, p. 228. Tradução nossa<sup>73</sup>).

Exemplificando<sup>74</sup>, benefícios sociais focalizados precisam atribuir uma linha de pobreza que determinará quem receberá ou não esses benefícios sociais, por isso exigem testes de meios. Quem está abaixo dessa linha é aprovado para receber o benefício, quem está acima, não recebe. Uma pessoa está abaixo dessa linha de corte (pobreza) e atende a todos os critérios estabelecidos para receber um benefício de transferência de renda com o nome “X”. Com o dinheiro desse benefício, ela monta uma barraca de cachorro-quente. O comércio favorece a saída dessa pessoa da linha de corte do benefício, encontrando-se acima dela. Ao perceber isso, o Estado (normalmente representado por assistentes sociais) retira o benefício social, pela justificativa de que ela não se encontra mais dentro da linha de corte, julgando não precisar mais do benefício.

Entretanto, com essa retirada, a pessoa não tem mais condições de manter o estabelecimento funcionando com todos os ingredientes para cozinhar o cachorro-quente. Dessa forma, as pessoas param de frequentar a barraca de cachorro-quente. Logo, ela estará dentro da linha de corte do benefício e precisando recebê-lo novamente para sobreviver.

---

<sup>73</sup> “consequence of the use of means-tested benefits to tackle poverty through the supplementing of low wages [...] low-paid workers lose their entitlement to means-tested benefit additions if their wages rise.”

<sup>74</sup> A partir de palestra efetuada por Camila Potyara Pereira em novembro de 2019, no Núcleo Bandeirante, cidade de Brasília - DF, sobre o tema.

Essa armadilha é visível em países que adotam benefícios sociais com este desenho, como é o caso do Programa Bolsa Família no Brasil. Conforme apontam Mostafa e Santos (2016) o Bolsa Família alcançou proporções inimagináveis que uma política social poderia alcançar, atendendo quase todas as famílias pobres do país, realizando que muitas dessas conseguissem sair da miséria. Entretanto, o Bolsa Família apresenta testes de meios e condicionalidades para a sua inserção, e conforme as autoras demonstram, não conseguem romper com a situação de pobreza do país.

As autoras ainda apontam que os testes de meios desse benefício são realizados a partir de declarações de renda, que muitas vezes não são comprovadas, devido a inserção irregular no mercado de trabalho. As autoras comprovam, que os testes de meios realizados pelo Bolsa Família deixam de incluir pessoas que precisam do benefício, mas que se encontrem no limítrofe abaixo da linha de corte e incluem pessoas que estão acima (MOSTAFA; SANTOS, 2016).

Para resolver esses problemas, e os derivados da armadilha da poupança, Alcock (1997) propõe que uma renda básica seja adotada. Por ser universal, todas as pessoas estariam garantidas e não existiriam testes de meios para selecionar os beneficiários. Esse autor demonstra que

a renda básica significaria evitar a armadilha da pobreza, uma vez que todos os rendimentos provenientes do emprego seriam adicionais ao benefício do Estado, embora, obviamente, esse rendimento tivesse de estar sujeito a níveis relativamente elevados de imposto, a fim de financiar o benefício básico (ALCOCK, 1997, p. 232. Tradução nossa).

*A armadilha do desemprego é derivada da armadilha da pobreza. As linhas de corte proporcionam duas alternativas que vão gerar esse aprisionamento: na primeira, as pessoas combinam com seus empregadores de não assinar a carteira de trabalho, ou qualquer outro documento legal, para que consiga se manter nos cortes dos benefícios; e na segunda, os salários oferecidos nos empregos são mais baixos do que o valor do benefício social, logo, mesmo que ela queira trabalhar, a pessoa prefere não fazer e continuar recebendo o benefício, já que não conseguiria sustentar sua família com o valor do salário (ALCOCK, 1997).*

No primeiro caso, ao não assinar papeis que reconheçam o vínculo empregatício, perde-se direitos trabalhistas e benefícios sociais que são vinculados ao trabalho, como planos de saúde. Sem esses direitos, a pessoa se encontra desprotegida no emprego, podendo ser demitida sem qualquer restrição, uma vez que não existirá comprovantes do que foi acordado

com o empregador. Impossibilita também o reconhecimento como categoria coletiva, visto que não poderá se associar aos sindicatos da categoria, por medo de perder o sigilo do acordo.

No segundo caso, que é exemplificado por Alcock (1997), evidencia que os subempregos são os que empregam os pobres, oferecendo salários baixos, que não conseguem suprir suas necessidades humanas. Esse movimento gera a dependência total da política social, aprofundando estigmas por se tratar de benefícios de transferência de renda. A sociedade se sentirá compelida a moralmente determinar de que forma o dinheiro deve ser gasto.

Marins (2019) discorre sobre essas situações. Em sua pesquisa empírica, coletou entrevistas que refletissem os sentimentos que a pessoa tinha ao ser beneficiária. Para ela, “a fase de constrangimento vem logo após o processo de solicitação do benefício, quando se torna necessário, ao contrário, dar visibilidade à sua condição de pobre, com a finalidade de receber o recurso” (MARINS, 2019, p. 667). Apesar da autora realizar entrevistas com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, por se tratar de um benefício de transferência condicionada de renda, ele segue padrões que podem ser associados com outros benefícios sociais focalizados.

Nos discursos coletados por Marins (2019, p. 668) percebe-se que há uma fiscalização sobre como o dinheiro deve ser utilizado, sendo aceito que seu gasto seja para a compra de alimentos. “É como se o pobre fosse proibido moralmente de ter acesso ao lazer, eles devem, ao contrário, só consumir aquilo que é necessário para sua sobrevivência. Essas representações podem coibir a construção de uma autonomia cultural”. Essa ideia vexatória de determinar os gastos do benefício, colabora para o não cadastramento de pessoas aptas a receberem o benefício, por vergonha de serem estigmatizadas (ALCOCK, 1997).

Spicker (2011) apresenta uma leve discordância desse pensamento. Ele concorda que o estigma pode evitar o requerimento de benefícios sociais, mas que não necessariamente isso aconteça. Para ele, pobreza e dependência da política social são associadas, erroneamente, com desonestidade e abuso estatal, pela sociedade e pelos próprios requerentes. Entretanto, o que vai humilhar e estigmatizar os requerentes será o processo de cadastramento e não o ato de fazer o cadastro (SPICKER, 2011).

A sociedade vai perceber o beneficiário como um aproveitador do Estado (MARINS, 2019) quando, na verdade, está usufruindo do dinheiro que lhe foi dado, com a liberdade de utilizá-lo do jeito que lhe for conveniente. Essa mesma autora demonstra que existe uma

internalização desses julgamentos por parte da pessoa usuária do benefício, a partir do momento em que uma compra que não seja de alimentos é realizada (MARINS, 2019).

Ao se tratar do Bolsa Família, a pessoa já é estigmatizada ao apresentar o cartão do programa para efetuar a compra. “Nesta situação, ela precisa enfrentar a possibilidade da imputação de um estigma (miserável, aproveitador, parasita etc.) referente à sua posição de “dependente” do Estado – o que lhe causa uma sensação de constrangimento e vergonha frente ao lojista” (MARINS, 2019, p. 672).

É evidente, que além de se sentir culpada por receber o benefício, pois está inserida na lógica neodireitista da pobreza como fracasso social, a pessoa ainda será julgada pela sociedade, inclusive por seus pares, que vem de situações socioeconômicas parecidas, mas que não são aptos a receber o benefício, ao conseguir a inserção o julgamento diminui (MARINS, 2019).

Walker (2014) discorre sobre esses sentimentos de vergonha. Segundo ele,

as pessoas em situação de pobreza geralmente sentem vergonha de não terem cumprido as expectativas da sociedade as quais, em sua maior parte, se internalizaram como seus próprios. Eles também são envergonhados por aqueles ao seu redor, às vezes deliberadamente por meio de censura e, em outros momentos, inadvertidamente, como quando as pessoas agem por piedade ou ignoram a pobreza e aqueles que a experimentam. Da mesma forma, sofrem estigma, vergonha burocratizada manifestada no enquadramento, estruturação e implementação de políticas, que muitas vezes são reforçadas pelas ações discriminatórias de outros: vizinhos, empregadores e instituições financeiras (WALKER, 2014, p. 65. Tradução nossa<sup>75</sup>).

A *armadilha da poupança* acontece com os trabalhadores que possuem baixos salários e precisam de benefícios focalizados de transferência de renda para complementar os seus subsídios (ALCOCK, 1997). A pessoa investe parte do seu salário para a aposentadoria, mas os testes de meios localizam esta poupança e não permitem o seu cadastro, pois o dinheiro guardado extrapola as condicionalidades existentes nos programas, com o solicitante classificado acima da linha da pobreza (ALCOCK, 1997).

---

<sup>75</sup> “*people in poverty generally feel ashamed at having failed to live up to society’s expectations that, for the most part, they have internalized as their own. They are also shamed by those around them, sometimes deliberately by way of reproach and, at other times, inadvertently as when people act out of pity or ignore poverty and those who experience it. They similarly suffer stigma, bureaucratized shame manifest in the framing, structures, and implementation of policy that is often reinforced by the discriminatory actions of others: neighbors, employers, and financial institutions*”.

A imediatividade da averiguação dos testes de meios favorece essa cessão. Apesar de encorajar que os pobres invistam seu dinheiro, o Estado precisa conceber formas de concretizar os testes de meios para que essa poupança não seja utilizada como base de cálculo. Utilizar as economias para as necessidades do futuro, a fim de atender as do presente, acarretaria o adiamento do uso da política social, para uma idade mais avançada.

Alcock (1997) mostra que os idosos são vítimas da pobreza por causa das baixas aposentadorias e por não receberem benefícios que atendam por inteiro as suas necessidades reais. Além disso, a população mundial está envelhecendo. Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que o número de idosos no mundo irá dobrar até 2050: uma em cada 6 pessoas será idosa (ONU, 2019).

Essa armadilha retira o direito a poupança e colabora com a ideia apontada por Marins (2019) de que o pobre não pode possuir bens. Ao se analisar a sociedade neodireitista, o pobre pode sim possuir bens, desde que seja fruto do seu trabalho, recaindo na lógica do mal pobre e bom pobre, abordada no capítulo anterior. Entretanto, mesmo aqueles que trabalham (bons pobres) têm os seus direitos (e bens) corrompidos com o estigma, fruto da ideologia de que auxílios concedidos pelo Estado são benesses e não direitos.

Essa lógica inescrupulosa impulsiona que os serviços destinados aos pobres sejam “de pior qualidade ou insuficientes, pois suas necessidades humanas são *politicamente* rebaixadas ao nível da sobrevivência física” (PEREIRA-PEREIRA, 2003, p. 3. Grifo nosso). Nota-se, portanto, que é uma escolha política, voluntária, do Estado de não entender e atender os pobres com serviços dignos e de qualidade, uma vez que se tem a política social como

*resíduo e dispêndio improdutivo e não investimento social (...)* porque (...) estão dissociadas do objetivo de extensão da cidadania aos mais pobres; transformam problemas estruturais em faltas morais que estigmatizam profundamente os seus portadores (PEREIRA-PEREIRA, 2003, p. 3. Grifos da autora).

Isso é resultado de um Estado mínimo que privilegia atender aos interesses do mercado, do que atender a população pobre, que por sua vez, precisa de auxílio para aliviar a situação de pobreza por meio das políticas sociais. A pobreza pode reduzir ou privar o acesso a direitos e a lugares da cidade, obrigando os pobres a ficarem presos em seus bairros ou casas, aumentando as desigualdades sociais e a segregação geográfica (ALCOCK, 1997). Devido ao exposto, é possível afirmar que a nova direita corrobora, não somente para a manutenção, mas também com uma intensificação do estigma na política social.

Este estigma perdura e se agrava, principalmente no século XXI, quando a nova direita se concentra novamente no governo dos países, pois o advento da internet fortaleceu o senso de uma unificação social global, que favorece a propagação de ideologias cada vez mais individualistas. A divulgação em massa desses princípios reforça a lógica estruturante da sociedade capitalista, que está sendo agravada pela nova direita, de responsabilização individual pelo fracasso social, estabelecido na pobreza. Portanto, “recursos focados em pobres devem, assim, serem utilizados não para aliviar a sua pobreza, mas para ajudá-los a escapar dela” (ALCOCK, 1997, p. 237. Tradução nossa<sup>76</sup>).

É imprescindível superar formas estigmatizantes de política social. O estigma advém da sociedade, mas a política social focalizada consegue alavancar as diferenças sociais e entre classes sociais, uma vez que aumenta a pobreza e estigmatiza seus usuários. Políticas sociais universais, por mais que também carreguem estigmas, como aponta Spicker (2011), não são capazes de acentuá-los.

A universalidade versa sobre todas as pessoas terem o direito de acessar políticas sociais e benefícios sem realizar testes de meios e outros critérios de condicionalidade. Assim,

uma das razões históricas fundamentais para a adoção deste princípio foi o objetivo de tornar disponíveis e acessíveis os serviços para toda a população de formas que não envolveriam os usuários em qualquer perda humilhante de status, dignidade ou auto-respeito. Não deve haver vergonha de inferioridade, pauperismo, vergonha ou estigma no uso de um serviço prestado publicamente: nenhuma atribuição de que estava sendo ou estava se tornando um "fardo público". Daí a ênfase nos direitos sociais de todos os cidadãos de utilizar ou não utilizar, como pessoas responsáveis, os serviços disponibilizados pela comunidade em relação a certas necessidades que o mercado privado e a família não eram capazes, ou não estavam dispostos a fornecer universalmente. Se estes serviços não fossem fornecidos por todos para todos, ou não estariam disponíveis, ou estariam apenas para aqueles que poderiam pagar por eles, e para outros, nesses termos, envolveria a imposição de um sentimento de inferioridade e estigma (TITMUSS, 1968, p.129 apud SPICKER, 2011, p. 122. Tradução nossa<sup>77</sup>).

---

<sup>76</sup> *resources focused on poor should thus be used not to relieve their poverty but to help them escape from it*

<sup>77</sup> *“One fundamental historical reason for the adoption of this principle was the aim of making services available and accessible to the whole population in such ways as would not involve users in any humiliating loss of status, dignity or self-respect. There should be no shame of inferiority, pauperism, shame or stigma in the use of a publicly provided service: no attribution that one was being or was becoming a 'public burden'. Hence the emphasis on the social rights of all citizens to use or not to use as responsible people the services made available by the community in respect of certain needs which the private market and the family were unable or unwilling to provide universally. If these services were not provided by everybody for everybody they would either not be available at all, or only for those who could afford them, and for others on such terms as would involve the infliction of a sense of inferiority and stigma”.*

Dessa forma, como o conceito de universalidade prioriza que não exista diferenciações segregacionistas perante a sua implementação, ela carrega consigo o estigma inato às características de seus usuários, mas não os fomenta. Conforme evidenciado na citação de Titmuss, não seria possível estigmatizar pessoas, se não houvesse segregação nas suas variadas formas.

Portanto, defender políticas sociais universais é um processo de resistência em uma sociedade tomada pela individualização provocada pela nova direita. É, também, uma forma de enfrentar os cortes cujas políticas sociais têm sido alvo. Essa defesa deve ser feita ao estar ciente de que o sistema capitalista não oferece alternativa de solução para a pobreza, visto que é um problema estrutural, sendo reconhecido por autores comprometidos com a realidade, sendo eles influentes nas ideologias inclusivas ou excludentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estigma das políticas sociais está cada vez mais imbricado com as ações da nova direita na formulação e execução de políticas públicas. Essa dissertação de mestrado evidenciou isso a partir da análise das correntes teóricas que constituem as imbricações da nova direita na sociedade e as suas perspectivas teóricas sobre a política social. A partir do exposto e da dinâmica da realidade social, conclui-se que pode haver diferenças quanto as características apresentadas sobre os estigmas da política social entre os países.

Essa perspectiva abre escopo sobre a não abordagem da política social brasileira no decorrer deste trabalho. Entende-se que existem diferenças sobre o modelo adotado no Brasil que atribui particularidades específicas que o distingue do resto do mundo, conforme vastamente trabalhado por pesquisadores da área. Além disso, as correntes teóricas que formulam a nova direita também apresentam particularidades, apesar dos seus princípios gerais serem os mesmos.

Oliveira (1995) discorre que por trás dos liberais brasileiros há sempre um “rancoroso autoritário”. No Brasil, a “dilapidação” do Estado, durante a ditadura civil-militar e o governo Sarney, abriu as portas para o neoliberalismo que já avançava nos países ditos desenvolvidos já que a burguesia e parte do proletariado reclamavam do Estado de Bem-Estar (OLIVEIRA, 1995).

O governo Collor, com as enxurradas de privatizações e apropriações de poupanças, foi o marco para o “início” da era neoliberal no Brasil (OLIVEIRA, 1995). É interessante notar que a nova direita no Brasil elege um inimigo que precisa ser combatido pautado na moral, mas também no viés econômico: nos anos 1990, era a vez dos funcionários públicos e dos sindicatos. Esse estigma, que permanece até os dias atuais, qualifica os trabalhadores como aproveitadores do Estado e que sugam o patrimônio nacional e no caso dos sindicatos, o salário dos próprios trabalhadores.

Cria-se então uma socialização de repúdio aos sindicatos, com a ideologia errônea de que esses servem como medida de extorsão já que não conseguem atender as pautas demandadas pela classe trabalhadora. Oliveira (1995) mostra que o neoliberalismo brasileiro age tirando as esperanças do povo, reformulando políticas e repudiando movimentos sociais e sindicais organizados, algo parecido com o que aconteceu no governo Thatcher.

Concorda-se com o posicionamento do autor, mas é preciso reconhecer que o imbricamento do neoliberalismo com o neoconservadorismo já se faz presente nas épocas citadas por ele. Percebe-se, que a nova direita está no Brasil desde a ditadura militar, mas só vai conquistar o poder com o golpe político de 2016 representado pelo impeachment da ex-presidenta, Dilma Rousseff. A partir de 2015, após as eleições de 2014, há uma movimentação no poder legislativo para que a nova direita brasileira consiga essa ascensão.

Estudar essas iniciativas da realidade brasileira, incluindo a percepção sobre o predomínio de pessoas negras em situação de pobreza no país, é imperioso para estudar os estigmas da política social brasileira. Devido a estes fatos, esta dissertação não conseguiu contemplar as discussões sobre essas especificidades, e preferiu-se realizar um estudo mais amplo e geral que subsidiasse trabalhos futuros. Assim, sugere-se que pesquisas futuras realizem esse recorte para evidenciar a realidade brasileira.

Políticas sociais focalizadas são possíveis por causa das políticas de austeridade realizadas pelos governos neodireitistas. O estudo sobre a perspectiva orçamentária, por se tratar dessas políticas sociais, também apresentaria uma nova perspectiva para a pesquisa. Entretanto, optou-se por não seguir esse caminho, devido à falta de afinidade que o pesquisador apresenta ao analisar orçamento e financiamento de políticas sociais, sugerindo que futuros pesquisadores que se interessem pela perspectiva apresentada, levem em consideração os estigmas que a focalização fomenta.

Diante do exposto, os estigmas da política social são causados antes do usuário depender dela, advindo da sociedade na sua percepção sobre a pobreza e dependência, que é influenciada pela nova direita. Durante a dissertação, perspectivas foram estudadas para fundamentar essa lógica.

A nova direita possibilita a dominação social por meio do estigma. Essa fria conquista é possível por causa da sua individualização excessiva da sociedade, fortalecida pela competição do mercado de trabalho e a desunião formada pelos princípios neodireitistas. Foi evidenciado que ao estabelecer um sucesso econômico abundante como o ideal a ser conquistado, cria-se padrão de comportamento social em torno desse objetivo. Comportamento este, que é consumista, conforme demonstrado na dissertação.

As pessoas que não conseguem adotar esses padrões mercadológicos de consumo e de comportamento são excluídas e estigmatizadas por serem pobres. Ao precisar da política social, carregam com elas seus estigmas sendo perpetuados e fomentados pela focalização de políticas

sociais na extrema pobreza, que segundo Pereira-Pereira (2003), aumenta esse índice para os próprios usuários.

Entretanto, em tempos de nova direita, o repúdio a políticas sociais focalizadas se faz necessário com a perspectiva de que as suas implementações forneçam a possibilidade de viver e de ter acesso a direitos sociais, mesmo que insuficientemente. Dessa forma, adotar um posicionamento crítico perante as políticas sociais focalizadas é, também, defendê-las diante de desmontes cada vez mais constantes das políticas sociais.

Conforme abordado até aqui, as hipóteses de pesquisa precisam ser analisadas separadamente. Foram estabelecidas duas hipóteses de pesquisa, que serão reproduzidas abaixo para facilitar a visualização:

- 1) O estigma é fortalecido porque favorece pressupostos neodireitistas ao colaborar para a manutenção da sociedade de classes, amplificando, inclusive, as desigualdades sociais existentes. O estigma contribui, também, para a extinção de políticas sociais em prol da mercantilização daquilo que elas visam atender. Dessa forma, o estigma favorece e amplifica não apenas o desmonte das políticas sociais, mas também o comércio criado em torno dessa precarização;
- 2) A focalização de políticas sociais funciona como ferramenta de interesses das classes dominantes. Ao focalizar, cria-se o estigma já que apenas os mais pobres entre os pobres ou, de acordo com o ideário neodireitista, os mais fracassados, estão autorizados a se beneficiar da proteção estatal. Sendo assim, políticas sociais universais são necessárias para o atendimento integral de seus usuários, desestabilizando práticas de estigmas.

O decorrer do trabalho confirma totalmente a primeira hipótese. O estigma é fortalecido e contribui para uma focalização cada vez maior, uma vez que ao ser determinado pela sociedade neodireitista que é vergonhoso ser pobre, ninguém que ser. Essa perspectiva do não ser pobre, é verbalizado e visualizado por não depender de políticas sociais. Quanto mais focalizada for uma política social, menos pessoas ela atenderá, aumentando o comércio para atender as necessidades não contempladas por elas.

A segunda hipótese também é confirmada, entretanto parcialmente. Percebeu-se durante a confecção da dissertação de que a política social não é responsável por criar estigmas, ela auxilia no seu fomento, mas não os cria, sendo a sociedade a responsável por criar os estigmas e discriminar os seus portadores. Essa afirmação ainda permite perceber que o discurso

estigmatizante ainda é o mesmo, desde as *workhouses* até os dias atuais, se pautando na fiscalização do trabalho e na responsabilização individual da pobreza.

A nova direita agrava essa percepção social, dessa forma ela tem uma contribuição significativa para o fomento do estigma na sociedade. Ela, entretanto, não é a criadora disso, ela é mais um instrumento utilizado pelas classes superiores para manter as desigualdades sociais e perpetuar as relações sociais capitalistas na sociedade.

A defesa e a adesão intransigente das políticas sociais universais são soluções possível na sociedade capitalista para reverter as estigmatizações. Baseado em Alcock (1997), afirma-se a necessidade de que as iniciativas destinadas para a pobreza, sendo tanto para sanar quanto para amenizar a situação, sejam pautadas sempre na perspectiva de superação coletiva e não no afago paliativo. Contribuindo, dessa forma, para que os estigmas relacionados a ela sejam revertidos e não reverberados, possibilitando uma sociedade mais humana.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa. In: **Contrapontos**, volume 7, nº.1, Itajaí, jan./abr. de 2007.
- ALCOCK, Pete. **Understanding Poverty**. Second Edition, New York, Palgrave, 1997.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *in*: SOLANO, Esther. (org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editora, 2018.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Conteúdos ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de *surveys*. **Opinião Pública**, Campinas, v. VI, n. 2, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762000000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762000000200002) Acesso em: 14 jun 2018.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In* Emir Sader, Pablo Gentili (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 p.9-23.
- BACILA, Carlos Roberto. **Criminologia e estigmas: um estudo sobre preconceitos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BACILA, Carlos Roberto. **Estigmas: um estudo sobre os preconceitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- BASBAUM, Leoncio. **Sociologia do Materialismo**. Materialismo e Idealismo. Coleção Ensaio e memória. Número 3. São Paulo: Editora Símbolo, 1950.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, dez. 2006. Disponível em: <http://ptx.sagepub.com/cgi/content/abstract/34/6/690>. Acesso em: 15 março 2019.
- BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia University Press. 2019.
- BURRIS, Scott. Stigma, Ethics and Policy: A Response to Bayer. *Social Science & Medicine*, Vol. 67, p. 473-483, 2008. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1172245](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1172245). Acesso em: ago 2019.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DAL ROSSO, Sadi, 1. A construção histórica da noção de intensidade do trabalho, in: DAL ROSSO, Sadi, *Mais Trabalho! - A intensificação do labor na sociedade contemporânea*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 45 - 80.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Revista Lua Nova*, n.24. São Paulo: CEDEC, setembro de 1991. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006) Acesso em: 20 out 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FELICISSIMO, Flaviane Bevilaqua; FERREIRA, Gabriela Correia Lubambo; SOARES, Rhaisa Gontijo; SILVEIRA, Pollyanna Santos da; RONZANI, Telmo Mota. Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 15, n. 1, p. 116-129, abril, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872013000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000100010). Acesso em: 10 jun 2019.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Trabalho, Sociedade e Políticas Sociais. **Cadernos de Pesquisa**, n 97, p. 13-20, maio, 1996. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/800>. Acesso em: 18 out 2019.

FILHO, Alfredo Saad; MORAIS, Lecio. **Brasil**: Neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

FIORI, José Luís. **Os Moedeiros Falsos**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FRADE, Catarina; CONCEIÇÃO, Ana Felipa. A reprodução do estigma na insolvência das famílias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 101, p. 135-152, set. 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5396#authors>. Acesso em: 02 agosto 2019.

GAMBLE, Andrew. **The free economy and the strong state**: the politics of thatcherism. London: Macmillan, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOUGH, Ian. Thatcherism and the Welfare State: Britain is experiencing the most far-reaching experiment in 'new right' politics in the western world. *Marxism Today*. p. 7-12. 1980. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/66525/1/Binder1.pdf> Acesso em: 17 nov 2019

GOURLEY, Patrick. Social Stigma and Asset Value. **Southern Economic Journal**, v. 85, n. 3, p. 919-938, dez. 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/soej.12315>. Acesso em: 17 abril 2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2 ed. ampliada. Editora vozes. Petrópolis, 2017.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. “**Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil.**” In: BOSCHETTI et al. (org.) *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. S.Paulo, Ed. Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A construção da categoria**. Revista HISTEDBR On-line. Número especial, p. 397-416. Campinas. Abril. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917>. Acesso em: 11 nov. 2018

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo. 2016.

KING, Desmond S. **The new right: politics, markets and citizenship**. London: Macmillan, 1987.

KRIEGER, Joel. Social policy in the age of Reagan and Thatcher. *The socialist register*. 1987. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5545> Acesso em: 11 nov 2019.

LAVINAS L. Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA; 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7708>. Acesso em: 20 nov 2019.

LINK, Bruce G.; PHELAN, Jo C. Conceptualizing Stigma. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 363-385, agosto, 2001. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.27.1.363>. Acesso em: 16 julho 2019.

LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. **A cultura-mundo: respostas a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. **A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARINS, Mani Tebet A. Estigma e repercussões do *status* de beneficiária. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.) *Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades\\_reprodu%20de%20desigualdades%20na%20implementa%20de%20pol%20ticas%20p%20blicas.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodu%20de%20desigualdades%20na%20implementa%20de%20pol%20ticas%20p%20blicas.pdf). Acesso em: 20 nov 2019.

MARTINS, Aline de Carvalho. Risco social: uma terminologia adequada para a proteção social e garantia os direitos? **Em Pauta**, v. 10, n. 29, p. 85-99, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/3894> Acesso em: 25 out 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MCCLUSKEY, Jill J.; RAUSSER, Gordon C. Stigmatized asset value: is it temporary or long-term? **The Review of Economics and Statistics**, v. 85, n. 2, p. 276-285, maio, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/003465303765299800>. Acesso em: 20 abril 2019.

Mészáros, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 edição. Petrópolis Editora Vozes. 2002.

MONNERAT, Gisele Lavinias; SENNA, Mônica de Castro Maia; SCHOTZZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene. **Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.6, pp.1453-1462. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600008>. Acesso em: 28 out 2019.

MOSER, Liliane. MULINARI, Bruna Aparecida Pavoski. **PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA: o caráter familista da política social no Brasil**. Anais do II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. UFSC. Santa Catarina. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180134/101\\_00049.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180134/101_00049.pdf?sequence=1). Acesso em: 14 out 2018.

MOSTAFA, Joana; SANTOS, Thuany dos. Limitações de um teste de meios via predição de renda: evidências de uma aplicação no programa bolsa família. Texto para discussão 2238. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7234>. Acesso em: 20 out. 2019.

NAVARRO, Vicente. Welfare e “keynesianismo militarista” na era Reagan. Lua Nova. N. 24. São Paulo: CEDEC, setembro 1991. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200010). Acesso em: 02 nov 2019.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. (Coleção questões da nossa época). 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método do Estudo de Marx**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Neoliberalismo à brasileira**. In (SADER) Emir, (GENTILI) Pablo (org.), Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

PAGE, Robert. **Stigma**. Concepts in Social Policy 2. New York: Psychology Press, 2015.

PEREIRA, Camila Potyara. A política social em tempos sem brios. **Revista Argumentum**. Debate. Vol. 9. N. 3. Pg. 24-39. Vitória. Espírito Santo. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17945> Acesso em: 20 out. 2018.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI et al. (org.) Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo, Cortez, 2011.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Por que sou contra a focalização das políticas sociais? In: **Projeto Antíteses**. Brasília: NEPOS/CEAM/UnB, 2003. Disponível em: <https://www.projetoantiteses.com/textos> Acesso em: 28 out 2019.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades Humanas**: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2011b.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2011a.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Reorientações éticas da política social: do primado do *ethos* solidário ao império da moral individualista possessiva. **Em Pauta**, n. 43, v. 17, p. 32-47. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/42500>. Acesso em: 13 ago 2019

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 106-130.

PIERSON, Christopher. **Beyond the Welfare State**: the new political economy of welfare. Second Edition. PA: The Pennsylvania State University Press, 1998.

PIERSON, Paul. **Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher, and the politics of retrenchment**. 8 print. New York: Cambridge University Press, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da Nova Direita. **Novos Estudos**, n. 19, dez. 1987. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-19/>. Acesso em: jul 2018

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**: para alunos de graduação e pós-graduação. Unidade I, O conhecimento. Edições Loyola. 7 ed. 2005

RASMUSEN, Eric. Stigma and Self-Fulfilling Expectations of Criminality. **The Journal of Law and Economics**, v. 39, n. 2, p. 519-543, out. 1996. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/725715?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/725715?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 16 julho 2019.

REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n 42, p. 143-152, fevereiro, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>. Acesso em: 08 out 2019.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flávio. Economia Política da Austeridade. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Revista Bagoas**, 5, 67-78. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312/1745>. Acesso em: 04 jun 2018.

SILVA, Athos Magno Costa e. **O estado social de direito**: história do conflito e da união entre o direito do indivíduo e o direito coletivo. Goiânia: Petrony Editora, 2019.

SIQUEIRA, Luana. A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo. **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 240-252, jan./jun, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/6032>. Acesso em: 20 abril 2019.

SPICKER, Paul. **Stigma and social welfare**. s.n.t. 2011.

STEIN, Rosa Helena. **Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade**. In: BOSCHETTI et al. (org.) *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo, Ed. Cortez, 2008, p. 196-219.

STUBER, Jennifer; SCHLESINGER, Mark. Sources of stigma for means-tested government programs. *Social Science & Medicine*. v. 63, n. 4, agosto, 2006, p. 933-945. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953606000414>. Acesso em: 16 out. 2019.

THORNICROFT, Graham; ROSE, Diana; KASSAM, Aliya; SARTORIUS, Norman. Stigma: ignorance, prejudice or discrimination? **British Journal of Psychiatry**, v. 190, n. 3, p. 192-193, março, 2007. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/the-british-journal-of-psychiatry/article/stigma-ignorance-prejudice-or-discrimination/E6F23CE48666A53C8E99870F0474E1AA>. Acesso em: 23 abril 2019.

TORRES. Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo: Dilemas da cidadania em um mundo globalizado**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

WALKER, Robert. **The shame of poverty**. United Kingdom, Oxford University Press, 2014.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.